



ISSN-0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

O BRASIL

NO CONTEXTO

ESTRATÉGICO

MUNDIAL

José Maria de Azevedo Oliveira



nº 729

jan/fev 1987

MBB — MESSERSCHMITT, BOLKOW, BLOHM, GMBH

Helicóptero de avançada tecnologia alemã



MBB—KAWASAKI BK117 (versão utility)

- Cabines espaçosas e desprovidas de obstáculos — fácil adaptação a grande variedade de configurações.
- Duas portas laterais e ampla porta traseira — fácil carga e descarga, mesmo com os rotores em movimento.
- Incorpora os padrões de excelência dos renomados BO-105.
- Alta segurança — biturbina, com superiores características de vôo mono-turbina.
- Excepcionais características de manobrabilidade devido a seu rotor principal rígido (não articulado) Sistema Bölkow.
- Alta relação Peso máximo de decolagem / Peso vazio.

**MBB —
O parceiro internacional
na indústria aeroespacial**



BK 117 — Versão militar

Representante no Brasil



FERROSTAAL DO BRASIL S. A.
COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Filial: Praia de Botafogo, 440 —
17º and. C.P. 62054 — Telex (021)
23463 Rio de Janeiro



SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

FUNDAMENTOS DA ESTRATÉGIA	
Amerino Raposo Filho	7
DIMENSÕES DA ESTRATÉGIA	
Amerino Raposo Filho	26
CONFRONTAÇÃO LESTE/OESTE: ASPECTOS POLÍTICOS E ESTRATÉGICOS	
Geraldo de Heráclito Lima	45
O BRASIL NO CONTEXTO ESTRATÉGICO MUNDIAL	
José Maria do Amaral Oliveira	65
ÁFRICA AUSTRAL: INTERESSES ESTRATÉGICOS	
Oswaldo Terra de Faria	82
A POLÍTICA DO PODER NA HISTÓRIA DO ATLÂNTICO SUL	
Maria Cecília Aguirre	91
SUBSÍDIOS PARA DEBATE SOBRE O USO PACÍFICO DA ENERGIA NUCLEAR	
Licínio Marcelo Seabra	115

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL: SUA IMPLEMENTAÇÃO ATRAVÉS DO 1º SORTEIO MILITAR – PESQUISA HISTÓRIA BÁSICA	
Claudio Moreira Bento	120
DANS LE SECRET DES PRINCES – APRECIACÃO	
Luíz de Alencar Araripe	139

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

O OFICIAL DE E.-M. E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DO EXÉRCITO	
Enio Gouvêa dos Santos	145

EDITORIAL	5
-----------------	---

INFORMAÇÕES	154
-------------------	-----

A Defeza Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Principes Tenentes: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUSA MEN

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: Berthold Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Pariz Rodrigues, Jorge Ribeiro, Pompão Cavalcante, Euclides Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel de Costa.

(Fac-simile da portada do N. 1, Anno 1 - 10.10.1913 de "A Defeza Nacional")

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Ferrostal do Brasil S/A
Furnas Centrais Elétricas S/A
Unibanco — União dos Bancos Brasileiros S/A
Motoravia Representações Aeronáuticas Ltda
Banco de Investimentos BCN S/A
GBOEX — Grêmio Beneficente
Siteltra Sistemas de Telecomunicações e Tráfego
Metal Leve S/A Indústria e Comércio
Sanbra — Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S/A



NOSSA CAPA

O advento da arma nuclear representa um bem nítido da Estratégia do mundo atual e, possível do mundo futuro. Daí sua utilização na capa desta revista, que é de conteúdo estratégico marcante.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente:	Gen Div Anápio Gomes Filho
Diretor-Secretário:	Cel José Fernando de Maya Pedrosa
Diretor-Administrativo:	Cel Sady Nunes
Diretor-Tesoureiro:	1º Ten Luiz Tavares Pereira
Conselheiros:	Cel Celso José Pires
	Cel R/I Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel José Claudio de Castro Chagastelles
	Ten Cel José Carlos Guimarães Osório
	Ten Cel César Augusto Barroso Ramos
Suplentes:	Ten Cel José Eugênio de Carvalho
	Ten Cel Jaire Brito Prieto
	Ten Cel Marcio Paiva Barroso

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe:	Gen Div Anápio Gomes Filho
Redator-Executivo:	Cel R/I Virgílio da Veiga
Conselheiro Editorial:	Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis
	Cel Claudio Moreira Bento
	CMG José Correia de Sá e Benevides
	Professor Jorge Boaventura
Publicidade:	Edison Alves de Azevedo
Produção Gráfica:	Nathercia Martinelle

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) – Cz\$ 120,00

Exterior – US\$ 50

Número avulso – Cz\$ 30,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheques ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20445 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

Detalhes Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

Rua México, 148, gr. 501

CEP 20031 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021) 240-1530

POLÍTICA e ESTRATÉGIA

revista trimestral de política internacional e assuntos militares

**Octávio Costa
Os Militares na Sociedade Moderna**

**Vanda Maria Ribeiro Costa
Rebeliões Militares na Década de 30**

**Alvaro Valencia Tovar
Colômbia: O Movimento Guerrilheiro 19 de Abril**

**Nelson Ó de Almeida
Para Uma Teoria da Dissuasão**

**Alberto Tamer
A Paz Armada em Israel**

**Maria de Nazaré Oliveira Imbiriba
Fábio Sepulveda López
Experiências em Desenvolvimento Amazônico**

**L. de A. Nogueira Porto
Da Independência ao "Pragmatismo"**

Inclua-me entre os assinantes de Política e Estratégia

Nome.....

Rua.....

Cidade..... Estado..... CEP..... Telefone.....

Anexo cheque no valor de Cz\$ 65,00 do Banco.....

..... nº..... em nome do

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Alameda Eduardo Prado, 705 - 01218 São Paulo-SP - (011) 826-7577



EDITORIAL

Esta edição é dedicada, particularmente, a assuntos de natureza estratégica. Aproveitando matéria que nos foi gentilmente cedida pela Escola Superior de Guerra e pelo Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, foi possível compor um bloco de cinco artigos (os cinco primeiros do sumário) que se complementam e interpenetram e que, além de propiciarem ao leitor uma compreensão doutrinária de Estratégia, em seu conceito moderno, fundamentos e dimensões, permitem-lhe uma visão panorâmica do mundo atual, pela compreensão das concepções estratégicas de seus dois maiores personagens, assim como algumas reflexões sobre a posição do Brasil dentro dele. Propiciam-lhe, ao mesmo tempo, horizontes mais amplos para o entendimento da conjuntura nacional e melhores condições para uma prospeção realista do seu destino.

São artigos que, pelo seu conteúdo e expressão dos seus autores, valorizam sobremodo nosso programa editorial e engrandecem nossa revista.

Completam o número, com igual padrão de qualidade, um conjunto de artigos de conteúdo diverso, cuja vinculação, direta ou indireta, total ou parcial, com a Estratégia pode ser, também, identificada.



Desempenho Comprovado por Uma Ampla Variedade de Missões

- * Utilizado em mais de 15 países em missões de evacuação médica, assalto aerotransportado, busca e salvamento e operações marítimas.
- * Mais de 20 unidades atendem às plataformas marítimas da Petrobrás no litoral brasileiro.
- * Equipado com turbinas Pratt & Whitney PT6T-3B de 1.800 HP, revisadas pela Celma, no Rio de Janeiro.
- * Manutenção e revisão de célula e componentes dinâmicos executadas no Brasil por oficinas especializadas.
- * Utiliza qualquer armamento que se encaixe ao suporte padrão de 14 polegadas da NATO, inclusive o sistema de metralhadora MAG e de foguetes de 70mm (2.75 pol.).
- * Confiável, robusto e provado o Bell 212 é produzido pelo maior e mais experiente fabricante de helicópteros do mundo que oferece o melhor apoio de suprimento e manutenção.

motoravia
REPRESENTAÇÕES AERONÁUTICAS LTDA.

Av. Beira Mar, 200 — 3º andar — tel.: 262-8722 — Tlx. 212 1516 MRAL BR

Representante exclusiva no Brasil de

Bell Helicopter TEXTRON

© Bell Helicopter Textron



FUNDAMENTOS DA ESTRATÉGIA

Amerino Raposo Filho

Qual o entendimento conceitual moderno de Estratégia? Como a Estratégia se situa em relação aos campos da Ciência e da Técnica, da Arte e do Método, e aos compartimentos teórico-doutrinário e do planejamento? Como evolui, horizontal e verticalmente, o conceito de Estratégia? A que tipos de consequências tem sido submetido o pensamento estratégico, em face da evolução antecedente, paralela e seguinte, do pensamento jurídico-político, econômico-social e militar propriamente dito? Como poderão a História e a Geopolítica condicionar-se à Estratégia, limitando ou ampliando suas dimensões no âmbito nacional e a nível internacional? Qual a relação entre fins e meios, hierarquia e desdobramentos (horizontal e vertical) da Estratégia? O desenvolvimento exponencial do campo industrial-cibernético estimulou a evolução do conceito de Estratégia? É realmente importante acompanhar a evolução da História, da Guerra, da Política, das Relações Internacionais e do Sistema do Poder, regional e mundial?

Neste artigo e no artigo seguinte, "Dimensões da Estratégia", o autor propõe-se a dar respostas a essas perguntas.

INTRODUÇÃO

Estratégia é um termo cujo entendimento vem sofrendo variações "sanfonizadas", desde o significado original nos tempos antigos, até as formas mais ampliadas e verticalizadas do mundo contemporâneo. Embora a sua acepção semântica militar apareça na literatura correspondente no final do século XVIII, a verdade é que, desde a Antiguidade, em sua origem, a Estratégia, que parecia referir-se à dimensão unicamente militar,

voltada para a conduta da guerra, posicionou-se relativamente à política, em termos de meios e fins. A Estratégia, cuidando do preparo e da aplicação dos meios; a Política, definindo e ordenando os fins, propósitos e objetivos a colimar ou manter.

Durante os cinco mil anos de aventura do homem na Terra, das tribos primitivas aos tempos contemporâneos, passando pelos períodos das "verdades absolutas, das "certezas definitivas", para alcançar o das "possibilidades" – quando tanta verdade sucumbiu, e tanta certeza se

desfigurou diante de duas, três, quatro e cinco dimensões da teoria do conhecimento; quando até se questionou o postulado de Euclides diante da teoria einsteiniana; quando, neste final de século, a despeito ou em razão do assombroso desenvolvimento científico-tecnológico-cibernético, essa "aldeia global" da toynbeana Mãe Terra, de quase vinte dezenas de nações, com distâncias cada vez maiores e "menores", com interesses e objetivos diversos e conflitantes, encontra-se perplexa com o fantasma da "guerra nas estrelas" e da destruição da vida no planeta terrestre — nesse "tempo histórico" de vinte e cinco séculos e no amplo "espaço global", o que se observa com o fenômeno estratégico, ou, mais precisamente, com a inteligência do conceito? Permanece sobranceiro, sobrevivente e identificado com sua origem remota, voltado para a consideração de meios que atendam aos reclamos do bem comum e da segurança da comunidade. Embora sofrendo variações semânticas, adjetivadas, no fundo continua a Estratégia substantiva, traduzida no preparo e aplicação de meios para colimar objetivos — meios representativos de poder, objetivos indicativos de política. À sombra desse binário "meios e fins", desfila toda uma longa temática, de uso e de abuso do conceito, que avulta de importância com o correr dos tempos. Pelo emprego intenso e extenso do termo, muita vez confundido com política, generaliza-se um conceito que encerra problemas e aspectos muito específicos e peculiares, comporta níveis e dimensões variados e carece de fundamentação

doutrinário-operacional. Confunde-se comumente Estratégia com *uma* ou a estratégia, dificultando suas variações, ascendentes e descendentes.

O estudo dos fundamentos da Estratégia implica a consideração preliminar de dois conceitos que a sustentam, orientam e direcionam seu itinerário: Política e Poder. Por outro lado, a dinâmica estratégica sofre as profundas repercussões do desenvolvimento tecnológico e cibernético, traduzidas em métodos, técnicas, processos, meios e equipamentos, ingredientes básicos da sistemática do planejamento estratégico.

Como "provocação" intelectual ao tema a ser desenvolvido, façamos algumas colocações preambulares:

— Qual o entendimento conceitual moderno da Estratégia, e como ela se situa em relação aos campos da Ciência e da Técnica, da Arte e do Método, e aos compartimentos teórico-doutrinário e do planejamento?

— Como surgiu e evoluiu o conceito de Estratégia, horizontal e vertical, e quais os seus desdobramentos, justapostos e integrados, ascendentes e descendentes? Que dimensões e amplitudes passou a envolver, em diferentes épocas, fases ou períodos da História? Que variações apresenta e qual a sua atual inteligência?

— A que tipos de influência, ou melhor, de conseqüências, tem sido submetido o pensamento estratégico-militar, em face da evolução antecedente, paralela ou seguinte, do pensamento jurídico-político, eco-

nômico-social e militar propriamente dito?

– Como poderão a Geografia, a História e a Geopolítica condicionar a Estratégia, limitando ou ampliando suas dimensões, no âmbito nacional e a nível internacional (envolvendo número crescente de unidades políticas)?

– Qual a relação entre fins e meios, hierarquia e desdobramento (horizontal e vertical) da Estratégia? O desenvolvimento exponencial do campo industrial-cibernético estimulou a evolução do conceito de Estratégia? É realmente importante acompanhar a evolução da História, da Guerra, da Política, das Relações Internacionais e dos Sistemas de Poder, regional e mundial?

FUNDAMENTOS DA ESTRATÉGIA

Conceituação da Estratégia

A compreensão do moderno conceito de Estratégia, sobretudo a Estratégia Nacional – preocupação relevante das elites civis e militares voltadas para formulação, o planejamento e a execução das atividades nacionais, para que se atinjam os fins pretendidos pela Política nacional através do preparo e emprego adequado do Poder nacional, vencendo os obstáculos que se antepõem aos supremos interesses da nação –, sugere algumas considerações preliminares, no sentido de configurarmos a inteligência e a relação fundamental entre Política nacional, Poder nacional e essa cada vez mais importante e complexa arte

dos estadistas, precedida da análise de ligeira incursão aos tempos antigos, para fixar a origem e a evolução do termo, nos diversos períodos da História.

Tão importante é o tema em estudo que, dentre os diversos conceitos que conformam a Doutrina de Política nacional em ensaio especulativo na Escola Superior de Guerra, Instituto de Estudos Político-Estratégicos por excelência, três se isolam como a sua própria essência: a Estratégia nacional, que se segue à Política nacional e ao Poder nacional. E, mais, dos métodos definidores da doutrina, em termos de avaliação e preparo do Poder nacional e de aplicação e acompanhamento das ações governamentais, visando aos objetivos formulados pela Política, seja ela nacional e governamental, cuida de tudo isso o planejamento, compartimento por excelência das Estratégias, nacional e governamental.

Origem e Evolução do Conceito

A palavra *estratégia* significava, em sua remota origem grega, o general, mas designava também um magistrado com funções diversas e muito mais amplas em alguns Estados gregos. O sistema tribal de Cleístenes considerava uma junta composta de dez generais, a que se denominava Estratégia. Sócrates fala “ciência de comandar exércitos”, com solenidade na Grécia, nas “Coisas Memoráveis”, de Dionísíodoro, que ensina Estratégia.

Na verdade, os gregos admitiam a Estratégia como conceito dependente da Política (de *polis*), “como

orientação da ação humana nos seus aspectos coletivos", o que é corroborado por Platão (600 a.C.) quando diz, no diálogo "Protágoras", "a ciência política de que a Arte Militar faz parte". No período de Péricles (461-429 a.C.), quando a democracia atingiu sua mais alta perfeição, havia o Conselho dos Dez Gerais, cada um com atribuições ligadas à Guerra e à Política, cuidando do bem comum e da segurança, sob a direção do estadista-chefe e chefe político, por mais de trinta anos. Um dos estrategistas era designado para organizar e comandar o exército para determinada campanha. Os generais, além de comandantes de exército, desempenhavam funções legislativas e executivas do Estado, uma espécie de ministros, cuja autoridade se submetia à Assembléia. Af, talvez, esteja o embrião das diversas estratégias integrantes da Estratégia nacional de hoje.

Em Roma, a concepção era idêntica à arte do general, grega, com nítida ascendência da Política sobre a Guerra e a Estratégia. Estrategos eram os governantes principais de um povo, como na Trácia, dividida, segundo o historiador Plínio, em cinquenta governos (*Thracia in quinquaginta strategias divisa*). Aos poucos, porém, o termo caiu em desuso entre os romanos.

A atuação de estadistas e estrategistas dos tempos antigos evidencia o emprego da Estratégia militar e, não raro, de abrangência superior, de "grande estratégia", confundindo-se com a Política, embora Política e Guerra representando momentos distintos.

Já se disse que a conduta estra-

tégica na Antiguidade representa, de certa forma, uma estrada, às vezes longa e com vários trechos interrompidos, não se visualizando, em geral, o objetivo final da Política. "De qualquer forma", observa o General Dilermando Monteiro, "avulta na Antiguidade o sentido de genuíno sabor militar ao fenômeno estratégico. E isso se compreende, pois a história dos povos antigos confundia-se com a história de suas guerras, e estas, normalmente, não atingiam a comunidade como um todo. Apenas aos exércitos era atribuída a incumbência de fazer a guerra, fora das cidades, sob responsabilidade direta dos chefes militares, os Estrategistas. Eram os generais que decidiam a sorte das populações, quase sempre ameaçadas (em caso de derrota dos exércitos) de eliminação ou escravidão. A influência dos generais tinha de ser grande na direção política dos Estados, dando a impressão de ser a Guerra o fator primordial, e a Política sua dependente. Os objetivos da Guerra eram, em geral, os próprios objetivos do Estado, e a Estratégia atendia à Guerra, não à Política. Era, assim, a arte do general."

Portanto, desde a origem remota, o fenômeno estratégico se liga às idéias fundamentais do seu entendimento moderno, no sentido de preparo e aplicação de meios, parcelados ou globalizados, para atendimento de fins, configuradores da pretensão requerida pela Política. Estratégia e Política posicionam-se, então, desde os tempos antigos, em estreito relacionamento de meios e fins, da época em que era principalmente a arte do general, até sua conformação ao espaço e ao tempo

contemporâneos, em função do instituto da "Política da Ação".

A evolução do pensamento estratégico, nos tempos históricos e em espaços estratégicos, será apresentada na parte "Dimensões da Estratégia".

Conceituação e Caracterização da Estratégia

Para melhor compreensão do fenômeno estratégico é de sua conceituação, fixemos algumas idéias, do passado e do presente.

Para Napoleão — referindo-se a Lloyd e naturalmente considerando a Estratégia militar — Estratégia era a "parte divina" da guerra, enquanto a logística e a tática "combinavam coisas materiais". Daí se depreende que, metafísica ou não, a Estratégia comportava conceitos e se submetia a um processo (evoluído para método) de raciocínio na solução dos problemas militares.

O Marechal Foch entendia que a essência da Estratégia, igualmente militar, como arte, encontra-se no jogo abstrato, que resulta da luta clausewitziana entre duas vontades que, independente de qualquer técnica, permite dominar os problemas presentes em todo duelo, e que enseje o emprego das técnicas com o máximo de eficácia — Estratégia sendo, então, a arte da dialética das vontades, que emprega a força para resolver os conflitos. "Nesse nível", diz ele, "é que se deve situar a Estratégia, para poder compreender seus mecanismos de cerebração e as leis que neles podemos descobrir."

Dizia o General H. Castello Branco (C-12-02, p. 2) que a Estratégia, despida de hierarquia e qualificativos, basicamente comporta "concepção para atuar" e "aplicação de meios numa ação" e só se justifica se a "concepção" estiver ligada à finalidade, à ação, e a "aplicação" ligada a objetivos — portanto, uma Estratégia substantiva, não adjetivada, daí se inferindo que ela consiste, fundamentalmente, na relação entre fins e meios. "Trata-se de uma tarefa", prossegue o General Castello Branco, "que apela para as forças do espírito, mas nada tem de contemplativa; que exige obra de pensamento, mas voltada para a realidade; que impulsiona atos decisivos, decorrentes de uma concepção; e que exige o conhecimento mas não despreza a intuição". A Estratégia envolve fatores de toda ordem — histórico-geográficos, político-econômicos e social-militares da comunidade — que se interagem algebricamente, em valores e possibilidades, restrições e limitações ao exercício da política da ação, podendo, até, "jogar com o destino de um povo ou de povos irmanados pelos mesmos propósitos".

O General André Beaufre — para quem a Estratégia é praticada mais ou menos inconscientemente (como Jourdain faz prosa sem saber) e que, embora empregada com frequência, encobre realidades geralmente ignoradas e é um termo cujo significado é um dos menos conhecidos — considera que a Estratégia não é uma doutrina de definição simples. "Trata-se de um método de pensamento, cujo objetivo é classificar os acontecimentos, colocá-los em ordem de

prioridade e, então, escolher a melhor linha de ação." Em síntese, "é um método a aplicar para a realização dos objetivos da Política.

Para o Comandante B.M. Simpson, dos Estados Unidos, a Estratégia é "o agente executivo da Política, e sua ação provém da análise política".

Como caracterizar a Estratégia substantivamente? Vejamos algumas idéias e colocações, que procuram traduzir a sua própria inteligência:

- Emprego ou aplicação de meios, preparados e fortalecidos, sobre objetivos formulados pela política.
- "Arte simples, mas toda de execução" (Napoleão).
- Pensamento (frio), determinação (resolução, decisão) e vontade (manutenção do esforço; persistência na ação).
- Pensamento e ação para viabilizar a Política; nesse sentido, é o agente (instrumento) viabilizador da Política.
- Traduz-se no como e quando, comportando dois tempos, o estático (preparo) e o dinâmico (aplicação).
- Entendido o Poder como capacidade (força, massa) e vontade (determinação), podemos admitir a Estratégia como a dinâmica da vontade (energia) na equação einsteiniana, $E = 1/2 MV^2$, sendo $E =$ Poder, $M =$ capacidade do Poder, podemos ter Po (energia) = capacidade (massa) acrescida da vontade; satisfação (como e quando, com relação ao Poder) da vontade (o querer da Política); pois a Estratégia, em última

análise, se propõe a satisfazer (realizar, viabilizar) com o Poder, num determinado prazo, a Vontade (Política).

Ademais, se a Política quer (objetivo) fazer (vontade) e o Poder deve (capacidade) e pode (possibilidade) fazer, a Estratégia será a satisfação da vontade possível ou resposta a desafios, ou, numa síntese, vontade satisfeita. . .

Portanto, entre as necessidades, recomendações, mandamentos ou objetivos da Política e as peculiaridades, possibilidades e limitações do Poder, aí está a essência, a inteligência mesma da Estratégia. Não importa que, por mais de vinte séculos, tenha sido mais conhecida como "arte do general", parecendo portanto um conceito militar ou inerente à arte militar. Até porque, pouco importa o que parece ser, pois o fundamental é o que é e o que deve ser. A Estratégia é, na verdade, um conceito cuja inteligência sempre respeitou o preparo e desenvolvimento de meios (Poder), para atingimento de fins, propósitos, objetivos (Política). Sempre foi assim, desde a Antiguidade.

Após a Segunda Guerra Mundial generalizou-se o entendimento de que a Estratégia deveria receber outras "roupagens", perdendo a conotação exclusiva de conceito "fardado", por tanto tempo prevalecente. Os pensadores político-estratégicos partiram da concepção clauswitziana de "arte de empregar as batalhas visando a atingir os fins da guerra", evoluindo para um conceito mais amplo e abrangente, considerando os meios de toda ordem de que dis-

põe o Poder — e não apenas os militares — para atingimento dos objetivos fixados pela Política, que não os prioritariamente de guerra. A Estratégia deixa de ser particular, para tornar-se geral, envolvendo os diversos campos ou expressões do Poder, preocupada com os mandamentos políticos de toda a nação; deixa de ser também apenas a arte de conduzir a guerra; o político, o estadista, também emprega uma Estratégia, para vencer a “dialética das vontades”.

A Estratégia da Primeira Grande Guerra (1914/18) — e ficara célebre a advertência de Clemenceau de que “a guerra é assunto sério demais para ser tratada unicamente pelos militares” — uma estratégia que empregou meios “totalizados” nos teatros europeu e do Mediterrâneo, evidenciava a necessidade de um conceito de maior abrangência e comprometimento do Poder e da Política das nações. No entanto, durante e após a Segunda Grande Guerra (1939/45) — conflito que mobilizou e empregou meios “globalizados” das unidades políticas nos diversos teatros de operações — a Estratégia teve amplamente aumentada a sua esfera de ação, sendo denominada de Estratégia geral ou nacional; principalmente porque os conflitos engajam as nações e todos os seus recursos, humanos e materiais, os teatros de operações e as zonas do interior, os combatentes e as populações civis.

Configura-se, então, a Estratégia nacional, compreendendo os perfetos de paz e de guerra e considerando o Poder nacional como a arte de empregar recursos nacionais (políticos, econômicos, psicossociais e

militares) para a conquista de objetivos vitais da nação.

Para L. Hart, que considera a Estratégia nacional como Grande Estratégia, voltada para a guerra, a sua finalidade é “coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação, ou grupo de nações, tendo em vista a conquista do objetivo político da guerra, definido pela política fundamental do governo”. Mais abrangente é o conceito de Edward Earle, quando diz:

No mundo atual a Estratégia é a arte de controlar e aplicar os recursos de uma nação — ou coligação de nações — inclusive suas forças armadas, com a finalidade de promover efetivamente a conquista dos objetivos vitais da nação — ou da coligação — assegurando-os contra quaisquer inimigos, reais, potenciais ou simplesmente presumíveis. O mais elevado tipo de Estratégia — às vezes denominado Grande Estratégia — é aquele que de tal modo integra a Política e as forças armadas da nação, que o recurso à guerra se torna ou desnecessário ou, em caso contrário, assegura a máxima possibilidade de vitória.

O General André Beaufre entende que: “Estratégia é a arte de aplicar a força de modo que preste a maior contribuição possível à consecução dos fins estabelecidos pela diretriz política.” É concebida não mais como um ramo da arte militar tradicional, mas ampliada à dimensão verdadeiramente total dos conflitos modernos que se desenvolvem,

concorrentemente nos diversos domínios: político, econômico, diplomático e militar. Já o General Obino L. Álvares conceitua Estratégia como "instrumento da Política do Estado, ciência e arte de preparar e aplicar o Poder — na paz e na guerra — para a conquista e preservação dos objetivos vitais da Nação".

Raymond Aron, embora admita a atuação estratégica também voltada para o desenvolvimento, em vários níveis, somente considera Estratégia a conduta de um Estado em relação a outro, com possibilidade de emprego do poder militar. "Por Estratégia," observa "eu entendo a ação nos casos em que as regras efetivamente observadas não excluem o recurso à força armada."

De modo geral, esse é o entendimento dos tratadistas modernos sobre a Estratégia, geral ou nacional, implicando conflito entre Estados, pressupondo a possibilidade de emprego do poder militar na guerra, para a colimação do fim pretendido.

Conceito Atual de Estratégia Nacional

A ESG evoluiu do enfoque "guerreiro" da Estratégia geral, por considerar que a ação estratégica deve voltar-se para o campo interno, na conquista ou manutenção de objetivos que não impliquem oposição ou reação de outro Poder estatal, sobretudo nos países em desenvolvimento, mas conservando o sentido de dialética de luta, para superar obstáculos à aplicação do Poder nacional.

O conceito atual da ESG, resul-

tado de três décadas de decantação, é o seguinte:

"Estratégia nacional é a arte de preparar e aplicar o Poder nacional para, superando os óbices, conquistar e manter os objetivos nacionais permanentes, de acordo com a orientação estabelecida pela Política nacional."

Análise do Conceito

Como ação racional que é, envolvendo a aplicação de meios para alcançar fins, vencendo os óbices que se lhes anteponham, o conceito de Estratégia nacional sugere as seguintes observações:

Os fins a alcançar pela Estratégia nacional são os objetivos nacionais permanentes estabelecidos pela Política nacional, a cuja orientação e controle se submete (Manual Básico/ESG 86 — MB-86).

Os óbices — obstáculos que podem dificultar, em maior ou menor grau, o encaminhamento dos meios aos objetivos visados — justificam a visão abrangente da Estratégia nacional, "voltada, também, para o âmbito interno do país, onde ela se faz imprescindível em virtude das condições conjunturais contrárias aos desígnios da Política nacional" (MB-86). Para um país como o Brasil, a Estratégia nacional aplicada para acelerar o processo de desenvolvimento das diversas áreas estratégicas, certamente enfrentará óbices de toda ordem (antagonismos, pressões e pressões dominantes, externas e internas, e fatores adversos

com potencialidade de gerar antagonismos).

Os meios que integram o Poder nacional (políticos, econômicos, psicossociais e militares), disponíveis ou em potencial, serão avaliados, preparados e aplicados globalmente pela Estratégia nacional para, a despeito dos óbices enfrentados, conquistar os objetivos fixados pela Política nacional. "A arte do estadista consistirá na correta aplicação desses meios no momento oportuno, na ocasião justa, no valor e no local exatos em que poderão produzir, da melhor forma, os efeitos desejados." (MB-86)

Releva considerar que, apesar dos três elementos fundamentais de uma ação racional, há que ressaltar, na Estratégia nacional, a importância dos fatores espaço-tempo, para melhor entendimento das áreas estratégicas e das ações estratégicas neles aplicadas.

Relações entre Política (Nacional), Poder (Nacional) e Estratégia (Nacional)

A partir da "nacionalização" do fenômeno estratégico — quando, após as Revoluções Industrial e Política do século XVIII, a Estratégia, que parecia apenas "fardada" (militar), passa a envolver as demais expressões do Poder, e a Guerra se constitui em preocupação definitivamente ascendente da Política — começam a esboçar-se os limites entre a Política e a Estratégia, seguindo-se as relações entre elas e o Poder. Fixemos alguns conceitos

importantes à inteligência dessas relações.

"A Guerra é a continuação da Política por outros meios", sentencia Clausewitz, reafirmando um conceito desgastado por antiga e errônea interpretação, que dava a impressão de ser a Guerra ou ascendente à Política ou dela independente. "A guerra", prossegue o seu filósofo, deve ser considerada não como uma coisa independente, mas como um instrumento da Política(...). A subordinação do ponto de vista político ao militar seria um absurdo, pois é a Política que declara a Guerra. Ela é a faculdade inteligente, e a Guerra apenas um instrumento, não o inverso. A única coisa possível é, portanto, a subordinação do ponto de vista militar ao político." A partir de então, a Guerra continua a dispor de uma Estratégia (militar), mas entre ela e a Política configura-se a Estratégia, "arte de conduzir a Política do Estado", ou "arte do estadista".

Ludendorff empolga-se pela preponderância do Poder militar sobre o político e tenta inverter a equação clausewitziana, propondo que "a Política em seu todo deve servir à Guerra", pensamento que norteou a concepção político-estratégica da Guerra Total hitleriana. Esquecia-se ele da advertência de Clemenceau a Foch, na França, no sentido de que "a guerra é por demais importante para ficar entregue apenas aos militares". Esse aforismo definiu o nível de ascendência e de responsabilidade do Poder civil e vinculou a Estratégia militar à Política nacional, ou melhor, à Estratégia nacional. Idêntica advertência formulara Lloyd George ao almirantado

inglês, ao declarar que: "Devemos interferir no campo estratégico. Esta é uma das maiores ansiedades do governo de uma Nação em guerra (...). Estratégia não é um problema unicamente militar. Existe, também, um elemento considerável de alta Política."

Consideremos, a seguir, a essência dos conceitos de Política, Poder e Estratégia, bem como a conceituação oferecida pelo MB-86 sobre Política nacional e Estratégia nacional, para compreendermos melhor as relações e os limites entre eles.

Política

A Política — cujos estudos abrangem os níveis teórico (filosófico e científico) e prático (técnica e arte) — ela, como *praxis*, é entendida como arte de organizar e governar um Estado e de dirigir suas ações, interna e externamente. A arte do estadista é a mais complexa de todas as artes, definindo objetivos e orientando os destinos de uma Nação, interna e externamente. Como "arte do possível" (Bismarck), preocupa-se com os fins (objetivos), define os meios a colimá-los, promovendo a consecução ou a manipulação dos objetivos. Preocupa-se decisivamente com o bem comum e a sobrevivência da nação, cuidando do Poder e do seu fortalecimento. Para o Estado-nação, a Política nacional cuida dos seus negócios, interpreta e formula os seus objetivos nacionais e organiza o Poder nacional, criando meios e desenvolvendo-os, em benefício da comunidade nacional.

À Política nacional incumbe, portanto, interpretar interesses e aspirações nacionais, traduzi-los em objetivos nacionais, a serem conquistados ou mantidos em determinado prazo; envolve um complexo de atividades, traduzidas numa concepção política, visando os objetivos a serem perseguidos.

Eis o conceito do MB-86:

Política Nacional é a arte de identificar os Objetivos Nacionais Permanentes, mediante a interpretação dos interesses e as aspirações nacionais e de orientar e conduzir o processo global que visa à conquista e manutenção daqueles objetivos.

Poder (N)

O Poder, como "energia que move a sociedade" (B. Russel), vontade aliada à capacidade, está na raiz e no fundamento da Política, como ciência; é dinâmico, pressupõe potência (força), implica efeitos a buscar, sendo manipulado pela Política e pela Estratégia para tal propósito. Existe uma relação de causa e efeito, de meios e fins, entre o sujeito (Poder) e o objeto (objetivo), donde o Poder ser admitido como a capacidade de produzir os efeitos desejados, apresentando dois aspectos: estático (que é) e dinâmico (como atua).

"Por sua própria essência", observa Aldous Huxley, "é indefinidamente expansivo, só podendo deter-se quando se choca com um poder mais forte". Spykman, por sua vez, afirma: "Do ponto de vista ético, o

Poder só pode ser considerado como um meio para atingir um fim." Síntese de forças em equilíbrio, entre tensões de múltiplos interesses, o Poder é, existe e se transforma; é "foto"; hoje está pronto; subentende Potencial e dele depende. Sem Potencial não há Poder; a avaliação fornecerá o "retrato" de corpo inteiro do Poder, para sua aplicação.

Instrumento da Política nacional – apresentando como características essenciais: sentido instrumental, integração, âmbito de atuação e relatividade – o Poder nacional é exercitado pelo Estado para alcançar os objetivos nacionais. Desta maneira podemos conceituá-lo como:

Poder Nacional é o conjunto de meios de toda ordem de que dispõe a nação, acionados pela vontade nacional, para conquistar e manter, interna e externamente, os Objetivos Nacionais. (MB-86)

Estratégia (N)

"Arte dos Estadistas", "Arte da dialética das vontades, empregando a força para resolver seus conflitos", a Estratégia preocupa-se com os meios e, através do Planejamento ("gigantesca balança onde são comparados o Poder e os Objetivos", destacando-se três posições na "balança estratégica": ponderada, equilíbrio entre os pratos, Poder e Objetivos; tímida, pendendo o prato para o Poder; e temerária; pendendo para os Objetivos) – apresenta o esquema sequencial Meios Óbices Fins, sempre voltada para a ação racional, abrangendo o

universo da Política e não somente o antagonico.

Envolve uma forma superior de luta, empregando todos os meios do Poder nacional para superar os diversos obstáculos que se antepõem aos supremos interesses da nação. A busca incessante da eficácia traduz-se num planejamento que procura um máximo de rendimento com um mínimo de meios. É uma tarefa para especialistas, nos diferentes setores de atividades, e para estadistas, a nível nacional.

Recordemos o conceito do MB-86:

Estratégia Nacional é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para, superando os Óbices, conquistar e manter os Objetivos Nacionais Permanentes, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional.

Relações entre a Política Nacional, Estratégia Nacional e Poder Nacional

A Política prende-se, sobretudo, a objetivos a alcançar; para o Estado-nação, a Política Nacional cuida dos seus negócios, interpreta e formula os seus objetivos nacionais; vai além, organizando o Poder Nacional, criando meios e desenvolvendo-o, em benefício da comunidade nacional. À Política nacional incumbe, portanto, interpretar interesses e aspirações nacionais, traduzi-los em objetivos nacionais a serem fixados, para a consecução ou manutenção por determinado prazo; envolvendo todo um complexo de

atividades (diretrizes e planos de ação) traduzidas numa concepção política, estabelecendo objetivos, estimando meios e traçando rumos para a conduta estratégica.

A *Estratégia* preocupa-se principalmente com os meios de que vai dispor, para que atinja os fins definidos pela Política; cria a forma de traduzir e de impor a vontade política, prepara o Poder, define opções, propõe a linha de ação mais favorável, considerando, para tanto, recursos, esforços, prioridades; os riscos a correr pelo Estado na implementação da decisão tomada. Relaciona-se, então, aos fins (objetivos) da Política e aos riscos para atingi-los ou mantê-los.

A *Política*, então, ascendente à *Estratégia*, define fins (objetivos), formula o *que*, como arte de orientar o Poder para objetivos por ela fixados, realiza-se através da *Estratégia*, arte de aplicar o Poder, depois de preparado, para atuar interna e externamente, cuidando do *como*. O *que* e o *como*, portanto, relacionam-se intimamente, mas em níveis diferentes a *Estratégia* sempre subordinada à *Política*.

Há, na verdade, uma faixa cinzenta, uma fronteira não muito nítida entre *Política* e *Estratégia*, no sentido de que a *Política* (arte do estadista) é um pouco "estrategista" (campo da *Estratégia*), quando assinala rumos, direção geral, metas; como também a *Estratégia* (arte do estrategista), é um pouco "estadista" (nível da *Política*), quando aplica o Poder. Isso se acentua em termos de *Política Nacional* e *Estratégia Nacional*, sobretudo na concepção teórico-doutrinária soviética, embasada no

materialismo dialético. De qualquer forma, há que lembrar: a *Política nacional* se fundamenta em qualidades intuitivas muito particulares do estadista, tem primazia sobre a *Estratégia nacional*, não pode ser governada por ela, pois nada mais perigoso. Ao contrário, a *Estratégia Nacional* recorre a um método complexo e rigoroso de preparo, de planejamento e de aplicação do Poder nacional; dá forma à concepção política nacional, cumprindo os seus "mandamentos", para que o projeto político (objetivo nacional), desejável para a nação, por ela seja aceitável, quando implantado.

Fixemos, didaticamente, outras correlações desses conceitos doutrinários básicos, inclusive no concernente à sistemática da concepção política e do planejamento estratégico:

- A *Política* decide imperativamente, formulando objetivos, no exercício do Poder (autoridade), verticalizados, de cima para baixo; determina (decide) "o que" o Poder "deve fazer" (colimar objetivos). A *Estratégia* estuda o Poder (planejamento metodológico), globalizando, integrado, para oferecer opções, de baixo para cima, à decisão tomada, para futura decisão, de cima para baixo.
- A *Política* define "o que deve ser feito"; liga-se aos fins (objetivos). A *Estratégia* propõe "o que vai ser feito" (com que, como, quando, onde...) e, até, "o" que pode ser feito".
- A *Política*, ligada aos fins (objetivos), em termos de concepção e

formulação; há que colimar objetivos (portanto, considera os objetivos). A *Estratégia*, ligada aos meios (Poder), cuidando do preparo e da aplicação; há que aplicar o Poder (cuida, pois, do Poder).

- A *Política* considera os níveis do desejável (ON), do realizável (ONP) e do possível (ONA), enquanto a *Estratégia* estuda o desejável, planeja o realizável e aplica o possível.
- A *Política* avalia (o Poder) para formular (decisão) objetivos; intui para formular e deseja resultados (objetivos); a *Estratégia* estuda (o Poder) para planejar opções, oferece opções.
- A *Política* é o que se quer (objetivos); o Poder é o que se tem (meios); e a *Estratégia* é o que se faz (ação) como o que se tem (meios) para o que se quer (objetivos).

A partir, inclusive, da dimensão nacional do fenômeno estratégico, com o preparo e a aplicação de meios (nacionais) para alcançar objetivos (nacionais), a *Estratégia* começa a esboçar, vez por outra, tendência para penetrar na inteligência, concepção, formulação e sistemática da *Política* nacional; em parte porque, com o exponencial desenvolvimento científico tecnológico, e agora cibernético, entre o que fazer da *Política*, e o que fazer, da *Técnica*, interpõe-se a *Estratégia*, dizendo como fazer, de forma cada vez mais sofisticada. O como fazer (modo de emprego do Poder), característico da *Estratégia* nacional, tem seu campo de ação limitado pela orientação po-

lítica, que deve condicionar a eficácia da sua aplicação aos postulados éticos. Inclusive, a *Política*, que conhece as necessidades da *Estratégia*, se percebe que os meios são insuficientes ou inadequados aos objetivos nacionais, poderá reconsiderar a decisão, reforçando os meios ou admitindo objetivos de menor valor. Nesse particular, calha recordar o que disse o Almirante R. Castex, relativamente aos contornos da *Estratégia* e da *Tática*, substituindo a *Tática* (da *Estratégia* militar) pela *técnica* (da *Estratégia* nacional): "A *Estratégia* é como o espectro solar; tem o infravermelho, que é o domínio da *Política*, e o ultravioleta, que é o reino da *técnica*."

Sobre as relações entre os formuladores da *Política* nacional (estadistas) e os planejadores da *Estratégia* nacional (estrategistas) podemos dizer que o estadista pensa na próxima geração, com visão profunda, elevada e prospectiva da *Política* nacional; mais ligado ao desejável da comunidade nacional, menos preocupado com os meandros técnico-científico-cibernéticos, ficando entre os níveis do desejável (ON) e do realizável (ONP). Ao contrário, o estrategista de visão ampla e alternativa pensa na atual geração; mais ligado à aplicação dos avanços técnico-científico-cibernéticos, utiliza os sistemas correspondentes (técnicas, métodos, processos) e se situa entre o possível (ONA) e o aplicável (alternativo) (ação). Das qualidades do estrategista, diríamos como Haushofer para o geopolítico: "Deve possuir o talento do bom jornalista e seu agudo sentido noticioso, a instrução do oficial de estado-maior,

com sua apreciação exata das mais diversas informações, e a sóbria erudição do sábio."

Vimos, desta forma, as relações entre a Política, o Poder e a Estratégia, conceitos que formam a trilogia fundamental da Teoria do Poder. Já se disse que a Política é o farol que ilumina o Poder e orienta a Estratégia; Política (objetivos) sem Poder (meios) nada pode; ambos, Política e Poder, sem Estratégia, nada valem. E, ademais, "a formulação e execução (aplicação) de uma doutrina estratégica, permanentemente exercitada e atualizada, prevendo os diferentes problemas oferecidos pela teoria das relações internacionais e do Poder, para busca de soluções alternativas para as variações conjunturais – eis a diretriz orientadora de estudos pertinentes à Estratégia."

E, para finalizar este item, citemos o General Dilermando Monteiro: "Política nacional e Estratégia nacional relacionam-se estreitamente, mas não se confundem. Política nacional fixando fins a atingir, avaliando meios a empregar e traçando rumos para a conduta estratégica. Estratégia nacional, arte de executar a Política nacional, aplicando meios, vencendo óbices, alcançando os fins determinados pela Política." E também o General A. Fragoso, quando, em 1969, afirma: "Política é a fixação de rumo, de objetivos, de linhas de ação. Estratégia é, numa palavra, ação."

Aspectos Particulares

Desdobramentos da Estratégia Nacional

Analogamente ao que ocorre

com o desdobramento da Política nacional – que traduz a visualização dos campos de preocupação dos objetivos de uma nação, voltados para o desenvolvimento e a segurança, nos âmbitos interno e externo, dando origem à Política Nacional de Desenvolvimento e à Política Nacional de Segurança, reveladas através das sucessivas políticas governamentais – no que concerne à Estratégia nacional também se pode destacar ênfase idêntica, ao longo dos tempos, desdobrando-se em dois ramos: Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Estratégia Nacional de Segurança.

As necessidades de evolução de uma nação, dando origem à formulação da Política Nacional de Desenvolvimento, naturalmente sugerem a consideração de um ramo da Estratégia nacional prioritariamente interessado no preparo e na aplicação do Poder Nacional no campo do desenvolvimento, em busca da colimação dos objetivos nacionais atuais. Para os países em desenvolvimento, dadas as características, peculiaridades e vulnerabilidades das diversas áreas estratégicas, há que levar em conta os fatores adversos.

Daí o conceito explicitado no MB-86:

Estratégia Nacional de Desenvolvimento é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para conquistar e manter os objetivos estabelecidos pela Política Nacional de Desenvolvimento, a despeito dos fatores adversos existentes, inclusive aqueles com potencialidade de gerar antagonismos.

A *Estratégia Nacional de Segurança* decorre da formulação da Política Nacional de Segurança e cuida das grandes opções estratégico-operacionais, para o preparo e a aplicação do Poder Nacional e para a orientação estratégica relativa à Segurança nacional; portanto, trata-se do *como fazer* com o Poder nacional, interna ou externamente.

Dai o seu conceito pelo MB-86:

Estratégia Nacional de Segurança é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para, superando os antagonismos, pressões e pressões dominantes, conquistar e manter os Objetivos Nacionais Permanentes, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional de Segurança.

Estratégias Específicas

Sendo incumbência da Estratégia nacional preparar e aplicar o Poder Nacional — examinando através das dimensões em que atuam os seus meios, isto é, as expressões política, econômica, psicossocial e militar, que se caracterizam, cada qual, pela capacidade de produzir determinados efeitos e constituída, prevalentemente, por elementos de uma mesma natureza — admite-se, para fins de análise e planejamento, que as duas ações adquirem aspectos peculiares a esta ou àquela expressão do Poder nacional. Assim, admitida a natureza predominante de certas ações, considera-se a existência de Estratégias específicas — política, econômica, psicossocial e

militar — dirigidas, coordenadas e integradas pela Estratégia nacional.

Ressalte-se que nenhuma Estratégia específica poderá ser considerada isoladamente, com exclusão das demais. Na realidade, elas se inter-relacionam; se uma determinada Estratégia específica realça a predominância dos meios empregados ou de seus efeitos, normalmente ela deve ser apoiada ou complementada por ações estratégicas oriundas de uma ou de todas as demais expressões do Poder nacional, nas ações de apoio.

De modo geral, a cada Estratégia específica cabe, especialmente, preparar e aplicar a expressão correspondente do Poder nacional.

Estratégia Governamental

A Estratégia nacional, voltada para os objetivos nacionais permanentes a serem perseguidos pelo Poder nacional ao longo do tempo, na realidade conjuntural se concretiza através das sucessivas estratégias governamentais, incumbidas do preparo e da aplicação daquele Poder, para que sejam atingidos os objetivos nacionais atuais (desdobrados dos ONP; etapas intermediárias na sua conquista representam a definição política de governo, depois de relacionados os pressupostos básicos e as hipóteses de guerra). Considerando o estreito relacionamento dos meios (capacidade de poder nacional para produzir os efeitos necessários), dos óbices (existentes ou potenciais) e dos fins (a atingir), diante dos prazos e prioridades de aplicação dos recursos defi-

nidos pela política governamental, chegamos à conceituação do MB-86:

Estratégia Governamental é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices, conquistar e manter os objetivos nacionais atuais, de acordo com a orientação estabelecida pela política governamental.

Desdobramentos da Estratégia Governamental. A partir da Estratégia governamental desdobram-se estratégias, sendo duas de relevada importância: de desenvolvimento (Estratégia Governamental de Desenvolvimento) e de Segurança (Estratégia Governamental de Segurança), função da natureza dos óbices e dos meios a preparar e a empregar, para a conquista ou manutenção dos objetivos nacionais.

As necessidades de preparo e de aplicação do Poder nacional, através de suas diferentes expressões, dão origem às estratégias descendentes da Estratégia governamental, denominadas de Estratégia setorial e Estratégia regional.

Ações Estratégicas
(Manual Básico-86, da ESG)

O Poder nacional é o instrumento de que se vale a Política para, mediante uma Estratégia, conquistar e manter os objetivos nacionais. A Estratégia se concretiza através das ações que empreende.

Ações estratégicas são as medidas, variáveis em natureza e em intensidade voltadas para o preparo e aplicação do Poder nacional.

No que concerne às condições internas e externas em que se realizam as ações estratégicas, tanto para o desenvolvimento quanto para a Segurança, podem elas ser encaradas como ações correntes e ações de emergência.

Ações correntes são as relacionadas com as situações comuns, isto é, situações que podem ser configuradas como de rotina ou onde não se revelam alterações sensíveis da normalidade.

Ações de emergência são as que permitem atender a situações que recomendam ou exigem medidas incomuns, não rotineiras, até mesmo excepcionais, para serem eficazmente enfrentadas.

Tais situações vão desde as calamidades públicas, como inundações ou incêndios de grandes proporções, até a iminência ou a certeza de uma hipótese de guerra.

Áreas Estratégicas
(Manual Básico-86, da ESG)

As áreas em que se aplicam as ações estratégicas são consideradas em duas categorias distintas: as de natureza territorial e as que envolvem atividades humanas. O que caracterizará tais áreas como estratégicas será a constatação da presença ou da possibilidade de surgimento de óbices.

Em síntese, as áreas estratégicas são tanto regiões geográficas quanto setores que envolvem atividades humanas.

Desse modo, setores como os da educação, da saúde ou das comunicações, do mesmo modo que grandes vazios demográficos em

áreas de interesse nacional, regiões de fronteira, grandes centros urbanos e industriais e certas áreas no exterior de particular interesse para o país, podem ser consideradas áreas estratégicas.

Óbices

Antes de considerarmos os obstáculos que podem existir, impedindo ou prejudicando, em forma e graus variados, a eficaz aplicação do Poder nacional, recordemos alguns aspectos das leis da dinâmica do Poder (conservação, expansão, relatividade, eficiência e defrontação). Enquanto a lei da *conservação* mostra que o Poder, como a energia, é um só, "muda de aspecto mas não de natureza" (Jouvenel), a da *expansão* informa que o Poder é dinâmico por natureza, tendendo sempre a crescer, pois, não havendo vácuo no universo do Poder, onde um Poder se expande, outro recua ou impede a expansão, com atuação contrária. Da *relatividade*, no tempo e no espaço e em relação a outro Poder, fica a idéia de que os meios do Poder variam com o tempo (época), espaço (área) e o "outro Poder"; a da *eficiência* deduz que "um Poder é por definição um Poder eficaz", que "o Poder pode ser definido como a produção de efeitos desejados" (B. Russell); e, ademais, "o Poder é função de sua própria eficiência". Finalmente, da lei da *confrontação* conclui-se que o Poder que se expande defronta, sendo as relações entre poderes, essencialmente, de cooperação ou de antagonismo.

Além disso, devemos nos lem-

brar que Poder "é força ou domínio ou autoridade, conforme os meios disponíveis" (Olsen) ou "a capacidade de causar ou impedir mudanças". (May)

Assim, o Poder, ao ser aplicado para atender aos fins da Política, o fará num meio social que não é neutro, encontrando óbices, cuja conceituação é dada pelo Manual Básico-86, da ESG:

Óbices são obstáculos de toda ordem, existentes ou potenciais, materiais e imateriais, representando condições estruturais ou conjunturais resultantes de fatos naturais ou sociais, ou da vontade humana, que dificultam ou impedem a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais.

Tais óbices podem dificultar ou impedir ações na área do Desenvolvimento e/ou da Segurança; ser de ordem material ou imaterial; e até, resultarem de condições da própria natureza (secas, inundações) ou de fatos sociais (pobreza, analfabetismo); ou, mesmo, da vontade humana. Podem, enfim, decorrer de condições estruturais ou conjunturais e variarem, ao longo do processo evolutivo do país, na essência, na intensidade e na forma como se manifesta, como se depreende das leis da dinâmica do Poder.

Os óbices são subdivididos, consoante a inexistência ou presença de intencionalidade, em fatores adversos e antagonismos.

Fatores adversos são óbices de toda ordem, internos ou

externos, que, destituídos do sentido contestatório, se interpoem aos esforços da comunidade nacional para conquistar e manter os Objetivos Nacionais. (Manual Básico-86, da ESG)

Os obstáculos dotados de vontade e poder de contestação para os ideais e as ações da comunidade que visem à consecução dos objetivos nacionais permanentes, denominam-se *antagonismos*. Eis o conceito definido pelo Manual Básico:

Antagonismos são óbices internos ou externos que, manifestando atitude deliberada e contestatória, se contrapõem à conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.

O antagonismo dispondo de Poder, isto é, vontade deliberada de se contrapor aos esforços da comunidade, somado à capacidade de obter efeitos através de qualquer meio (força, ameaça, logro etc.), denomina-se *pressão*, exercida de forma direta ou indireta. Ela apresenta características manifestadas ou latentes e significa, portanto, um perigo atual ou potencial.

Pressões são antagonismos em que a vontade contestatória se manifesta com capacidade de se contrapor à conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanente. (MB-86)

Se a pressão, por sua atuação significativa, pode impedir a conquista e manutenção dos objetivos na-

cionais permanentes, ela se torna *pressão dominante*.

Para superar as pressões dominantes, impõem-se medidas especiais, que escapam ao comum da vida nacional; podendo o Estado chegar ao recurso extremo da guerra, se forem infrutíferos seus esforços para eliminá-las ou reduzi-las.

Pressões dominantes são antagonismos que, por sua importância e natureza, constituem ameaça ponderável à conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.

Reunindo os diversos conceitos, percebe-se que, enquanto o fator adverso é um fato ou ato, sem sentido contestatório, contra os esforços dirigidos para os objetivos nacionais permanentes, o antagonismo é um ato, uma contestação à conquista ou manutenção dos objetivos nacionais permanentes. A Pressão é antagonismo que dispõe de Poder e que surge endogenamente ou por estímulo de forças exógenas, enquanto a pressão dominante é um óbice de grau extremo, com risco para a Segurança nacional, tomando-se necessário formular hipóteses de guerra, com amplos reflexos no preparo e na aplicação do Poder nacional, inclusive para, se possível, evitar a guerra.

Daí o conceito do Manual Básico-86:

Hipótese de Guerra constitui uma suposição de eclosão de guerra em um quadro conjuntural nacional e internacional. É a denominação dada a um quadro

que configura uma determinada conjuntura capaz de, por si só, levar a Nação ao emprego violento do Poder Nacional, com predominância da Expressão Militar.

Nota. No artigo seguinte, "Dimensões da Estratégia", o leitor encontrará as respostas às perguntas formuladas na introdução e ainda não expressas, além de breve biografia do Cel Amerino Raposo Filho.

BIBLIOGRAFIA

1. ÁLVARES, Obino Lacerda. *Estudos de Estratégia*, Rio de Janeiro, BIBLIX, 1973.
2. ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*, Brasília, Ed. Univ. Brasília, 1979.
3. BEAUFRE, André. *An Introduction to strategy*, New York, Praeger, 1966. *Strategy of Action*, New York, Praeger, 1969.
4. CASTELLO BRANCO, H, A *Estratégia*, RJ, ESG, 1962.
5. CASTEX, Hubert. *Theories strategiques*, Paris, SGMC, 1937.
6. CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*, São Paulo, Martins Fontes Ed., 1979.
7. EARLE, Edward Mead. *Makers of Modern Strategy*, New York, Princeton Press, 1973.
8. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Manual Básico, Rio de Janeiro 1986.
9. HERRERA, H. Almeida. *A Estratégia dos Aliados na Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, BIBLIX, 1961.
10. LIDDELL HART, B.H. *Estratégia*, Rio de Janeiro, 1966.
11. ———. *As Grandes Guerras da História*, São Paulo, Ebrasa, 1963.
12. RUSSELL, Bertrand. *O Poder; uma nova análise social*, S.P, Ed Nacional, 1957.
13. STONE, Jeremy J. *Strategia Persuasion*, New York, Columbia, 1967.
14. TAYLOR, A.J.P. *A Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
15. WEIGLEY, Russell F. *Novas Dimensões da História Militar*, 2 vols., Rio de Janeiro, BIBLIX, 1981/82.



DIMENSÕES DA ESTRATÉGIA

Amerino Raposo Filho

Pela apresentação de cinco cenários, o autor possibilita apreciar-se e compreender-se as estratégias relevantes, suas peculiaridades no tempo histórico e no espaço geográfico, seu emprego no passado (retrospectivo), planejamento e aplicação no presente (conjuntural) e orientação para o futuro (prospectiva), complementando o artigo anterior: "Fundamentos da Estratégia." O texto dos dois artigos constituiu a palestra que Amerino Raposo realizou no Ciclo de Extensão sobre Estratégia, patrocinado pela Escola Superior de Guerra, em outubro de 1986, discorrendo sobre o tema "Fundamentos e Dimensões da Estratégia".

CENÁRIOS ESTRATÉGICOS

Os cenários possibilitam apreciar e compreender as estratégias relevantes, suas peculiaridades no tempo histórico e no espaço geográfico, seu emprego no passado (retrospectivo), planejamento e aplicação no presente (conjuntural) e orientação para o futuro (prospectiva). Muito difícil, complexa e sofrendo a influência de muitos fatores é a delimitação de um cenário estratégico. Em seu interior convivem elementos, fatores e aspectos de importância e valor eminentemente variáveis, como: tempo histórico, espaço estratégico, fatores políticos, econômicos, psicossociais, militares, geopolíticos, tecnológico-

cibernéticos; limitações e vulnerabilidades (internas e exteriores à área estratégica considerada) e, sobretudo, instrumentos de ação, introduzidos no poder das unidades políticas consideradas, em termos nacionais, regionais, continentais e de âmbito mundial.

O tempo histórico traduz o período sobre o qual o analista (planejador) procura tirar conclusões. Não significa sequência de horas, dias, anos, ou de passado, presente e futuro. Envolve períodos de dimensão variada (décadas, séculos), possibilitando visão retrospectiva de fenômenos políticos, econômicos, psicossociais, militares, científico-tecnológicos; ou recomendações prospectivas, com destaque para os de inte-

resse prioritário, no caso o pensamento e a ação estratégicos. As conclusões sendo passíveis de adaptações e ampliações.

Fator influente da área estratégica e condicionante de todas as atividades humanas, o tempo implica duração, sucessividade, oportunidade e continuidade.

O espaço estratégico é entendido na acepção de área estratégica, abrangendo áreas geográficas e atividades humanas. A noção de espaço envolve a consideração de posição, circulação, comunicações, recursos naturais e humanos, relações internacionais, organização interna e estrutura social.

Dependendo do enfoque estratégico a privilegiar no cenário e tendo em vista que nele se realizam as ações estratégicas, o espaço pode compreender: campo de batalha, *front*, teatro de operações (para a Estratégia militar), áreas nacional, regional, continental, hemisférica e global (para as Estratégias nacional, total e global) e, até, espaço exterior ou orbital (para a Estratégia planetária). Ou ainda, admitidos os recursos minerais (para os materiais estratégicos).

Ao longo do tempo, o espaço vem ampliando a sua abrangência, função do desenvolvimento científico-industrial, - da expansão dos transportes e das comunicações, do avanço tecnológico-cibernético e de determinadas atividades do homem e das comunidades nacionais (espaço cultural, modificação de valores éticos e morais etc.).

Configuraremos, a seguir, cenários estratégicos retrospectivos, correspondentes às dimensões militar

(Antiguidade ao século XVIII), nacional (século XIX), total (guerra de 1914-1918 e décadas de 1920-1930); global (guerra de 1939-1945 e décadas de 1950-1960-1970; e prospectivo, correspondente à dimensão planetária (décadas de 1980-1990).

CENÁRIO DA DIMENSÃO MILITAR

A dimensão militar envolve o longo período da Antiguidade ao século XVIII, da 'militarização' da Estratégia, isto é, quando o fenômeno estratégico se apresenta mais militar que político - a guerra, não raro, sobrepondo-se à política e a sua conduta fazendo-se, basicamente, através da Estratégia militar. Desde a sua origem, não se pode deixar de encarar a guerra e, portanto, a Estratégia, sobretudo a militar, no contexto da política, das relações entre comunidades internacionais e os vários centros de poder. O fenômeno estratégico vai-se tornando mais complexo, na medida em que as distâncias se "reduzem" e os centros de poder se multiplicam e inter-relacionam-se.

Nesse imenso cenário, poderíamos destacar vários outros "grandes" e "pequenos" cenários, correspondentes a diversos "tempos" e "espaços" político-estratégicos, sobretudo na Antiguidade e nos tempos modernos. Na Antiguidade, por exemplo, surgem os cenários da Grécia Antiga, das lutas entre Roma e Cartago, pela hegemonia do poder político-militar, da expansão do poder de Roma na Europa e no Oriente Médio e, logo a seguir, a Guerra Civil.

Na Grécia Antiga, *estratégia* significa todos os problemas respeitantes à guerra (preparação, organização, adestramento e emprego de meios, até objetivos a conquistar), conceito, portanto, muito abrangente. Refere-se a todos os encargos do general, como se depreende, também, dos escritos de Senofonte ("A Anábase") e de Platão ("Protágoras") e das pregações de Dionísio. A atuação político-militar de chefes e estadistas da Grécia de então, como Mílcíades, Epaminondas, Filipe e, sobretudo, Alexandre, exemplifica o emprego da Estratégia, inclusive em nível de abrangência superior ao estritamente militar, muita vez se identificando com a Política.

Mílcíades vence a batalha de Maratona e salva Atenas dos persas, aplicando uma estratégia fundamentada em energia, vontade, surpresa. Epaminondas vence Esparta na batalha de Leuctra, exibindo uma estratégia da grande amplitude e visão política, uma espécie de "grande estratégia". Filipe, operando uma estratégia extremamente veloz, enérgica e surpreendente, uma estratégia de grande efeito no quadro de ampla manobra política, vence o exército inimigo na batalha de Queroneia. Alexandre vai além: concilia o emprego da Estratégia militar com outras formas do fenómeno estratégico, a vitória militar representando apenas um meio, vez que política e estratégia compunham um conjugado de fins e meios, fins e riscos, fins e vontade, como se observa nas suas campanhas, na Grécia e na Ásia Menor. Além de chefe militar, Alexandre enfeixa a direção política. Com ele a estratégia adquire,

como ocorrera com Filipe, dimensões e nível do que modernamente se entende por Estratégia nacional. Consegue conciliar estratégia com guerra e política. Após formular os objetivos da Política, lança-se à guerra para finalizar a Estratégia militar na batalha e no combate decisivos.

Nas guerras entre Cartago e Roma, vemos Aníbal vencer as duas primeiras batalhas da Segunda Guerra Púnica — Transimeno e Cannes — de forma realmente brilhante. É a Estratégia de Aníbal vencendo a de Fábio, estratégia principalmente psicológica e política, que evitava ou protelava a Estratégia militar. "Hannibal ad portas", de Aníbal face a Roma, após Transimeno e Cannes; estratégia inconclusa, porque não domina Roma, centro de poder. Bem diferente, no entanto, das estratégias de Aníbal e de Fábio é a de Catão ("Delenda est Cartago"), estratégia de aniquilamento e de destruição, com um só e obstinado objetivo: o centro de poder cartaginês.

Na Roma Antiga, também o fenómeno estratégico subentende concepção e aplicação idênticas à da Grécia. Onossandros (com "De Strategicos Logos") e Plínio são dois pensadores da época. Bastaria citar a atuação de César, nas oito campanhas fora da Itália, alcançando a Bretanha e a Germânia, e nas cinco outras na Itália contra Pompeu, para constataremos uma estratégia excepcional, veloz, surpreendente, ousada. Estratégia de fins, para dominar a Itália. "Alea jacta est!" significa tudo ou nada, estratégia mais psicológica que militar, vontade, decisão política irrevogável. E aí estão as vitórias de

César: Roma, Farsália, Tapso e Munda.

Nos tempos modernos, o ciclo das navegações faz o mundo ficar "maior" e "menor", a guerra e a Estratégia sofrendo influências crescentes, de várias ordens.

As Revoluções Agrícola (até o século XV) e Econômica ou Comercial (até o século XVIII) desse longo período produziram reflexos ponderáveis na forma da guerra e em sua conduta estratégico-operacional.

Outro "pequeno" cenário da grande moldura da dimensão militar envolve os séculos XVI e XVII, cujas características principais são: Renascimento florescente na Europa, com a formação de uma consciência nacional e fortalecimento do poder do Estado; desenvolvimento do mercantilismo, absolutismo e do racionalismo; consolidação dos sistemas políticos, com governos absolutos e poderosos Estados nacionais, surgimento da Revolução Protestante e da Revolução Católica; ocorrência da Revolução Comercial, tudo isso repercutindo diretamente na política e na Estratégia das relações entre as unidades políticas, configurando a guerra em dimensões mais amplas e crescentemente dependente da política. A Estratégia militar é pendular, relativamente a outras expressões nascentes: a política e a econômica. Surgem as monarquias absolutas, com exércitos permanentes, e assim a guerra metódica fica mais complexa e exuberante.

Em paralelo ao pensamento estratégico-militar, a partir do século XVI evolui o pensamento político-estratégico através da notável contribuição jurídico-política de Maquiavel

e Bodin (século XVI), de Grotius e Hobbes (século XVII) e de Vattel (século XVIII). Maquiavel visualizou as dimensões política, militar e nacional da Estratégia. Bodin exalta o poder absoluto do monarca. Grotius propõe limitações à guerra. Hobbes prega o poder absoluto do Estado. Vattel é adepto da moderação e da limitação da guerra.

A guerra limitada poderá constituir mais um cenário: estratégia menos militar que a da guerra antiga e mais política que a da guerra metódica. De grande valor foi a contribuição oferecida por Guibert, Bülow e Carnot.

Enfim, a dimensão militar, "linear", prevalece até as Revoluções Industrial e Política.

CENÁRIO DA DIMENSÃO NACIONAL

Neste cenário, percebem-se manifestações mais nítidas de outras expressões do pensamento estratégico, como a política, a econômica e a psicossocial.

Como *características do cenário* podemos apontar: decorre das revoluções econômico-industrial e político-social, quando guerra e Estratégia se configuram nacionais; guerra entre nações, exércitos de cidadãos, nação em armas; começa quando termina a guerra dos reis e tem início a dos povos; exércitos de conscritos, mobilização geral da população; Estratégia nacional "concebida" na Revolução Francesa, "nascida" em Valmy (1792), "desenvolvida" nas guerras revolucionárias e napoleônicas, "emancipada" após Napoleão, com Clausewitz, Jomini e

Engels-Marx; apresenta dois tempos, "verticalizados": o dos construtores ou formuladores (Estratégia nacional) e o dos condutores (Estratégia militar). Finalmente, a guerra (nacional) continua a política (nacional) através da Estratégia (nacional e militar).

Aspectos Particulares das Estratégias Nacional e Militar

Nacional: prepara e aplica, não mais meios dos Estados-nações, mas o poder de toda a nação; compromete-se, definitivamente, com a política nacional; ascendente e coordenadora das expressões "justapostas", sobretudo a militar.

Militar: fortalecida e ampliada, subdivide-se em terrestre e naval; dimensão mais política que militar; estratégia da "era do vapor"; conta com outras expressões: política, econômica e psicossocial, em forma precária.

As relações do binômio *espaço X tempo* das estratégias nacional e militar são influenciadas pelo grande desenvolvimento técnico-científico-industrial, traduzido no emprego dos seguintes meios: comunicações (pela vista, gestos e estafetas – homem a pé, a cavalo e motorizado); estrada de ferro, navios a vapor e motor de combustão interna; canhão raiado, fuzil de carregamento pela culatra e foguete; e telégrafo. Enquanto os espaços e as distâncias aumentam, paradoxalmente, os tempos de ligação entre o Poder político (centro decisório e de direção da guerra) e o condutor da guerra diminuem.

Pequenos cenários, de duas ou três décadas, se inserem na dimensão nacional:

1800-1820 – período das guerras napoleônicas. Avultam as relações entre Política e Estratégia, através da guerra e da Estratégia militar, nas campanhas de Napoleão (pensamento estratégico-militar) e, depois, pensamento político-estratégico.

1820-1850 – período de decantação das idéias filosófico-teóricas, político-estratégicas e doutrinário-operacionais, das Estratégias militar e nacional; filósofos e técnicos estudam a guerra: Clausewitz e Jomini; ocorrem revoluções, com mudanças das estruturas político-econômico-sociais; afirma-se a democracia e exalta-se o nacionalismo; destaques para os fatores militares e econômicos do Poder nacional

1850-1870 – época de conflitos político-estratégico-militares; com reformulação do mapa político; surgem doutrinas econômicas, defendendo o capitalismo (A. Smith, A. Hamilton e F. List, que entendem impossível separar Poder econômico do Poder militar) ou combatendo-o (K. Marx e Engels, que propõem ser a guerra essencialmente econômica, diplomática e psicológica e, só em última instância, militar); a Estratégia nacional se valoriza, com a participação da Estratégia econômica; desenvolve o campo da Guerra e da Estratégia revolucionária; principais guerras: Crimeia (1854/6), Secessão (1861/5), Áustria (1866) e Paraguai (1864/70).

1870-1900 – ocorrem conflitos de grande expressão político-militar, evidenciando a definitiva dependência de Estratégia nacional à Política nacional.

Principais guerras: Franco-Prussiana (1870-1871); Russo-Japonesa (1904-1905).

No final do século XIX consagra-se a Estratégia nacional. Pode ela preparar e aplicar o Poder (nacional e militar), com maior antecedência, amplitude e profundidade, no tempo e no espaço. A Guerra será, agora, nacional, ideológica e total. A Estratégia nacional cuida da mobilização, terrestre e naval, mediante planejamento, em todas as expressões do poder nacional.

CENÁRIO DA DIMENSÃO TOTAL

A dimensão total do fenômeno estratégico pode ser apreciada através de cenários configuradores do tempo histórico (1830-1919) e dos espaços estratégicos paz e guerra mundial e guerra e paz (!) São, portanto, cenários retrospectivos e do quadro realístico da própria dimensão. Fixemos algumas idéias relativas à Estratégia total, antes de estruturar os cenários.

Enquanto as revoluções político-econômicas do século XVIII ampliam a dimensão da guerra e da estratégia, de militar para nacional, com participação relevante das expressões política, econômica e social, a caleidoscópica política do poder das principais potências do século XIX

estimula as dimensões total (em 1914-1918) e global (em 1939-1945), no século XX. Três tempos (momentos), sucessivos e crescentes, projetam-se do século XVIII sobre a Estratégia: dimensão total, nacional e global, correspondentes aos dois séculos das grandes revoluções: político-econômico-sociais, das transformações na arte da guerra e das guerras da história da humanidade. A dimensão total envolve, pois, a guerra de 1914-1918 e se projeta, por inércia, nas décadas de 1920-1930. Compreende, assim, dois perfodos: de guerra e de “paz armada”.

A dimensão total, da guerra e da estratégia, tem sua gestação no século XIX explicitada nas Guerras de Secessão (1861-1865), da Tríplice Aliança com o Paraguai (1864-1870) (lado paraguaio), Franco-Prussiana (1870-1871) (lado prussiano) e Russo-Japonesa (1904-1905) (lado japonês); no entanto, “explode” e atinge a maioridade na Guerra de 1914-1918. Pode ser estudada através dos seguintes cenários, estruturados em suas linhas principais:

Cenário Retrospectivo (1830-1914) (Paz e Guerra)

Panorama político-estratégico compreendendo, no campo político-social, aspectos importantes da democracia, do nacionalismo, do progresso das ciências biológicas, físicas e sociais; no campo econômico, expansão da civilização industrial e do comércio mundial, desenvolvimento das ferrovias e da navegação a vapor, destacando-se a Alemanha

e os Estados Unidos, que ultrapassam Inglaterra e França como potências hegemônicas. E, finalmente, no campo das relações internacionais, elas se mostram complexas e antagônicas na Europa, aumentam os sistemas de alianças, acentua-se o imperialismo colonial na África e na Ásia, e, mediante complexa Estratégia político-militar, Inglaterra, França, Rússia e Itália procuram envolver e isolar a Alemanha, centro de poder europeu.

Panorama estratégico-militar, sobretudo alemão e francês, fundamental à compreensão da "passagem" da dimensão nacional à total, da guerra e da Estratégia. Afirmam-se o Poder e a Estratégia nacionais para atendimento a uma política nacional mais ampla. Toda a nação participa do preparo e da mobilização, da indústria e da população. Além da expressão militar, outras se projetam, como a diplomática, a econômica e a social. A evolução do pensamento estratégico-militar alemão pode ser apreciada através da contribuição de Schlieffen, Moltke (o Moço) e Delbrück, principalmente do primeiro, que formulou notável concepção estratégica militar para os teatros de operações ocidental e oriental, em tempos diferentes, cujo meticuloso planejamento revela a concomitância das dimensões militar, nacional e total, da guerra e da Estratégia. Delbrück propõe duas formas para a Estratégia militar: aniquilamento (batalha decisiva) e esgotamento ou de dois pólos (batalha e manobra). No que concerne ao pensamento estratégico-militar francês, há que compreender as dimensões, militar e total, analisando a

contribuição de Ardant du Picq, Foch e do que ficou consubstanciado nos planos elaborados. Até a Guerra de 1914-1918, a influência de Foch foi preponderante no planejamento estratégico para a guerra, com ênfase para a Estratégia militar terrestre, estratégia fundamentada na vontade, condicionadora da vitória, através da ofensiva. Dimensão estratégica, menos nacional que militar, mais nacional que total. "Massa mais velocidade", recomendava Foch, para atacar o centro de gravidade alemão.

Como causas da Guerra de 1914-1918, o cenário deve alinhar remotas ou mediatas (político-militares e econômicas) e recentes ou imediatas. Por onde se percebe que as dimensões se expandem horizontalmente e se verticalizam, a níveis nacional e supranacional, de coligação de nações, para a preparação do e dos poderes nacionais, num tempo muito maior, considerada a aplicação, igualmente mais demorada e em áreas estratégicas grandemente ampliadas.

Cenários da Guerra de 1914/1918

Conduta de guerra nos teatros de operações ocidental, oriental e do Mediterrâneo, compreendendo a evolução do pensamento estratégico, nos vários níveis e expressões, os problemas de direção e de conduta político-estratégica, crises político-diplomáticas e estratégico-militares, sobretudo do lado franco-britânico, relativamente à conduta político-militar da guerra. A Estratégia na Frente Ocidental apresenta três

momentos nitidamente diferenciados: movimento (rápido, da manobra de ala alemã até a corrida para o mar); estabilização (longa, de três anos de guerra de trincheira e de usura) e ruptura do equilíbrio (para decidir a sorte da guerra). Na Frente Oriental, a conduta é bem diversa; na Prússia Oriental, na Galícia e na Polônia culmina no armistício após a revolução russa. Todo o complexo político-revolucionário e econômico-social da Rússia irá refletir-se na estrutura do Poder militar e na aplicação da Estratégia militar. No Mediterrâneo, o conflito envolve três pequenos teatros de muita importância político-estratégica: italiana, balcânico e da Palestina e Mesopotâmia.

Dimensão político-estratégica do conflito, envolvendo outras expressões, além da militar, como a diplomática, a econômica e a social, nele convivendo guerra e revolução, numa estratégia que, além de militar, nacional e total, ainda o é revolucionária. A Estratégia naval atuou independente da Estratégia militar terrestre, produzindo efeitos imediatos na Estratégia nacional, como ocorreu com a inglesa, que teve no bloqueio naval o instrumento operacional que provocou a campanha submarina alemã e arrastou os Estados Unidos à guerra. As dimensões do conflito geram crise de comando nos aliados, que se procura obviar com um comando supremo, que evolui para direção estratégica e, ao final, um comando chefe dos Exércitos na França. A desastrosa Operação dos Dardanelos, no teatro balcânico, sem coordenação política e sem

uma estratégia militar coligada, ressalta a indefinição da fronteira entre Política e Estratégia e, pois, entre Estratégia nacional e Estratégia militar. Evidenciou-se, no período de 1914-1918, uma guerra, nacional e total, envolvendo coligações de nações; guerra continental e de âmbito mundial, apresentando variações para o fenômeno estratégico; com problemas de unidade de comando, direção política e conduta militar da guerra nos diversos teatros. A guerra não é mais metódica, nem limitada; nem se restringe à dimensão nacional. Configura-se, realmente, um conflito total, uma Guerra Total, de "toda a nação", cujo preparo e aplicação do Poder nacional far-se-ão em dimensões mais amplas, níveis mais elevados e áreas estratégicas diferenciadas. A Estratégia militar não se confina a um só teatro de operações, não apenas incorpora a componente naval, como se submete, em definitivo, à Estratégia nacional. Consagra-se a dimensão total da Estratégia e, até, se esboça a dimensão global, de grandes teatros de operações, característica do conflito de 1939-1945.

A paz dos vencedores e dos vencidos, traduzida nos diversos tratados de paz, concertados a partir da Conferência de Paris, mostra que ela seria ... uma outra "guerra", no campo da Estratégia político-diplomática aliada, que dará origem a novo mapa político-estratégico e, vinte anos depois, a nova guerra ... Além do Tratado de Versalhes, outros foram assinados: St. Germain, com a Áustria; Neuilly, com a Bulgária; Trianon, com a Hungria; e Sê-

vres e Lausanne, com a Turquia. Ademais, a Liga das Nações procurou substituir o velho sistema de alianças e acordos. Enfim, se as potências aliadas pretenderam com a "elaboração" do extremamente complexo mapa político-estratégico descharacterizar os três grandes impérios — o alemão, o austro-húngaro e o otomano — essa "arrumação" político-estratégica do continente de certa forma traduziu a "configuração" estratégico-militar da Guerra de 1914-1918 nos teatros ocidental, oriental, balcânico e do Oriente Médio.

DIMENSÃO GLOBAL

A dimensão global do fenômeno estratégico envolve cenários da Guerra de 1939-1945 e das décadas seguintes, sendo também importante considerar o cenário compreendendo as décadas de 1920 e 1930. A própria natureza do conflito, que aos poucos se espalha a continental e mundial, num complexo de interesses e responsabilidades das diversas nações, impõe máximo empenho e engajamento de estadistas (chefes de Estado) e estrategistas (chefes militares) na concepção (promulgação) e na conduta político-estratégica e militar-operacional da guerra, terrestre, naval e aérea, nos diversos teatros de operações. Ressalta o papel de direção e de coordenação das elites civis e militares no esforço de guerra, para conduzir os aliados à vitória final. A semente de uma estratégia, além de total, global, no sentido de preparo mais longo, no tempo e no espaço, para

aplicação "globalizada" do vetor estratégico das nações, fora implantada em 1914-1918 e preocupava políticos e militares nos anos 1920-1930. O quadro miniaturizado da conduta da guerra nos pequenos teatros do Mediterrâneo em 1914-1918 — balcânico, italiano, palestino e mesopotâmico — será ampliado na Estratégia global de 1939-1945, inclusive com peculiaridades da Estratégia então concebida e aplicada, naquelas áreas operacionais continentais-marítimas.

Cenário Retrospectivo (1919-1939)

Panorama político-estratégico, configurado nas décadas de 1920 e 1930, mostrando que a paz dos vencedores gerou um espírito de vingança e de revanchismo, traduzido no que parecia sepultado com o concertado em Versalhes (militarismo imperial, governos autocráticos e prepotentes e grandes impérios), estimulante do fascismo na Itália, do nazismo na Alemanha e do franquismo na Espanha. As relações internacionais apresentam um equilíbrio instável na Europa, com dúvidas e desconfianças entre as nações vencedoras: a Rússia tentando aproximar-se da Alemanha, enquanto a Grã-Bretanha e a França desenvolvem, respectivamente, uma política de retraimento e de aproximação. Já a Alemanha e a Rússia representam papéis diferentes. A primeira vivendo um drama econômico-financeiro e pressionada por Versalhes; A Rússia desenvolvendo uma política isolacionista e submetida a profundas transformações, constituindo-se em grave

risco para as potências ocidentais. Paradoxalmente, as imposições do Armistício e de Versalhes aos poucos fortalecem a unidade alemã e transformam a Alemanha na maior potência européia. Os anos 1920 apresentam um saldo positivo. A Guerra de 1914-1918 encerrava-se, efetivamente, com o tratado de Locarno (1925). O quadro político-estratégico, no entanto, se agrava na década de 1930: crises sucessivas e crescentes, da periferia mundial (Ásia, entre Japão e Mandchúria, e África, entre Itália e Abissínia) ao centro do poder europeu (Renânia, Guerra da Espanha, Áustria, Tchecoslováquia, Dantzig e Munique), resultando na aplicação violenta do Poder nacional, em várias áreas estratégicas, culminando em 1º de setembro de 1939 com a invasão da Polônia, o início da guerra de 1939-1945.

Panorama estratégico-militar ressaltando a definitiva dimensão total de um conflito político-militar moderno, com tendência para maior amplitude, de globalização, da Guerra e da Estratégia. A evolução do pensamento alemão traduz uma concepção estratégico-militar fundamentada na velocidade, no emprego de blindados e aviões, em operações móveis para penetração estratégica profunda. Evolui a doutrina com a contribuição de Luderndorff, Guderian, Von Seeckt e Von Blomberg. A partir de 1933, Hitler implanta o serviço militar obrigatório, reorganiza e amplia as forças terrestres, promove curta e radical transformação nos métodos e processos de combate ofensivo, sendo muito

proveitosa a experiência recolhida da Guerra Civil espanhola, para o aperfeiçoamento técnico-tático e operacional das forças terrestres, em combinação com a força aérea, em fase de reestruturação. Pretendia Hitler fazer da Alemanha uma potência hegemônica, sobretudo no campo militar, alargar o espaço vital para leste, atuar agressivamente, por intimidação, contra as potências ocidentais, através de uma estratégia de blefe, o que com certeza redundaria na escalada de uma guerra em duas frentes e se ampliando por todo o mundo. Em 1933, Hitler assume o comando supremo das forças armadas, enfeixando em suas mãos a Política nacional, a Estratégia nacional e a Estratégia militar. De 1933 a 1939, Hitler desenvolve audaciosa e surpreendente Estratégia política e psicológica, logrando enormes êxitos sem guerra, como: em 1933 (ataque ao Tratado de Versalhes, retirada da Conferência do Desarmamento e da Liga das Nações: acelerado o preparo do Poder nacional e do Poder militar); em 1934 (firmado o Pacto de Paz com a Polónia); em 1935 (repúdio às demais cláusulas de Versalhes); em 1936 (ocupação da Renânia). De 1936 a 1939, distende-se a mola política estratégica, apoiada crescentemente pela Estratégia militar.

O panorama estratégico-militar aliado é bem diverso. A França, politicamente satisfeita com a ocupação da Renânia, o Tratado de Versalhes e a desfiguração dos impérios alemão e austro-húngaro, e, principalmente com a recuperação da Alsácia-Lorena, desenvolve uma Estratégia militar defensiva, não acolhen-

do a advertência de De Gaulle. A concepção estratégico-militar inglesa reflete os interesses políticos do Império britânico no Oriente Médio, no Extremo Oriente e na África Colonial, que têm prioridade sobre a segurança europeia, cuja paz parecia garantida pelos tratados de Versalhes e de Locarno, pela Liga das Nações, pelo controle de armamentos e pelos poderosos exércitos da França e dos seus aliados. Expande a força naval e organiza a força aérea e reduz as forças terrestres a uma pequena estrutura profissional. Pouca importância empresta às idéias de Fuller e L. Hart sobre Estratégia militar terrestre. O conceito estratégico militar dos Estados Unidos considera prioritária a guerra no Pacífico com o Japão, daí a preponderância de poder naval sobre o terrestre. A Rússia evolui de um exército de massas proletárias para uma estrutura renovada e poderosa, nos anos de 1920 e 1930, reformula conceitos de Política, Guerra e Estratégia à base da concepção bolchevista-marxista da guerra, como "parteira da revolução", e entende a Guerra e a Estratégia como totais.

O pensamento estratégico-militar japonês traduz a política expansionista, de domínio de áreas na China e expansão do poder marítimo para hegemonia no Pacífico.

A caminho da Guerra Global é o que se percebe ao longo dos anos 1920/1930. Ampliam-se as dimensões da guerra, que não deverá ser apenas total, mas global, envolvendo continente e oceanos em espaços-tempos estratégicos de grande amplitude e importância. Estrutura-

se o poder aéreo, expande-se o poder marítimo, fatores contribuintes das novas dimensões do fenômeno estratégico. O desenvolvimento do poder aéreo, sobretudo na década de 1930, confere a terceira dimensão à Guerra e à Estratégia, a luta em cada teatro de operações e entre eles fazendo-se em "superfície" e, também, em "volume", "espacial" e "cúbica", a "altura" proporcionada pelo avião, de transporte e de combate. As fórmulas teórico-doutrinárias de Clausewitz (poder terrestre) e de Mahan (poder marítimo), em 1914-1918, acrescentam-se as concepções de Douhet, Mitchell e Seversky (poder aéreo), para 1939-1945. Nesse particular a contribuição das principais teorias geopolíticas foi de muita importância à evolução do pensamento político-estratégico-militar. Na realidade, a partir da década de 1930, o poder marítimo e o poder aéreo "ligam" os grandes espaços operacionais de uma futura guerra.

Finalmente, o cenário deve considerar as causas ou origens propriamente da Guerra de dimensão global, de 1939-1945. Do ponto de vista jurídico-político, vejamos: tentativas de paz e armistício (1918); Tratado de Versalhes; tratados de paz e novo mapa político-estratégico; ressurgimento do militarismo, de governos autocráticos e de grandes impérios; profundas transformações na ordem jurídico-política da Europa e as relações internacionais conflitantes nas décadas de 1920 e 1930. No campo econômico-social podemos, igualmente, alinhar inúmeras causas. Quanto ao campo militar podemos citar: restrições militares impostas à Alemanha; paradoxo da

segurança; fragilidade dos instrumentos jurídico-políticos; pensamento estratégico-militar, das democracias e dos Estados totalitários; fracasso do desarmamento, escalada armamentista e expansão do poder militar das principais potências.

Cenário da Guerra de 1939-1945

A Guerra de 1939-1945 configura a dimensão global do fenômeno estratégico, sobretudo para as Nações Unidas, quando formalizam a aliança anglo-saxônica contra o Eixo, unem-se os "Quatro Grandes" e se cria o Estado-Maior Aliado. Do lado das potências aliadas a Estratégia se apresenta global, no sentido de envolver diferentes Estratégias totais e coordenar as Estratégias militares nos diversos teatros de operações — assim mesmo, somente a partir de 1942, pois, de setembro de 1939 a dezembro de 1941, a Guerra é continental, européia, e não existe uma estratégia conjunta a coordenar as operações da Inglaterra e da Rússia contra a Alemanha. Por outro lado, durante toda a Guerra, embora se constitua o Eixo Roma-Berlim-Tóquio, a verdade é que a Guerra da Alemanha, da Itália e do Japão será dominada pela dimensão total da Estratégia. Estratégia total: do Japão no teatro do Pacífico; da Alemanha nos teatros europeus e do Mediterrâneo.

Para as Nações Unidas a Guerra, além de "totalizada", aos poucos se "globalizou", compreendendo: os formuladores do conceito estratégico, a nível de blocos de unidades políticas; os planejadores das estratégias geral, total e militar, para o

esforço de guerra; e a conduta da guerra geral, global e nos diversos teatros de operações. As diferentes estratégias, que em 1914-1918 se "ligavam", agora "combinam-se". Os termos das sucessivas revoluções que balizaram a história do desenvolvimento econômico mundial, as dimensões militar, nacional e total foram contemporâneas, respectivamente, das revoluções agrícola, industrial (primeira fase) e industrial (segunda fase). A partir, inclusive, da Guerra de 1939-1945, a dimensão global da Estratégia é contemporânea da Revolução Tecnológica, como, de resto, à Revolução Cibernética corresponderá a dimensão planetária.

O cenário poderia apresentar a conduta político-estratégica da guerra, geral e em cada teatro, e o desfecho do conflito, com a paz, para os vencidos e... a guerra, para os vencedores.

Pode, também, fixar, a nível de formulação global, quatro períodos. O primeiro, de setembro de 1939 a dezembro de 1941, da invasão da Polônia (Europa) ao ataque japonês a Pearl Harbor (Pacífico), período que caracteriza a Guerra Total, continental, européia, enfrentada pela Estratégia total anglo-saxônica. Envolve a invasão da Rússia (22 de junho de 1941) e termina com a entrada dos Estados Unidos na guerra.

O segundo período compreende os anos de 1942-1943, predominando a Estratégia militar, nos diferentes teatros de operações europeu, oriental, do Mediterrâneo (África do Norte, Sicília e Itália) e do Pacífico, com operações em larga escala. Com vistas à formulação política e

ao planejamento da Estratégia global e da decorrente conduta estratégico-militar nos diversos teatros de operações, concertam-se várias conferências: Washington ("Arcádia", janeiro de 1942), Casablanca ("Anfo", janeiro de 1943), Washington ("Trident", maio de 1943) e Quebec ("Quadrant", agosto de 1943). Em "Arcádia" formaliza-se a aliança das Nações Unidas contra o Eixo, estabelecem-se as bases e fundamentos da estratégia global, cria-se o Estado-Maior Aliado, admitida a "Declaração das Nações Unidas", das quatro grandes nações: Estados Unidos, Grã-Bretanha, União Soviética e China; vinte e seis nações já haviam declarado guerra ao Eixo.

Durante 1942, ocorre grande expansão das expressões econômico-social e militar; mobilização total da indústria; gigantesca logística para transporte e suprimentos para todos os teatros de operações. Amplia-se a guerra no Pacífico, na Europa, na Rússia e no norte da África, até setembro. A partir de novembro, os Aliados iniciam a contra-ofensiva: russos, na Europa, norte-americanos, no Japão, e ingleses, na África.

Em Casablanca (janeiro de 1943) definem-se os novos rumos da Estratégia global e da conduta estratégico-militar, inclusive a invasão da Sicília, para julho desse ano. Na Conferência "Trident" (maio) fica decidido: a Estratégia militar a ser adotada após a conquista da Tunísia e da Sicília; a execução da Operação "Overlord" (para maio de 1944) e a implementação da Estratégia militar contra o Japão (continente asiático e Pacífico) e contra a Alemanha e a Itália. Em "Quadrant" (agosto)

concertam-se várias decisões: planejamento da "Overlord", prosseguimento da Campanha da Itália, operação no sul da França, intensificação da ofensiva no Pacífico e criação do Comando do Sudeste da Ásia.

O terceiro período, de novembro/dezembro de 1943 até fevereiro de 1945, da Conferência de Teerã até Yalta ("Argonaut"): define a derrota do Eixo; contém muitas tensões e antagonismos entre os Aliados; confirma o desembarque na Normandia, caracteriza-se pelo cerco da Alemanha, em todas as frentes (russa, ocidental e do Mediterrâneo) e do Japão, no Pacífico.

O quarto período, de Yalta ao final da guerra, na Europa e no Pacífico, com a rendição incondicional da Alemanha e do Japão.

Cenário Pós-Guerra 1939-1945

Esse cenário envolve o período do final da Guerra de 1939-1945 à década de 1970 e é dominado por manifestações polarizadas e despolarizadas do sistema de Poder mundial, marcado pelo advento da arma nuclear.

Convém frisar que, durante a Segunda Guerra Mundial, continuou vigorante a doutrina clauswitziana, para ambos os contendores. A conduta político-estratégica era encargo dos chefes de Estado. Eles influam diretamente na direção e conduta da guerra, assistidos pelos respectivos chefes de estado-maior, enquanto a conduta estratégico-militar em cada teatro de operações era competência

dos chefes militares, diretamente subordinados à direção suprema, que resolvia os problemas militares, políticos, de produção industrial, mobilização etc. Os interesses da Estratégia militar conjugavam-se com os pretendidos pelas demais expressões do Poder global das potências Aliadas. As ações estratégicas desenvolviam-se através de variados vetores aplicados, não apenas nas frentes mas no âmbito de todo o teatro de operações, em ações simultâneas ou sucessivas. O Poder aéreo "ligava", através da correspondente estratégia, as estratégias terrestre e naval, além de fortalecê-las e aprofundá-las, no tempo e no espaço, favorecidas e coordenadas e o controle das ações pelo avanço tecnológico, possibilitando enorme avanço nos sistemas de comunicações e de apoio logístico. A estratégia é global, com prevalência da Estratégia militar e, nela, consoante as características do teatro de operações, prioridade para a estratégia terrestre ou naval.

A falta de uma teoria ou técnica de planejamento condizente com a dimensão da Estratégia, os Aliados adotaram o método das conferências interaliadas para a tomada de decisões, coordenação e controle relativos às Estratégias global e total, e à Estratégia militar dos diversos teatros de operações.

Após o período de 1939-1945, os pensadores propõem maior amplitude para o conceito de Estratégia, envolvendo as expressões política, econômica, psicos-

social e militar em nível de entendimento e de planejamento e emprego correspondentes aos diversos campos do Poder nacional. A continuação (ou substituição) da Guerra pela Guerra Fria empresta à Estratégia características novas, assim como feições mais modernas e flexíveis. Configura-se o conflito Leste/Oeste, conflito permanente, de âmbito mundial, entre as duas superpotências, apresentando grau variável de polarização e despolarização de unidades políticas. É válido o uso de todos os meios, inclusive guerra revolucionária e guerra limitada, sucedendo-se graves crises como: Coreia, Indochina, Berlim, Congo, Cuba, Argélia, Israel, Suez, Hungria, Tchecoslováquia, Vietnã. Em numerosos países a guerra atua na frente interna como a guerra revolucionária, que tem suas peculiaridades: guerrilha, subversão e terrorismo. Nesse quadro da disputa político-ideológica, têm ampla aplicação as expressões política, diplomática e psicossocial do fenômeno estratégico.

Por outro lado, acentuam-se as diferenças entre nações mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, influenciando no tocante à Estratégia, como conceito e como prioridade desta ou daquela expressão, no preparo e na aplicação do Poder nacional nas diversas áreas estratégicas, principalmente internas. Enquanto nos países mais desenvolvidos, com maiores recursos e capacidades, os fatores adversos mais comuns podem ser superados sem grandes dificuldades — possibilitando

orientar a Estratégia nacional para enfrentar antagonismos e pressões, considerando inimigos reais, potenciais ou presumíveis — nos países menos desenvolvidos outros fatores se destacam: desequilíbrios da natureza, desníveis econômico-sociais e políticos, diferenças regionais etc. Tais fatores têm que ser encarados pela Estratégia como óbices, quanto a seu encaminhamento aos objetivos nacionais. Portanto, para países menos desenvolvidos — o Brasil, por exemplo — a Estratégia nacional se reveste de características peculiares, preocupando-se com as razões de insegurança e de desenvolvimentos da área, e considerados não apenas antagonismos e pressões, mas fatores adversos, de modo geral.

O “fato novo” da bomba atômica sobre o Japão introduz nova dimensão à Estratégia, que começa a ser concebida na década de 1970. Transforma-se o caráter dos conflitos, surgem novos conceitos sobre Estratégia no contexto teórico-doutrinário.

Intensifica-se, desde o final da década de 1940, o jogo de alianças sob novas formas, surgem Superestados (URSS e satélites), criam-se sistemas de segurança regionais (TIAR, OTAN, Pacto de Varsóvia, SEATO). Proliferam programas de auxílio financeiro, acordos comerciais. O quadro político-estratégico-militar extremamente complexo das décadas de 1950, 1960 e 1970 — Guerra Fria, Guerra Revolucionária, Guerra Limitada, regionalizadas e periféricas, estimuladoras desses

pactos e tratados multilaterais, nas principais áreas estratégicas do globo — dá origem a diversas formas ou peculiaridades da Estratégia, classificadas de acordo com escolas, tendências do pensamento contemporâneo ou para fazer face à ameaça de conflito nuclear. Na década de 1950 surge a estratégia de Retaliação Maciça e/ou de Contenção Graduada (até 1954). Também admitiu-se a classificação de Estratégia da Guerra Fria, decorrente do conflito soviético x Ocidente e Estratégia da Guerra Revolucionária (de Mao). Outra classificação: Estratégia de Ação Direta e Estratégia de Ação Indireta. Após 1954, Beaufre entende que “a dissuasão é a chave da Estratégia contemporânea”, o argumento que impede a guerra nuclear é o principal fator do chamado “equilíbrio do terror”. Daí substituir a estratégia de Retaliação Maciça ou Contenção Graduada pela Estratégia de Dissuasão (ou Deterência), para as grandes potências, que demonstrou sua validade na Guerra do Vietnã (1962/72), que ficou confinada no limite de uma Guerra Limitada. Prevalecem, ademais, as outras formas da Estratégia: de ação direta e indireta, traduzidas em Estratégias política e econômica, revoluções, conflitos localizados — para escapar à “paralisia” imposta pela dissuasão nuclear.

O CENÁRIO DA DIMENSÃO PLANETÁRIA

Dimensão planetária — orbital,

cósmica, do espaço exterior ou satelizada – da Estratégia da denominada “Guerra nas Estrelas”. Dimensão obviamente prospectiva, mas preocupante e tendendo para preponderante no pensamento político-estratégico das superpotências nucleares nas próximas décadas.

Não vamos configurar um cenário prospectivo, apenas fazer ligeiro comentário sobre essa “quinta” dimensão do fenômeno estratégico; até porque muito se questiona sobre a IDE (Iniciativa de Defesa Estratégica), como é conhecido o projeto “Guerra nas Estrelas”, que envolve o domínio do espaço sideral, além da atmosfera.

A corrida nuclear entre as superpotências, ou escalada (aumento do número de bombas e da capacidade destruidora), prossegue nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a despeito de exaustivos esforços e tentativas para limitar ou reduzir a proliferação de engenhos nucleares. Nem mesmo a alternativa dissuasora das ações secundárias da Estratégia (guerras convencionais, guerrilhas e revoluções) proporcionou “relativa segurança” contra a escalada nuclear. Daí a idéia de os Estados Unidos criarem um escudo defensivo contra ataques nucleares, cobrindo os alvos mais importantes do território com um escudo protetor altamente sofisticado, em termos tecnológicos e cibernéticos. Isso porque as duas superpotências dispõem de gigantesco arsenal de bombas nucleares, que poderão, de seu território, atingir o território adversário com mísseis intercontinentais, transportando bombas com até 10 ogivas nucleares, direcionadas para objeti-

vos diferentes, usar diversos vetores de lançamento (aviões, mísseis e satélites), tendo capacidade de se destruírem de forma catastrófica e muitas vezes superior ao número de ogivas necessárias à hecatombe atômica.

Então, como a tecnologia de ponta possibilita o emprego de armas nucleares com a utilização do raio *laser* – além do uso de aviões, mísseis e satélites –, a IDE acredita poder montar um sistema de estações emissoras de raios *laser*, baseado em estações de terra e em satélites, podendo desintegrar, em órbita, mísseis ofensivos portadores de ogivas nucleares. Com isso, entendem cientistas e estrategistas ser possível promover uma defesa ativa, no quadro da concepção Estratégica Planetária, completando a segurança oferecida pelo sistema de defesa (abrigos protetores e estações de lançamento).

Ao que parece, essa espécie de “sistema de míssil e anti-míssil dos anos de 1970” pretende não apenas tornar as armas nucleares impotentes e obsoletas, como, no mínimo, garantir a dissuasão estratégica por meios defensivos. A missão principal desse sistema seria “identificar, rastrear, interceptar e destruir mísseis balísticos ou suas ogivas nucleares em voo (no espaço)”.

A dificuldade maior da concepção estratégica planetária está em que ela se fundamenta no emprego do raio *laser*, através de um canhão, o “Checmate” (sigla que denomina o mais potente canhão do mundo, “capaz de atingir mísseis em pleno ar ou mesmo lançar projéteis em outros planetas”). Esse canhão age por

força eletromagnética, sendo, em essência, "um motor elétrico no qual dois fachos impulsionam um projétil através da criação de uma força eletromagnética".

Além da difícil viabilidade operacional do canhão em todo o sistema, o campo mais complexo e muito discutível do projeto IDE repousa na informática, pois haverá necessidade de processar milhões de dados para utilização, no menor espaço de tempo possível, em "cenários da guerra que se alternarão entre a atmosfera, o mar e a terra". Muitos cientistas criticam o sistema. Alertam para a possibilidade de até 10.000 erros de *software*; ; para a dificuldade em prever o tipo de ataque. Assim, o sistema terá de rastrear de 30.000 a 300.000 mísseis e iscas para iludir o sistema (inimigo), e o programa deverá conter de 6 milhões a 25 milhões de instruções ou mais de 100 milhões de linhas etc.

Um dos pensadores de grande visão político-estratégica global da atualidade — Zbigniew Brzezinski — critica o programa "Guerra nas Estrelas", por não proteger os Estados Unidos e seus Aliados, tornar obsoletos os arsenais nucleares e fornecer uma "defesa porosa" (e, mesmo assim, apenas às forças de comando, de liderança e de comunicações e estratégias). Brzezinski, na verdade, propõe em seu recente livro — *Plano de jogo: uma estrutura geoestratégica para conduzir a disputa EUA-URSS* — uma mudança da estratégia dos Estados Unidos, através da instalação de um sistema de defesa antimísseis, terrestre e espacial, menos ambicioso e da manutenção de uma força de mísseis terrestres

mais reduzida, para atingir os alvos soviéticos num primeiro ataque.

Esse planejamento estratégico de longo alcance traduz, na verdade, um conceito estratégico planetário, que procura conciliar as abordagens alternativas consideradas "indesejáveis": desarmamento abrangente ou pequenos acordos localizados, e ampliação contínua dos sistemas ofensivos. Vale dizer, nem acredita na limitação de armas estratégicas, nem concorda com o ritmo de expansão da força nuclear ofensiva. Depois de analisar o conflito EUA-URSS e considerar como centros estratégicos principais a Europa Ocidental, o Oriente Médio e o Extremo Oriente, Brzezinski propõe uma Geoestratégia de longo alcance, de convivência dos Estados Unidos com a URSS: deixar a Europa Ocidental para maior engajamento dos aliados na defesa de seus territórios e impedir que URSS domine as áreas estratégicas da Eurásia (Oriente Médio e Extremo Oriente).

Como se vê, é uma proposta que procura considerar — no que o autor chama de Geoestratégia — as duas dimensões da Estratégia: a global e a planetária.

BIBLIOGRAFIA

1. ÁLVARES, Obino Lacerda, *Estudos de Estratégia*, Rio de Janeiro, BIBLIX, 1973.
2. ARON, Raymond, *Paz e Guerra entre as Nações*, Brasília, Ed. Univ. Brasília, 1979.
3. BEAUFRE, André, *An Introduction to strategy*, New York, Praeger, 1966. *Strategy of Action*, New York, Praeger 1969.
4. CASTELLO BRANCO, H. *A Estratégia*, Rio de Janeiro, ESG, 1962.
5. CASTEX, Humbert, *Theories strategiques*, Paris, SGMC, 1937.

6. CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*, São Paulo, Martins Fontes Ed., 1979.
7. EARLE, Edward Mead. *Makers of Modern Strategy*, New York, Princeton Press, 1973.
8. ESCCLA SUPERIOR DE GUERRA, Manual Básico, Rio de Janeiro, 1986.
9. HERRERA, H. Almeida. *A Estratégia dos Aliados na Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, BIBLIX, 1961.
10. LIDDELL HART, B.H., *Estratégia*, Rio de Janeiro, 1966.
11. ————. *As Grandes Guerras da História*, São Paulo, Ebrasa, 1963.
12. RUSSELL, Bertrand. *O poder; uma nova análise social*, São Paulo, Ed. Nacional, 1957.
13. STONE, Jeremmy J. *Strategia Persuasion*, New York, Columbia, 1967.
14. TAYLOR, A.J.P. *A Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
15. WEIGLEY, Russell F. *Novas Dimensões da História Militar*, 2 vol., Rio de Janeiro, BIBLIX, 1981/82.



Cel AMERINO RAPOSO FILHO – Coronel da Reserva Oficial de Estado-Maior, foi instrutor da ECEME, integrou o CP da Escola Superior de Guerra e do Colégio Interamericano de Defesa (EUA). É membro do IGHMB e do CEBRES (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos), do qual é o Primeiro Vice-Presidente.

No Fundo BCN ao Portador o seu dinheiro cresce e não aparece.

Agora você tem nas mãos um novo tipo de investimento:
Fundo de Aplicações de Curto Prazo BCN.
Não há necessidade de identificação do investidor e você não precisa declarar no Imposto de Renda: as quotas são ao portador, e constituem investimento de livre negociação.

A liquidez das quotas é imediata. Total isenção do Imposto de Renda. Não existe nenhum custo para o investidor, nem na aplicação, nem no resgate.

Não há nenhuma carência: um dia após a aplicação as quotas já começam a render. O valor mínimo da aplicação é de Cz\$ 50.000,00.

Procure hoje mesmo um gerente BCN, e participe de um investimento com vantagens que nenhum outro pode oferecer.

BCN Banco de Investimentos BCN SA

com associação do

Tels.: (011) 235-1662
(011) 235-1638



BARCLAYS



CONFRONTAÇÃO LESTE/OESTE: ASPECTOS POLÍTICOS E ESTRATÉGICOS

Geraldo de Heráclito Lima

O assunto foi apresentado em exposição realizada pelo autor, no Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres), e publicado no Caderno nº 3, de setembro de 1983, dessa entidade. Sua importância e atualidade dispensam comentários, e a autoridade do expositor caracteriza o trabalho como fonte preciosa para o entendimento da conjuntura a que se subordina o próprio destino do nosso mundo.

O CENÁRIO

Antes de tratarmos da confrontação propriamente dita entre o Leste e o Oeste, permita-se-nos caracterizar o seu cenário, para que melhor se possa compreender a sua natureza e as diferentes modalidades que poderá vir a assumir.

Não há senão duas hipóteses logicamente possíveis: coexistência ou confronto, cada uma com duas variantes:

Coexistência pacífica, resultante de uma revisão dos dois sistemas antagônicos de vida e de filosofias políticas, que os leve a uma convergência real, capaz de assegurar a paz duradoura.

Compromisso pragmático de paz, fundado no equilíbrio de forças, capaz de promover o respeito mútuo e, por consequência, a paz, ainda que instável.

Confrontação diplomática, em que, reconhecendo ambos os blocos a utilidade da paz, optem pela variante de menor risco de conflagração, com a vantagem de não abdicarem de suas postulações e de prosseguirem o duelo do poder e da hegemonia, com os resultados a obter avaliados em face dos graus de riscos na sua consecução. Não exclui esta variante a possibilidade de conflitos armados em áreas de grande valor estratégico, cujo domínio seja essencial a seus objetivos, tomadas as devidas cautelas de, por razões

táticas, limitá-los, impedindo-lhes a escalada ou a globalização.

Confrontação global e armada, tipo clássico de conflito, que a História registrou em 1914/18 e em 1939/45, e que muitos cientistas políticos acreditam obedecer a ciclos inexoráveis, de conseqüências imprevisíveis (agora dramaticamente classificada como hecatombe nuclear e até apocalíptica).

A primeira modalidade tem contra si a Lógica e a lição secular da História.

A Lógica, porque é pouco provável a convergência, mesmo que se dê tempo ao tempo, de dois sistemas que se ancoram em premissas não apenas contrárias, mas que se contraditam, se excluem mutuamente. As aparências de convergência de um capitalismo que se humaniza, que cria mecanismos de transferência que levem a uma melhor justiça social, com um comunismo que, ao sair da teorização cerebrina para a dura realidade da aplicação, sofreu e sofre um processo de revisão, não são mais que aparências de superfície, porquanto o que está em jogo são valores de muito maior profundidade, tanto nos seus aspectos operacionais (como, por exemplo, o princípio da representação popular *versus* o da autocracia, o do pluripartidarismo *versus* o partido único e monolítico, o da centralização *versus* a descentralização administrativa), como nos filosóficos (como, por exemplo, se o Estado existe para servir ao homem ou se este não é senão escravo daquele), para não entrar em questões que envolvem toda uma carga de civilização de

concepção greco-romano-judaica, eminentemente espiritualista, negada pela outra, de conteúdo materialista e agnóstico.

Se alguns sociólogos argutos apontam "posturas trocadas" nos dois blocos de poder (como, por exemplo, uma União Soviética representante do coletivismo, mas de tradição individualista tão intensa que obriga a campanhas freqüentes de combate ao "culto da personalidade", e uns Estados Unidos defensores do individualismo, mas que apresenta o espetáculo quotidiano do "espírito comunitário"), não são senão comparações pitorescas, que não autorizam a enxergar, na prática, sinais de convergência real.

A História, porque não há exemplo, na longa convivência humana, de Estado poderoso que, tendo levantado suas bandeiras, colocado à frente seus objetivos, seus valores, sua doutrina, voluntariamente deles abdicasse, nem nenhuma quadra em que o mundo estivesse em paz perfeita e não registrasse nenhum duelo de poder, em lactência ou virtual.

A segunda modalidade — do compromisso pragmático de paz — é, ao contrário, o quotidiano da História, a característica própria da vida internacional, em que os antagonistas invariavelmente reconhecem a utilidade da paz, sem, entretanto, renunciar a impor a sua vontade e os seus objetivos de poder, recorrendo à força como método contingencial, mesmo se levarmos em conta que os conflitos armados do passado foram de menor extensão e efeito destruidor, representando opção de menor responsabilidade e,

por isso, mais aceitável. Essa modalidade, a rigor, não é mais coexistência, por não excluir a possibilidade de conflito armado por tratar de "paz armada" escorada num equilíbrio instável, dinâmico e fluido, em que o método, por razões táticas, dá prioridade à paz como mais vantajosa. Entre essa modalidade e a confrontação diplomática, a diferenciação é difícil de visualizar, de vez que ela se dá mais no campo das intenções.

A terceira e a quarta modalidades são de confronto. Nelas as intenções estão definidas, e os objetivos de um lado e do outro podem ser visualizados, sendo desconhecidos apenas os meios, a oportunidade, as simulações e o local onde se desenrolarão as ações dos adversários.

Nesta altura do raciocínio, é necessário que caracterizemos a presente conjuntura internacional, para dela extrairmos a sua especificidade (ou seja, os elementos que a distinguem de qualquer outra fase da História), e, assim, pelos sintomas e pelos seus traços dominantes, tentar determinar a modalidade da confrontação Leste/Oeste, já que pela própria enunciação do tema não se admite senão a confrontação.

As dominantes ou características do nosso tempo, como nós as vemos, são a disparidade vertiginosa de forças, a conversão do mundo em "aldeia global", a exponenciação do poder no mundo atual, a descolonização maciça e a paridade de forças entre EUA e URSS.

A disparidade vertiginosa, sem par na História, **de forças** entre as duas maiores potências e os demais

membros da Sociedade Internacional, em todos os campos da aplicação do Poder: no econômico, no financeiro, no comercial, no tecnológico, no militar, e na sua síntese, que é o campo político. Nunca, em nenhuma época, os tetos de poder de dois Estados estiveram em níveis tão mais elevados em relação aos dos demais, o que torna extremamente difícil para estes conceber esquemas de equilíbrio global como no passado.

A da **conversão do mundo em "aldeia global"**, pela multiplicação fantástica dos meios de comunicação (do rádio, do telefone internacional, da televisão, do satélite, do avião supersônico), criando extensas redes de interdependências internacionais; a transformação do mundo das ilhas humanas na realidade de um mundo só, do homem de horizonte municipal ou nacional no que ganha consciência de sua dimensão universal (a despeito de guardar naturalmente suas características nacionais). É também fenômeno único de nossa época, que, se teve suas evidentes vantagens, teve, por outro lado, seus inconvenientes, de vez que, sem a preparação psicológica desejável, precipitou, pela sua rapidez, o fenômeno da comparação dos padrões de vida e fez nascer o das expectativas crescentes, pois, de chofre, aproximou "os que têm" do mundo desenvolvido (da "sociedade de consumo", dos que vivem em países com suficiente acumulação de capital que lhes permite fruir os benefícios do lazer, da assistência social), dos "que não têm" (que se encontram ainda no período de

formação de capital em condições que, qualquer que seja o regime ou a prioridade, têm de se dedicar necessariamente ao trabalho e não ao lazer, à poupança e não ao consumo, em que só é possível conceder benefícios de assistência social em escala reduzida, sem que se chegue jamais a fechar o *gap* muito dispar e crescente com "os que têm"). Em uma palavra, a parafernália das comunicações rápidas colocou em confronto, de um momento para outro, o rico ou satisfeito e o pobre ou reivindicante, o poderoso e o fraco, gerando o desejo natural do ter e a necessidade de defesa e segurança em face dos chamados "arsenais de pavor" dos dois blocos em confrontação.

A da **exponenciação do poder no mundo atual**, dando-se mais pela qualidade do que pela quantidade, ou seja, pelo surgimento da tecnologia na equação do poder, que não é, se examinarmos bem, senão a expressão qualitativa do capital a assumir feição crucial, e a perda de substância de outros componentes da equação: potencial demográfico, território, comércio ou capital mercantil, indústria ou capital em forma de máquinas e equipamentos e equipamentos e tecnologia (ou capacidade, não mais de produzir somente maquinaria e equipamento cediços, mas sobretudo os de último tipo ou, no jargão da moda, os de última geração ou de indústria de ponta). É outro elemento específico da atual conjuntura o surgimento de balísticos intercontinentais, de ogivas nucleares, de equipamentos eletrônicos de ataque e defesa de sofis-

ticação jamais vista, que dão ao poder um aspecto crucial de sua qualidade mais do que de sua massa ou quantidade (o que torna, diga-se de passagem, extremamente difícil a medição do poder dos dois blocos, porquanto qualidade é, obviamente, difícil de quantificar). Se bem que na última conflagração mundial já desse um sinal claro da sua importância (pelo emprego de maquinaria de guerra de qualidade assinalada), hoje, mais do que nunca, o fator tecnológico é o decisivo, mesmo na guerra convencional.

A **descolonização maciça**, na Ásia e na África, fato sem precedente na História, pois significa área superior à da União Soviética (24 milhões de km²), implicando num imenso vácuo de poder em áreas sem tradição de independência, que passaram a ser objeto da confrontação. As consequências desse processo virão com alguma lentidão, mas irão afetar substancialmente os países da Europa, antigas metrópoles, na medida em que as antigas colônias resolverem optar por outros mercados para vender suas matérias-primas, e, em consequência, por outros para comprar as manufaturas que lhes forem necessárias.

A **paridade de forças** entre os dois núcleos do poder — os **EUA e a União Soviética** — é um princípio que não constitui novidade, velho como a Sé de Braga mas não caduco. Isso assegura a paz, ainda que instável, pelo equilíbrio dos pratos da "balança do poder". Enquanto esse equilíbrio for válido para ambos os blocos, nenhum deles arriscará a conflagra-

ção global, isto simplesmente porque os riscos são maiores do que os resultados a obter. São as desvantagens de uma guerra sem vencedor. É esse princípio, o único que não tem efeito desagregador, que leva os blocos antagônicos à modalidade da "confrontação diplomática" (a qual não exclui as contingências de conflitos armados, desde que localizados e isolados), em que ambos os blocos têm por objetivo procurar a "ruptura do poder" em seu favor e ir expandindo gradualmente a sua esfera de influência e domínio de forma a levar o adversário à capitulação por seu gradativo isolamento.

Esse método da confrontação diplomática apresenta, para ambos os blocos, várias vantagens: manter os riscos sempre abaixo do valor dos ganhos ou perdas; não abdicarem de seus objetivos de poder, jogando com um conceito de paz eminentemente dinâmico, em que ambos desequilibram os patos da balança provocando sucessivas rupturas deste equilíbrio pelo uso de um meio mais elegante e mais civilizado – o emprego da diplomacia (entendida como arte do confronto por meios pacíficos), onde a ciência e a arte das alianças tiram de seus arsenais todo tipo de instrumental: alianças, assistência econômico-financeira, pressões comerciais, infiltração no próprio campo do adversário, exploração de qualquer debilidade interna, provocação de conflitos armados para o desgaste do adversário, neutralização de áreas que lhe sejam desfavoráveis; enfim, todos os recursos diplomáticos capazes de expandir a área de influência e domínio de um e de reduzir a do con-

tendor, levando-o ao isolamento e capitulação pela via de menor risco. Esse é o tipo de confrontação entre o Leste e o Oeste desde o fim da Segunda Guerra Mundial, sendo muito pouco provável que os Estados Unidos e a URSS embarquem num curso de confronto global, a não ser por desespero.

O mais relevante desse diagnóstico não é tipificá-lo, rotulá-lo como confrontação diplomática, mas a sua consequência lógica, que é da maior importância: a de que a confrontação importante, em toda probabilidade, se travará nas áreas periféricas e jamais nos núcleos centrais de poder – Oriente Médio (produção de petróleo), Chifre da África (controle e fechamento da rota do petróleo no Índico, no seu ponto inicial), Cabo da Boa Esperança (com a alternativa de Diego Garcia), o Caribe (Canal do Panamá), Gibraltar (controle da entrada do Mediterrâneo). A aceitação de que o "rompimento do equilíbrio" se dará pela periferia (e não nos centros de poder) coloca em relevo o valor dessas áreas, bem como coloca como crucial o comportamento dos países da periferia em relação aos dois blocos antagônicos.

Vale recordar que, logo após a Segunda Guerra Mundial, logo após o período da Reconstrução, os países da Europa Ocidental, preocupados com a sua segurança e sentindo a confrontação (já aparente mesmo durante a Guerra, e hem mais visível nos problemas da paz, quando o Exército Vermelho marcou os limites de sua órbita de influência no Poder), conceberam esquemas de poder baseados na unificação do Ocidente Europeu. Pensou-se muito, naquela

época, na constituição de uma Terceira Força ou Posição, capaz de assumir uma postura de política externa independente em relação aos Estados Unidos e à URSS, e, sobretudo, em posição de exercer mediação entre as duas potências (o que seria de grande utilidade para ambas), tendo esses países de poder médio (que alguns cientistas políticos denominaram "potências por cortesia") encetado o trabalho no campo de menor resistência — o econômico — quando se estabeleceu por meta uma união aduaneira — o Mercado Comum Europeu — para demonstrar aos próprios participantes as suas vantagens. Reconhecia-se que o campo político não estava maduro ainda para um trabalho dessa envergadura, de vez que as feridas dos conflitos franco-alemães de 1840, 1918 e 1945 não estavam cicatrizadas, e que o êxito da unificação econômica conduziria insensivelmente à união política (o que de fato ocorreu), e a própria Inglaterra, hesitante, cuja política fora a de manter a Europa dividida para poder comandá-la, acabou curvando-se à evidência de integrar o bloco.

Surge, então, a Europa Supranacional, razoavelmente coesa mas com um novo posicionamento. Não mais uma Terceira Posição, pois mesmo unificada, coesa, com seu poder substancialmente ampliado, não tinha condições de aspirar ao objetivo originalmente colimado, mas como reforço da posição norteamericana, como contrapeso à influência russa na Europa (de vez que a resposta soviética tinha sido a formação do COMECON e do Pacto de Varsóvia), definindo-se nitida-

mente dois campos de poder exponeciados em todas as suas expressões: na econômica, na financeira, na comercial, na militar, na tecnológica e na política. Os Estados Unidos, como pólo de poder na área do Atlântico Norte organizada política e militarmente pela NATO e econômica e comercialmente nucleada na CEE, e a URSS, o outro pólo, comandando extensa área territorial na Europa Central, organizada em torno do Pacto de Varsóvia e do COMENON.

A fantástica exponenciação de poder dos dois blocos antagônicos aumentou a dramaticidade da bipolaridade do poder, porquanto, se a diferença de poder dos Estados Unidos e da URSS em relação a terceiros já era vertiginosa, agora ampliou-se além de qualquer adjetivo, o que deixou os terceiros países perplexos, a procurarem construções engenhosas que os eximissem de alinhamento: ora a tentativa da Índia de criar um Bloco dos Países Neutros (o qual não teve condições de se afirmar, porque, se eliminava o risco do alinhamento, não tinha condições de assegurar a seus eventuais participantes a própria condição necessária de existência, o respeito à neutralidade e, por conseguinte, a garantia da sua segurança), ora a tentativa de alguns países de grande valor estratégico (alguns deles por isso mesmo sentindo-se ameaçados na sua segurança, como o Egito, a Iugoslávia, e outros), com a proposta do Grupo dos Não-Alinhados, a qual era também carente de garantia de segurança. Outras construções exploraram afinidades raciais, como o Bloco Africano, o Bloco Afro-

Asiático, resultando em organizações que promoveram solidariedade entre seus membros mas não têm características de aliança ou de religião idênticas às do Bloco Árabe (esse, com mecanismos mais aperfeiçoados de segurança e defesa, como a Liga Árabe). A chave do desfecho da confrontação dependerá, em muito, das reações desses terceiros países ante os dois blocos.

A única tentativa de relativo êxito foi, nesse particular, a do General De Gaulle, baseada no raciocínio de que a França não precisaria de força igual à dos Estados Unidos ou da URSS para impor uma conduta externa independente, mas de uma *force de frappe*, capaz de retaliar quem quer que desejasse ameaçar a sua segurança. E esta tem suas vantagens: permitir assumir posições que convenham ao seu interesse nacional, caso por caso; alçar-se como mediadora em determinados problemas em que os seus interesses nacionais não sejam os mesmos do Bloco Europeu; e, sobretudo, valorizar ao máximo o preço da sua aliança. É uma construção, entretanto, que não tem valor como uma opção para terceiros países, só interessando à França, porquanto não é capaz de prover respaldo senão em seu território. É concepção que revela inspiração bonapartista, ociosa da soberania e da *grandeur* da França, que lhe permite guardar certa liberdade de manobra, mas será sonho pensar que tenha condições de tomar posições contrárias ou divergentes dos países da área em que está imbricada política, econômica, financeira e militarmente. Assemelha-se a uma posição de neutralidade

de qualificada, em que a França assume o papel de uma carta importante, de trunfo ou de coringa, buscando a posição de desempate na ocasião oportuna.

Outra tentativa habilmente construída, aproveitando a posição de eminência que tem na sua área geográfica, é a da China. A tomada de poder dos comunistas em Pequim e seu programa de modernização surgiram como fatores novos, inquietantes (sobretudo no Extremo Oriente), pelo que os observadores internacionais seguiram atentamente seus passos com vistas a desvendar o enigma ou os enigmas: seria a China o reforço que o Bloco Soviético necessitaria para promover o desequilíbrio do poder no teatro do Extremo Oriente (como parecia indicar pelo posicionamento que tomou nos casos da Coreia e do Vietnã, de ameaçar o Japão); ou seria, na realidade, não um novo desafiante, porém mais um outro propugnador de uma "Terceira Posição", capaz de arrastar a Ásia para a sua liderança? Os desenvolvimentos que se sucederam em Pequim, as suas divergências com a URSS, o "namoro" com Nixon, o relacionamento do "cordão sanitário" que os Estados Unidos lhe tinham imposto levantaram um pouco o véu e parecem mostrar (sem se descartar a possibilidade tática) sua disposição de isolar-se da confrontação Leste/Oeste enquanto a conjuntura internacional lhe permitisse, para concentrar-se na batalha interna de se tornar, de fato, uma nação poderosa, para o que se posicionaria com relativa equidistância em relação aos dois blocos, de modo a tirar o melhor partido, pelo

aumento de seu poder de barganha, para angariar no exterior — através de acordos de comércio e de assistência econômica, financeira e tecnológica — a massa de recursos de que necessitasse para mudar a imagem que tinha (e ainda tem para muitos) de “tigre de papel”. A permanecer fiel a toda uma linha de conduta ao longo da sua história (marcada por uma série de desastres, onde esteve, algumas vezes, à beira da desagregação) a China nunca desistiu, nos momentos mais difíceis, de posar como potência. Sua enorme massa em território e recursos naturais e seu contingente demográfico (por mais baixos que sejam os seus padrões de vida) impulsionam o país a aspirar a não ter um papel secundário.

O PERFIL DA URSS

As circunstâncias que presidiram ao nascimento da Rússia já lhe dão uma alma, marcam seus objetivos nacionais permanentes, e deixam entrever, desde então, sua força e suas fraquezas congênicas.

No campo aberto das estepes, uma massa de camponeses aglomerou-se ao longo dos rios que ligam o Norte e o Sul da Europa, tornando-se as vítimas preferidas por séculos (os poloneses da época) das hordas mongólicas que, em ondas sucessivas, desembocaram na Europa. Esses camponeses não tiveram capacidade de se proteger senão quando os escandinavos e os povos do Báltico — é importante notar esse fato — começaram a freqüentar aquela região e a oferecer-lhes, a esses “es-

lavos”, proteção em troca de obediência, para que não fossem submetidos aos mongóis nem capturados e vendidos como escravos (daí o nome eslavos, de *sclavus*) na Itália, no Egito, no Oriente Médio e na Turquia. Constantinopla, o vizinho que os eslavos contemplavam com êxtase, não os podia socorrer, e, assim, tiveram eles de admitir que aqueles mercenários se ocupassem da sua defesa militar e se instalassem no poder. Essa a origem de Kiev, Novgorod e Moscou, os três Khanatos cuja fusão, ao tempo de Ivã, o Terrível, constituiu o núcleo do qual nasceu o Estado russo, quando o autocrata recusou-se a pagar tributo à Horda de Ouro.

Essas circunstâncias de nascimento determinam os traços dominantes de sua personalidade nacional:

a) *Autocracia*, instalada por um grupo não nacional, cujo pacto social não era a subordinação das massas, mas sua obediência cega em troca de proteção, com o natural corolário de que o acesso ao poder se dava pelos processos das pequenas camarilhas palacianas. A História russa é abundante em exemplos desses processos, dos quais o povo não participava senão como mero espectador.

b) *Nacionalismo*, de vez que no poder, o autocrata tomava suas precauções para não ser derribado, e, para isso, nada melhor do que nacionalizar-se, do que interpretar as aspirações da massa dando-lhe consciência nacional, uma motivação, uma mística capaz de tirá-la da letargia, sem pedir-lhe participação,

mas apenas confiança. Nada melhor do que buscar na alma das próprias massas, profundamente religiosas, que se extasiavam tanto com Constantinopla como os cristãos com a visão de Roma, para lhes dar a mística, a doutrina e a mensagem do Estado tzarista.

c) *Expansionismo*: Roma caíra e Bizâncio também, e eis que surge a palavra de ordem, o desafio para Moscou: "Aqui será a Terceira Roma, o centro da cristandade, do império da ortodoxia, onde, dizia-se, pregara André, o primeiro apóstolo" – eis a missão nacional e evangélica do novo Estado. Isso só bastaria para justificar e dar respaldo religioso à vocação imperial, expansionista e catequética.

Quem visitar Moscou, não poderá deixar de perceber na arquitetura de suas antigas catedrais bizantinas, até nas cúpulas douradas e resplandecentes do cenário do Kremlin, os testemunhos em pedra dos restos de um passado morto – da Santa Madre Rússia – pela qual se bateram as legiões tzaristas nos seus desígnios de expansão pela Europa. A princípio centrada no Norte Báltico, contrarrestada, a duras penas, pela Lituânia e os povos bálticos; depois, pelo centro, contida pelos Jagelões da Polónia; e, no século XIX, pelo sul, na direção do Bósforo e dos Dardanelos, procurando aproveitar-se dos despojos de "O Grande Enfermo", do colapso do Império Turco (que para eles era, na verdade, a "Sublime Porta", porque nela estava a saída para o Mediterrâneo).

Contida na Europa, restou-lhe a longa e penosa caminhada pelas estepe inclementes da Sibéria, reali-

zada com admirável tenacidade, porque a natureza ali conspirava contra tudo, desde os rigores das temperaturas árticas (50 a 80°C abaixo de zero), até a direção dos seus rios, que correm para o Pólo e não no sentido de marcha para o Extremo Oriente, obrigando uma colonização militar e penal com o estabelecimento dos *ostrogs* e dos 10.000 km de trilhos de Moscou a Vladivostok, que formam a espinha dorsal da Transiberiana. Se a Rússia pôde englobar 24 milhões de km² (a maior extensão territorial contínua do planeta, o "coração do mundo" de Mackinder, a partir do qual teria condições de exercer-lhe o domínio), assumiu, paralelamente, um passivo representado por problemas como o da sua bifrontalidade e o da incorporação de populações árticas, asiáticas e turcomanas, que muito poucas afinidades têm com o "escudo racial eslavo".

A bifrontalidade é até hoje problema sério porque obriga a URSS, na órbita internacional, a participar dos problemas de dois teatros da política internacional, a se manter alerta em duas frentes: a da Europa e a do Extremo Oriente. A dura lição da Guerra Russo-Japonesa, de 1905, de uma Rússia derrotada no Extremo Oriente antes mesmo que pudesse deslocar para lá recursos de defesa, não é para ser esquecida (daí o cuidado com que a URSS mantém sua vigilância sobre a China e o Japão). E, na órbita interna, se registrava a famosa polémica dos "eslavófilos versus ocidentalizantes" em que a nação já mostrava dúvidas quanto à sua identidade cultural (questão que teve repercussões

quando da Revolução Comunista, ao escolher-se entre São Petersburgo — a janela que Pedro, o Grande, abria para a Europa — e Moscou, como as verdadeiras raízes da nacionalidade), que se dirá agora, com a incorporação de inúmeros povos árticos da Taiga, da Ásia Central e do Turquestão, com línguas, religiões e costumes totalmente diversos? É o passivo da conquista, de como fazer conviver 169 grupos étnicos diferentes, com segmentos religiosos significativos de católicos, judeus, ortodoxos, budistas, muçulmanos, pagãos e de facção criada pelo Estado, os ateístas, e mais de 150 dialetos (que podem representar tudo, menos uma boa contribuição à "coesão nacional").

Esse expansionismo se explica porque quem examinar o seu mapa verá no gigantesco país um imenso urso com pulmões de rato, cercado de gelo do Ártico ao Pacífico, com apenas dois "respiradouros" ou portos livres de gelo: os do Báltico e os do mar Negro (que recebem seu oxigênio pelo Mediterrâneo), ambos ameaçados muito de perto pela Finlândia e pela Turquia, razão porque são áreas de capital importância para a URSS. À Finlândia, a URSS impôs a tese da "neutralização permanente" sob a alegação de que era unimaginável admitir-se ali qualquer governo hostil, a pouquíssimos quilômetros de Leningrado, a ameaçar o seu respiradouro no Báltico, da mesma forma com que inovou o Direito das Gentes com uma nova tese de "soberania limitada" para os seus satélites, pois que são peças essenciais à sua segurança, o que demonstra que os formuladores de sua

política externa, ao buscarem inspiração na política diplomática de Napoleão das *Republiques Soeurs* como uma proteção acolchoada da segurança da França, foram muito além do Pequeno Corso. Com relação à Turquia, entretanto, não pode ainda invocar nenhuma doutrina que lhe dê direito a um protetorado no Bósforo e nos Dardanelos. Essas saídas para o mar não lhe dão liberdade para qualquer frota sua ingressar no Atlântico (onde está nucleado o poder do seu adversário), pois terá de vencer mais dois óbices: o Kategat-Skagerak (na saída do Báltico) e Gibraltar (na do Mediterrâneo).

A URSS tem, é verdade, outra alternativa: Archangel, no mar do Norte, com acesso direto ao Atlântico mas sujeito aos rigores do inverno flanco, onde sua diplomacia exerce domínio e influência por pressões freqüentes sobre a Noruega. Não será surpresa que ela busque outra saída pelo Índico, tanto pelo Irã como pelo Afeganistão-Paquistão. Se esse movimento de pinças pelo mar Vermelho e pelo Árabe tiver êxito (estimulando, no primeiro, um conflito limitado no chamado "Chifre de África" pelo controle do estreito de Bab-el-Mandeb, e, no segundo, o rompimento, através do Irã ou do Afeganistão, de um corredor para o mar), a URSS terá lavrado o seu maior tento, pois além de colocar um anel em torno do Oriente Médio (vale dizer, das reservas mundiais de petróleo), terá obtido nova saída no oceano Índico. O conflito no Chifre da África pelo controle de Bab-el-Mandeb é a tentativa de cortar, no nascedouro, a famosa

rota do cabo da Boa Esperança, por onde passam 60 a 70% dos fornecimentos de petróleo do Mundo ocidental.

A expansão soviética no Extremo Oriente, pela chegada da Estrada de Ferro Transiberiana em 1891 a Vladivostok, gerou dois problemas especiais: a) o da sua proteção, de vez que correndo no chamado "baixo ventre" da Sibéria, a pouquíssimos quilômetros da fronteira com a China e de suas antigas províncias chinesas, a Mongólia e a Tanu-Tuva (cuja independência foi fomentada pela URSS e que logo nesta se integraram, manobra clara para proteger qualquer interceptação chinesa nos 10.000 km entre Moscou e Vladivostok, o que desarticulava todas as comunicações da Sibéria, em particular as do Amur-Sungari, objeto de disputa secular por ser o único rio que desemboca no Pacífico e que corre no mesmo sentido da colonização); b) a necessidade de controle e domínio da Coreia, para garantir Porto Artur como terminal ferroviário transiberiano à famosa "Chinese Eastern Railway", evitando, de novo, os mares gelados, que fecham o porto de Vladivostok por seis meses.

Apenas para avivar a memória, recordemos que os pontos de fricção entre a China e a URSS são: (a) as fronteiras do Amur-Sungari; (b) a incorporação de Tanu-Tuva, Mongólia e Siangkiang, antigos territórios chineses essenciais à proteção da Transiberiana (com área correspondente a quase um terço da China atual); (c) o "incidente de Siangkiang" (a prisão, pelos comunistas, de Chiang Kai Shek, que resultou na demissão, por ordem do Comintern,

do líder comunista chinês Lilisan); (d) a desobediência chinesa ao Comintern, por ocasião da Longa Marcha, com o internamento dos participantes que se refugiaram na URSS; (e) a divergência acerca do método adequado para a tomada do poder na China: a tese russa das revoltas urbanas, baseadas no proletariado, *versus* a das áreas rurais apoiadas nos camponeses, sustentada pelos líderes comunistas chineses.

No que mudou o perfil russo com a Revolução Comunista? Em praticamente nada. Continuou autocrática com acesso ao poder regulado pelos processos de luta de bastidores; regime policial, com a conversão da polícia secreta da Okrana em GPU; a mesma sustentação militar; o mesmo expansionismo. Mudou apenas a mensagem: ao invés da Terceira Roma da Santa Madre Rússia (tirada da alma do mujique), a "Revolução Mundial do Proletariado" (que se não é de fundo religioso, é também de fé, igualmente dirigida à massa do povo). A mensagem tsarista, dirigida à alma, e a comunista, ao ventre. Que o pragmatismo de Stalin, por motivos táticos, para não lhe criar problemas internacionais, circunscreveu às fronteiras russas, servindo-se do argumento da oportunidade para se livrar, no *front* interno, do seu rival mais perigoso Trotsky — que ele fazia questão de tachar como visionário, como campeão da Revolução Mundial.

São essas, em suma, a força e as debilidades da Rússia como país, às quais devem ser somadas: as da URSS como regime, como filosofia política, que passamos agora a analisar de forma muito sumária para

concluir o seu perfil como aspirante à hegemonia mundial.

A mudança de regime, se por um lado trouxe promessas de melhores padrões de vida, da sociedade sem classes, da Rússia-Potência, propôs, por outro lado, teses que representaram truculentos truncamentos com a alma do povo e até mesmo com a natureza humana: a imposição de uma mentalidade coletivista a um povo essencialmente individualista, como prova todo um passado de grandes personalidades, de valor universal, na literatura, nas artes, na ciência (cujo surgimento num país atrasado culturalmente como era a Rússia só o valor individual explica). Esses valores desapareceram do cenário russo, porquanto, em nome do coletivismo, o Estado resolveu afogar o individualismo, traço do caráter nacional, só favorecendo a criação se enquadrada às premissas do novo regime, o que deu à inteligência russa o grotesco aspecto da literatura, das artes e da ciência "oficiais", voltadas a demonstrar as excelências do regime. (Eis aí a raiz da chamada dissidência dos intelectuais.)

A propositura do materialismo agnóstico a um povo essencialmente religioso, até fanático, apegado a seus ícones, que confiava num ente superior para proteger suas colheitas, cujas festas estavam ligadas à ortodoxia, representou ruptura violenta com o passado, de que as autoridades cedo se aperceberam que melhor seria arquivá-la. A maior evidência é a condecoração, em inúmeras ocasiões, do Patriarca de Moscou, quando os *panzers* alemães chegaram às suas portas, e os bata-

lhões russos acorriam às igrejas para abençoar as suas bandeiras, quando os ícones voltaram a ocupar seus lugares, como se a Santa Madre Rússia naquele momento tivesse ressurgido.

A abolição da propriedade privada (contrária à natureza humana), ainda que gradual, retirou do homem o interesse de produzir, acarretando a queda dos níveis de produção, levando os responsáveis pelo regime a buscarem artifícios que salvassem a face da teoria, a instituir prêmios, bônus, jardins particulares onde os camponeses pudessem produzir para si mesmos e levar seus produtos ao mercado, responsáveis por quase dois terços da produção agrária.

A promessa de uma sociedade sem classes apresentou-se com a substituição da classe dominante por outra – a dos burocratas – que criaram para si regalias que condenavam no regime tsarista.

Tudo isso tinha sido previsto por aqueles com capacidade de penetração no seu esquema teórico para enxergar-lhe as contradições internas. Trotsky, em suas reflexões, deduziu praticamente todos, como ilustram os papéis e documentos que sua viúva vendeu à Universidade de Columbia (se não me engano), com as suas dúvidas que vieram a ser os pontos de partida para toda uma literatura revisionista (a começar pela "nova classe" de Djilas e todos os que o sucederam na autocrítica da filosofia), bem como de uma série de críticas operacionais (que, se não afetam a teoria, desnaturam a sua essência).

Essas são debilidades internas que enfraqueceram a coesão do nú-

cleo de poder soviético durante a guerra, quando populações inteiras colaboraram com o inimigo e foram maciçamente transferidas para outros quadrantes do país. Algumas dessas debilidades o regime não suportou quando aplicadas fora das suas fronteiras, e eclodiram com violência na Hungria, na Tchecoslováquia e na Polónia, onde, além de provocarem descontentamentos, sofreram testes quanto a seu mérito, e sobretudo quanto à aceitação do primado do comunismo como doutrina internacional, sobre a estrutura nacional de países que foram compelidos a integrar o Bloco Soviético: internacionalismo *versus* estado nacional, ou, melhor dizendo, a lealdade do indivíduo a uma doutrina ou à nação. A força de catequese que a diplomacia soviética injeta no conteúdo de sua política externa (instrumento vital para a conquista de novas áreas de influência) não repousa na doutrina em si, mas na exploração das debilidades da filosofia do regime antagônico, na sua distorção, de modo a fortalecer, onde são permitidos, os partidos comunistas nacionais ou as correntes de opinião que não os hostilizam. Os exemplos são demasiado notórios para que precisemos citá-los. Os embates desse tipo se dão com a URSS assumindo postura anticolonialista, aproveitando sempre os vácuos de poder onde quer que se produzam.

Dentro da limitação de espaço de que dispomos, seria longo descrever a técnica de infiltração na China, no Oriente Médio, na África e na América Latina. Dessa forma, passemos agora a examinar os Estados Unidos como o outro bloco de

poder da confrontação, com vistas a traçar-lhe o perfil.

O PERFIL DOS ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos, na sua origem, são um misto de três núcleos: o da Nova Inglaterra, o de Nova York e o da Virgínia.

O primeiro, de feição religiosa, calvinista, dos "Peregrinos do Mayflower" que chegaram à nova terra sacudindo o pó das sandálias para esquecer o que tinham, sem nenhuma saudade, deixado na Europa. Gente austera, frugal, rigorosa e tão intolerante, que os seus integrantes não se entenderam e se fracionaram: um grupo foi para Boston, outro para Rhode Island, e outro para Connecticut. É esse que dá à nova nação o seu ideário: de um lado, a liberdade individual, o perfeccionismo, o pequeno detalhe, e, de outro, a disciplina, a ordem e o sentido comunitário, a obrigatoriedade do respeito à lei, e, sobretudo, o sentido da responsabilidade de cada um perante a sociedade. É o que se arrogou o direito de liderança, onde surgiram as primeiras universidades, o que se assenta na pequena propriedade rural, na valorização do trabalho, da poupança, dos valores espirituais, mas que, paradoxalmente, se constitui em grupo elitista, que fez questão de se afirmar por seu valor intelectual.

O de Nova Iorque (estrangeiro, holandês, muito infiltrado de outro tipo de perseguido religioso, o judeu) ia valorizar os aspectos mercantis, a propriedade privada, e empalmar a

liderança econômica do país ao dar-lhe o sentido de empresa.

O do Sul — da Virgínia —, de inspiração colonial, dependente da metrópole, sem pruridos de independência, vinha à nova terra, não como dissidente da cultura nem como minoria religiosa, mas tão-somente como indivíduos em busca de oportunidade e fortuna. Daí a sua conceitualização de democracia como igualdade de oportunidade, e não de igualdade social. Esse núcleo se via como complemento da Metrópole, que, para funcionar como celeiro de produção de matérias-primas (de fumo, de arroz, de algodão, de anil), buscou a *plantation*, a grande propriedade rural, e, por isso, a estrutura copiada do modelo escravagista das Antilhas. Foi esse o responsável por uma estrutura social diversa do Norte e pela arrancada expansionista dos Estados Unidos, pois foi da Virgínia, das Carolinas, da Geórgia que seus colonos desceram na direção do Mississípi e do Golfo do México. Foi esse o que rompeu, em 1763, o cerco francês (que ia do Canadá ao Golfo), e treze anos depois, com a Independência, aceitou tomar parte na síntese com os outros dois núcleos. Isso só foi possível por causa de uma série de conceitos ou princípios que partilhavam em comum: liberdade individual, propriedade privada, responsabilidade comunitária, igualdade de oportunidades, representação da vontade popular, defesa do indivíduo contra a opressão do Estado, e de que não podia haver imposto sem o consentimento do contribuinte. Mais do que isso, o sentimento comum de que o cidadão não tem só o direito, mas a

obrigação, de cobrar eficiência e competência do Estado, o qual só existe para atender ao indivíduo, para prestar-lhe serviços, pois o cidadão e o contribuinte se confundem.

Se comungavam todos desse conjunto de idéias, não aceitavam a idéia de um poder central a lhes ditar normas de vida uniformes que não respeitassem o chamado *self government* (a capacidade dos Estados Unidos de se governarem a si próprios). Assim, em respeito à liberdade e à iniciativa individual, o compromisso nacional teve de resguardar cada província e de lhe dar ampla liberdade para legislar em matéria civil, penal e fiscal. A União tomou a forma confederativa, seus Estados com ampla liberdade de ação (característica que, apesar da implantação gradual do federalismo, os Estados Unidos conservam até hoje). Duas questões, entretanto, levavam a nação à beira da desintegração: o escravagismo e o livre-cambismo do Sul, em oposição ao abolicionismo e ao protecionismo do Norte. Que não são senão diferenças que tiveram no batismo: um, no Norte, de trabalho assalariado e caro, portanto, protecionista; e outro, no Sul, de trabalho escravo e barato, logo, livre-cambista (que não podia aceitar que fosse obrigado a comprar no Norte a preços muito mais elevados do que pagaria no estrangeiro). O banho de sangue da Guerra de Secessão foi o alto preço que tiveram de pagar para consolidar a unidade nacional.

A vocação expansionista era, também, comum a todos, e a descoberta do ouro na Califórnia fez os americanos atravessarem o Missis-

sípi em grande número e chegarem ao Pacífico. Partindo do núcleo original das treze colônias de 2,2 milhões de km^2 , o país, em 70 anos, chegou à invejável área de 7,8 milhões de km^2 (3,5 vezes maior do que a sua área original).

O seu comportamento internacional até 1860/70 caracterizou-se fundamentalmente pelo "esplêndido isolacionismo", pela observância de uma regra invariável: o não envolvimento do país em problemas internacionais, para que pudesse concentrar-se quase que exclusivamente na tarefa de construir a nação, sem o que não teria sido possível a sua colossal expansão territorial. As questões internacionais em que se meteram têm a ver exclusivamente com a sua expansão territorial: a compra da Louisiana a Napoleão (1803), a mais importante das suas aquisições territoriais; a da Flórida (1819), que marca sua presença no Caribe; e a anexação dos territórios mexicanos na guerra com o México (1848), que não é senão a consequência de haverem, pela aquisição da Louisiana, atravessado a linha do Mississípi: ultrapassada aquela linha, descoberto o ouro na Califórnia e iniciado o *gold rush*, nada foi capaz de deter os americanos senão as águas do Pacífico.

E por essa razão que o exame dos envolvimento americanos em problemas europeus ou latino-americanos que não sejam do seu interesse direto não são espontâneos e atendem a provocações. A guerra contra a Inglaterra, em que se viram envolvidos, é o resultado da recusa de alinhar-se no duelo da França bonapartista com a Inglaterra e de

insistir na neutralidade estrita e no seu direito de comerciar com os dois beligerantes. A própria Doutrina Monroe, tal como enunciada nessa mesma ocasião, não correspondeu ao sentido amplo de uma aliança continental do sonho bolivariano, por ser expressão mais do seu interesse direto e imediato de se opor à Santa Aliança, ao desejo da Espanha de, por maquinações européias, reconquistar suas colônias perdidas na América (especificamente o México), o que poderia afetar a sua integridade territorial. Daí a indiferença dos Estados Unidos às intervenções européias no Prata, e às intimidações britânicas ao Brasil durante a campanha que os cruzadores britânicos fizeram contra o tráfico negreiro no nosso litoral.

Só se afastam do "esplêndido isolacionismo" quando, ao tornar-se a nação madura, processa, pelo banho de sangue da Secessão, a unidade nacional: quando se pacifica internamente e compreende a necessidade de articular suas duas costas e de atuar no Caribe (de vez que a articulação tem um ponto óbvio, o istmo do Panamá) e seu corolário necessário, de um ponto de vista geopolítico: a segurança do Caribe como essencial à sua própria segurança e a consideração das três grandes ilhas das Antilhas — Porto Rico, Haiti e Cuba — como partes essenciais à defesa do Canal. Teve de sair de sua indiferença latino-americana ao opor-se à expedição militar francesa ao México de 1867, de apoio a Maximiliano (em que o General Grant pensou até em utilizar a força se falhasse o esforço de Seward no trabalho de pressão di-

plomática de induzi-lo a abandonar o México); ao negociar a compra do Alasca (1867) para afastar as pretensões russas na costa do Pacífico; ao entabular a compra das "Índias Ocidentais Dinamarquesas" (Ilhas Virgens) e de São Domingos em 1870 (ambas as negociações recusadas pelo Senado); ao apoiar as insurreições de Cuba, reconhecendo-a como beligerante (o que iria engajá-los na guerra hispano-americana).

Abraçam a doutrina do "Destino Manifesto" no único momento em que a sua política externa toma a ofensiva, quando surgem declarações, como as do Presidente Hayes, ao se opor a um canal no Panamá controlado por europeus (sob a alegação de que seria virtualmente o de uma parte da linha costeira dos Estados Unidos); e reformulações da doutrina pan-americana, no Congresso de 1890, em que propuseram a construção de um sistema ferroviário e bancário, o incremento das relações comerciais e a adoção da solução pacífica das controvérsias (em que se aplicam a mediar entre o Chile e o Peru, empenhados na Guerra do Pacífico).

A expansão internacional dos Estados Unidos, entretanto, como nação madura, já com 76 milhões de habitantes, em 1900, não tomou a direção natural do Atlântico (onde nascera, onde tinha todas as suas afinidades culturais, de onde viera todo o capital para o seu desenvolvimento), talvez porque a presença da Inglaterra e das nações européias não deixasse espaço para uma presença americana significativa, nem mesmo na direção continental, de sua órbita americana, com a qual ti-

nha, sem dúvida, senão culturais, grandes afinidades políticas. Foi, surpreendentemente, canalizar-se (dada a guerra hispano-americana) no Pacífico, expressa no Acordo Tripartite das Ilhas Samoas (1889), na anexação do Havaí (1898) e das Filipinas, e na proclamação da doutrina Hay do *Open Door* para a China (onde assumiram postura crítica e agressiva à política imperialística dos países europeus).

A tão criticada política do *Big Stick* no Caribe (com a anexação de Porto Rico e a imposição de um protetorado sobre Cuba) não revela senão sua preocupação com o canal, como área-chave de sua projeção no Pacífico. Tanto assim que defendeu a Venezuela na questão com a Inglaterra, na disputa secular da sua fronteira com a então Guiana Britânica, forçando a arbitragem que a Inglaterra declinará de aceitar, tendo o Presidente Cleveland declarado que a recusa britânica era, na verdade, uma tentativa de controlar a Venezuela por intimidação, contrária à sua interpretação da Doutrina de Monroe (isto é, dando àquela doutrina aceção mais próxima da conceituação latino-americana, transparente na declaração do seu Secretário de Estado Richard Olney: "Hoje os Estados Unidos são praticamente soberanos neste continente e o seu *fiat* é lei para aqueles que quiseram com ela se interpor").

Transparece também na disposição dos Estados Unidos de não permitir nenhuma interferência européia no Caribe, face à Venezuela, à República Dominicana e ao Haiti, por terem acumulado grandes dívidas com países europeus. Vítimas

de bloqueio por parte da Alemanha, Inglaterra e Itália, a posição dos Estados Unidos foi clara: não admitiria qualquer expedição punitiva europeia que resultasse em aquisições territoriais. Foi quando se chegou à solução de administrar as alfândegas em São Domingos e Haiti para garantir o pagamento daquelas dívidas.

A Primeira Guerra Mundial encontrou os Estados Unidos, como "potência de atuação no Pacífico", absorvidos na sua expansão nas Filipinas, nas ilhas Salomão, no Havai, em grande atividade na China (a braços com a insurreição dos Boxers), tendo participado da expedição militar dos países ocidentais em auxílio ao regime de Pequim, com o seu protesto enérgico contra as demandas exageradas da Rússia e liderando as negociações que obrigaram aquele país a evacuar a Mandchúria e assumindo o papel de árbitro da paz na guerra russo-japonesa. A sua primeira reação em relação ao conflito europeu foi de estrita neutralidade combinada com a "liberdade dos mares", tal como no passado. O Presidente Wilson, em 1914, recomendou ao povo americano que permanecesse neutro "não somente nos atos como também nas palavras e nos pensamentos". Sua posição não se perturbou, nem com os atos de sabotagem perpetrados por agentes da Alemanha e da Áustria contra fábricas de armamento e de munição norte-americanas, nem como o afundamento do *Lusitânia* (1915), do qual resultou a perda de 139 vidas americanas. Os Estados Unidos limitavam-se a protestar, exibindo uma postura diplomática passiva,

satisfazendo-se com as promessas alemãs de que "nenhum navio seria mais afundado sem aviso, e assegurada a oportunidade de salvar as vidas dos nacionais não-beligerantes". A entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, e, portanto, o seu ingresso no grande pólo de poder do Atlântico, deu-se contra a sua vontade, pela impossibilidade de manter sua neutralidade face às agressões dos poderes centrais. Surpreenderam a Europa (e, talvez, a si próprios) ao decidirem a sorte da guerra em favor dos Aliados. Ganharam a guerra, mas perderam a paz, ao surgirem com uma proposta de paz ingênua, idealista, construída em linhas jurídicas, típicas do Direito Internacional Americano, moralista, inadequada e inaceitável na Europa (onde não se a concebia como construção jurídica, e sim em molde essencialmente político, fundado no equilíbrio de forças). Era inaceitável para as velhas raposas europeias, motivando a irritação de Clemenceau, destilando o veneno de sua ironia, ao comentar, que "Deus precisara de apenas dez mandamentos, enquanto o senhor Wilson necessitava de 14 princípios". O que ocorreu, todos sabem: Wilson, desapoioado pelo Congresso, teve o supremo vexame de ver os Estados Unidos impedidos, pelos congressistas, de participarem da sua principal criação diplomática — a Liga das Nações — e a Europa, fiel à sua estratégia de força, da *real politik*, impor aos vencidos o Tratado de Versalhes.

Recusada a sua filosofia no concerto europeu, os Estados Unidos retiraram-se politicamente do

cenário europeu, só permanecendo com o seu peso econômico, como consequência da sua posição credora (tais as dívidas contraídas pelos beligerantes), escapando a muitos observadores que esse é o momento supremo do país, pois a sua prosperidade econômica é tal, que os Estados Unidos, vencedores e credores, nacionalizam a sua economia. Economia feita à base de investidores estrangeiros (que aliviam o campo mais lucrativo para as suas aplicações), a economia alimentada pelas subsidiárias européias, com a guerra, inverteu o processo: as subsidiárias passaram a matrizes, servindo as dívidas de guerra como mola dessa transformação. Daí por diante, se a sua liderança política é recusada por ser inadequada, a sua liderança econômica, financeira e comercial torna-se incontestável. A capital financeira do mundo transfere-se da City para Nova York, o país assume um desenvolvimento de dinâmica nunca visto, de economia massificada, ressurgindo, como característica tutelar, o espírito do núcleo de Nova York: da nação como empresa, do dirigente não como político mas como gerente, da deificação da eficiência, de uma nação que criada, na sua origem, na observação de valores espirituais (do núcleo dos peregrinos calvinistas e dos Quakers, os que tremiam de fé), deságua num país que, pelo seu espantoso desenvolvimento, pela produção em massa, acaba por magnificar os valores materiais do conforto, do padrão de vida elevadíssimo, do consumo fluente.

Já na Segunda Guerra Mundial, a postura diplomática continua pas-

siva, repete-se a "neutralidade" e a "liberdade dos mares" como posição clássica, e sua intervenção se dá, como no conflito mundial de 1914/18, em função da sua posição de potência no Pacífico e do ataque japonês a Pearl Harbor. De novo, decide a sorte da guerra na Europa e no Extremo Oriente e, na paz, continua a atender à URSS na medida da sua participação no conflito; e a sua confiança na obtenção da paz por meio de instrumentação jurídica (a revisão da Liga das Nações com o surgimento das Nações Unidas), e fiel à sua concepção econômica de poder: uma miríade de agências especializadas para tratar das relações econômicas nacionais (UNRRA, UNESCO, GATT etc.).

A diferença da postura diplomática na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais é que "o vácuo de poder" no Atlântico pelo declínio da Inglaterra, pela descolonização (outro princípio que os Estados Unidos fizeram questão de sustentar mesmo contra as reclamações dos seus aliados colonialistas), determinou o abandono para sempre do "isolacionismo", por ter, dessa vez, assumido a hegemonia do Atlântico e o papel inofismável de potência de primeiro plano. Tiveram, por necessidade lógica, de se manter na ocupação militar da Europa e de fixar as suas fronteiras em Berlim, como forma de preencher o vácuo de poder no Atlântico Norte.

A Segunda Guerra Mundial — é importante observar esse fato nem sempre apreciado pelos especialistas — levou os Estados Unidos, com Franklin Roosevelt e Nelson Rockefeller, a dar uma versão da Doutrina

Monroe muito próxima da concepção bolivariana: de aliança continental, de *entente* política e arranjo coletivo de defesa, e a tentar, nos anos que se seguiram ao Conflito, ensaiar a colaboração econômica com a América Latina (ou seja, mal ou bem, o reconhecimento da importância do Continente americano na confrontação internacional).

CONCLUSÃO

A conclusão que se impõe, ao colocar um diante do outro os perfis internacionais dos Estados Unidos e da Rússia Soviética dentro de uma conjuntura de bipolaridade do Poder, da tendência à globalização, da vertiginosa disparidade de poder dos antagonistas em relação a terceiros, e da paridade de forças entre si, é que se trata de uma confrontação diplomática (pela escolha, por ambos, da via de menor risco, em que as ações decisivas se darão por excelência na periferia, nas áreas de grande valor estratégico, buscando-se o desfecho final pelo isolamento gradual do adversário).

É um confronto entre duas nações que recentemente assumiram o *status* de potência: uma, de tradição européia, que valoriza o poder como força militar, confiante numa estratégia de massa, com postura tradicionalmente ofensiva, valorizando a iniciativa do ataque e extremamente habilidosa na exploração das debilidades não só do adversário mas, sobretudo, de terceiros países da periferia, pronta a promover o

desgaste da imagem do oponente. E outra, de tradição americana, que joga com o Poder, especialmente com sua componente econômica, financeira e comercial, numa postura defensiva, cuja preocupação tem sido manter e conservar a sua esfera de influência, especialmente em, áreas vitais (Europa, Oriente Médio e Extremo Oriente), sem descuidar de áreas como o Caribe, a África e a América do Sul, que podem emergir, de um momento para outro, como de alto valor estratégico (conforme a direção que tomar a confrontação diplomática).

A impressão que se tem é de que uma tenta estender a confrontação na periferia, e outra, receosa do desgaste, tenta concentrá-las nas áreas até então de maior valor estratégico, mantendo-se apenas vigilante nas que considera como menos iminentes ou perigosas.

Numa confrontação em que já assinalamos o valor da qualidade sobre a massa ou a quantidade, terá importância crucial nos aspectos de poder, de força, não só a qualidade dos arsenais, como também a qualidade das lideranças, nos seus aspectos de luta ideológica na periferia, na capacidade que tiverem os dois blocos em confronto de, com processos adequados, usando, aqui e ali, os recursos diplomáticos apropriados – os comerciais, os financeiros, os políticos, os psicossociais, raciais, religiosos –, estabelecer relações que atendam às aspirações legítimas das áreas periféricas, como condição necessária a ampliar suas alianças.



Emb. GERALDO DE HERÁCLITO LIMA – Possui o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco. É Bacharel em Economia pela Universidade de Shophia, Toquio, e Professor de Economia e Comércio Internacional na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (e AG). Dentre numerosos encargos, exerceu os seguintes: Terceiro e Segundo Secretário na Embaixada do Brasil em Tóquio, Japão; Assistente do Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear para assuntos internacionais; Primeiro Secretário na Embaixada do Brasil em Ottawa, Canadá; Chefe da Divisão da Europa Oriental (e Chefe da COLESTE), no Ministério das Relações Exteriores; Chefe da Divisão das Nações Unidas, MRE; Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil e Encarregado de Negócios do Brasil em Bonn, República Federal da Alemanha; Embaixador do Brasil em Lagos, Nigéria. Além disso, é detentor de várias condecorações estrangeiras.

TRANQUILIDADE

É O QUE VOCÊ
CONQUISTA QUANDO
SE ASSOCIA AO GBOEX.



**GRÊMIO
BENEFICENTE**



O BRASIL NO CONTEXTO ESTRATÉGICO MUNDIAL

José Maria do Amaral Oliveira

"O Brasil, sem alienar a sua individualidade, mas, ao contrário, despertando-a, deve observar o que se passa lá fora, para aproveitar as lições fornecidas pelos povos mais velhos, mais experientes e cultivados".

A citação é do ilustre brasileiro Antonio Carneiro Leão, sociólogo e educador no início do nosso século, referindo-se aos deveres das novas gerações brasileiras.

Com ela, o autor, após analisar a ambiência estratégica mundial, em diferentes contextos, e identificar a posição do Brasil dentro dela, finaliza a palestra que realizou, em outubro de 1986, no Ciclo de Extensão sobre Estratégia, da Escola Superior de Guerra, que aqui se transcreve.

A citação continua atual. O artigo fornece uma compreensão "do que se passa lá fora", em termos estratégicos, e segue uma postura para o Brasil nesse contexto.

Da aula inaugural do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia e do Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, que tive a honra de proferir em março de 1986, transcrevo o seguinte trecho:

Considero que a sociedade brasileira, como um todo, vem enfrentando e continuará a en-

frentar uma série de desafios e indefinições que dificultam uma nítida percepção, quer de nosso posicionamento no contexto da ambiência internacional, quer de nossa própria vivência interna. Percepção que não apenas é influenciada pelos interesses e aspirações dos diversos segmentos que a constituem, mas, também, pelas ações e reações que se proces-

sam, ininterruptamente, no campo internacional, as quais, certamente, produzem seus efeitos, às vezes aleatórios, em nossa própria ambiência.

e, continuando:

Se examinarmos, por curiosidade, algum tratado sobre relações internacionais e que tenha sido publicado ao início da década de 1940, lá não iremos encontrar termos, hoje em dia tão conhecidos, como, por exemplo: Guerra Nuclear; Guerra Fria, "Détente", Nações Unidas; ONU; Pacto de Varsóvia; Mercado Comum Europeu; Relações Norte-Sul; Mísseis Balísticos Intercontinentais; capacidade de ataque inicial; destruição mútua garantida; iniciativa de defesa estratégica etc.

Delinear o cenário em que hoje integram, praticamente, cento e sessenta nações que coabitam este planeta deverá ser, a meu ver, o primeiro tópico da tarefa proposta. Com isso, poderíamos identificar as causas básicas dos desafios e indefinições que dificultam a nítida percepção do "para onde vamos".

Em consequência, será possível, então, elaborar alguns parâmetros com relação à posição brasileira, quer na conjuntura atual, quer no tocante a perspectivas futuras no contexto de nossos interesses e aspirações.

Considero que nos defrontamos com um fato básico na atual convivência humana, o qual irá representar o ponto de partida de minha ar-

gumentação, qual seja: *duas Nações extremamente fortes disputam a condição hegemônica do poder.*

Esta é uma realidade que pretendo analisar sob três aspectos: no seu contexto histórico; no contexto imperialista; e em seu contexto global.

No trato de qualquer desses aspectos estaremos usando os termos "geopolítica", "estratégia" e "geoestratégia". Parece-me, pois, necessário oferecer minha interpretação sobre o seu significado.

A *Geopolítica* relaciona-se à combinação dos fatores políticos e geográficos que configuram uma nação, ou área geográfica enfatizando a influência de geografia sobre a política.

A *Estratégia* refere-se à aplicação planejada e lógica de meios para alcançar objetivos vitais. No caso em pauta, refiro-me, portanto, a uma Estratégia nacional.

A *Geoestratégia* trata da interação das considerações estratégicas com aquelas da Geopolítica.

De maneira geral, a visão que temos, quanto à distribuição das massas terrestres e da ambiência líquida que compõem este pequeno planeta, baseia-se na chamada *projeção de Mercator*. Assim, desde 1569, a superfície terrestre é geralmente representada em mapas e cartas, considerando-se um ponto focal no centro da terra e cuja projeção é feita em um cilindro que tangencia o globo terrestre no Equador. Esta representação apresenta distorções significativas e que podem nos conduzir a conclusões, até certo ponto, inadequadas.

Uma visão de nosso globo ter-

restre partindo do espaço, por exemplo, mostraria, de maneira nítida, que os oceanos (os quais cobrem mais de dois terços da superfície terrestre) não representam fatores geográficos significativos no isolamento dos continentes.

Pelo contrário, eles se combinam em um único oceano — o Oceano Mundial —, o qual vem possibilitando, através dos séculos, a interação entre as grandes ilhas que conhecemos como continentes.

Zbigniew e Brzezinski, que foi o Conselheiro de assuntos de segurança do presidente dos Estados Unidos entre 1977 e 1981, nos conta um fato interessante.

No início de 1985, um Ministro das Relações Exteriores de um dos países da OTAN estava visitando o seu colega Andrei Gromyko em Moscou.

Após uma longa conversação, Gromyko confidenciou ao seu interlocutor que, várias vezes por semana, ele se quedava a analisar um mapa do mundo e refletir sobre o seu significado — quantas vezes, nós, ocidentais, assim procedemos, tentando visualizar os imperativos históricos e geográficos que estruturam o relacionamento de uma nação com o resto do mundo?

Todavia, o mapa, conforme foi observado por Gromyko, não seguia fielmente as regras estabelecidas pela projeção de Mercator. O mapa padrão na União Soviética preconiza como ponto de tangência a latitude de 40°N e, deste modo, Moscou situa-se na posição central do mundo.

Assim projetado, observa-se a presença gigantesca e unificada da Eurásia, na qual apenas algu-

mas áreas de sua periferia não são dominadas, ou controladas, por Moscou.

A África, ao sul, parece ser apenas um apêndice da Eurásia. Uma vasta massa líquida separa o hemisfério ocidental, de dimensões visivelmente reduzidas, e que é dominado política, econômica e militarmente pelo seu maior inimigo — os Estados Unidos.

No contexto dessa visão poderia parecer até absurdo que a nação norte-americana esteja tão profundamente envolvida em assuntos políticos e econômicos relacionados ao continente eurasiático, desde Gibraltar até Kamchatka. Para Gromyko, somente um propósito agressivo explicaria a determinação daquela nação, tão distante, em manter as periferias — a Europa Ocidental, o Extremo Oriente e o sul da Ásia — fora da esfera de influência soviética, um propósito visando, apenas, prejudicar os legítimos interesses da União Soviética.

Para ele, dentro de um entoque geopolítico, o oceano deveria constituir-se na fronteira natural da Eurásia.

Na realidade, os mapas podem auxiliar o raciocínio, como também provocar interpretações incorretas.

A projeção de Mercator tradicional, por exemplo, dá a nós brasileiros a falsa impressão de que nos debruçamos totalmente sobre a África. Na realidade, a costa norte até o ponto saliente do Nordeste representa o limite inferior de um importante segmento da área marítima que conhecemos como Atlântico Norte.

Já tenho mencionado em outras palestras a idéia errônea que pre-

dominou nos Estados Unidos, no início da década de 1940, no sentido de que o inimigo japonês situava-se diretamente a oeste de São Francisco.

Quando efetuamos uma avaliação geopolítica do globo terrestre, as conclusões são mais distintas do que aquelas de uma simples análise de um mapa. Em uma tal avaliação estaremos levando em conta o potencial e o poder econômico, assim como o tamanho de população e, principalmente, sua vitalidade.

Existem também os fatores qualitativos intangíveis como, por exemplo, a criatividade social, a inovação tecnológica e, especialmente, o dinamismo cultural.

É evidente que o fator geográfico exerce influência ponderável no convívio externo. Existe uma íntima ligação entre a geografia e o poder político; entre o território e o povo que nele habita; entre tendências históricas e prioridades geopolíticas.

Se não levarmos em conta todos esses fatores, uma política externa ficará privada do elo vital que deve relacionar o poder nacional a uma estratégia nacional.

Consideremos agora o *contexto histórico* da disputa pela hegemonia, a que me referi.

É possível afirmar que o relacionamento soviético-norte-americano constitui um exemplo histórico clássico do conflito entre duas grandes potências.

Um conflito que antecede o início do atual século e, portanto, um período de tempo significativo em termos de história moderna.

O expansionismo russo no século XIX já preocupava a jovem nação norte-americana. A guerra da

Criméia, a penetração nos Balcãs e no Oriente Médio, assim como a pressão russa estabelecida contra a rota de abastecimento inglesa para a Índia, são fatos históricos que provocaram reações e preocupações entre as personalidades mais esclarecidas da elite norte-americana. Até mesmo a proposição de Marx em seu manifesto comunista ("A derrubada violenta da burguesia constitui a base para o domínio pelo proletariado") serviu mais tarde, após a revolução de 1917, como um elemento catalisador para a configuração desse conflito. Alexis de Toqueville, nos idos de 1850, afirmava que tal conflito seria inevitável, considerando que ambas as nações iriam, eventualmente, dispor de um poder capaz de "modificar os destinos do globo terrestre".

Mahan, ao desenvolver o interesse norte-americano pelo poder marítimo e pela posse de bases no além-mar, certamente contribuiu para que as considerações geoestratégicas ampliassem, com o passar do tempo, o antagonismo entre duas nações, ambas possuindo enorme potencial e com objetivos estratégicos globais.

Um fato, apenas, ilustra a preocupação norte-americana quanto à ameaça soviética. Ao final da Primeira Guerra, durante um período de tempo razoável, Estados Unidos e seus aliados ocidentais empenharam-se em uma campanha no território soviético, proporcionando apoio aos contra-revolucionários, visando a eliminar o então governo bolchevista.

Mais tarde, em 1937, quando Raoul de Castex, em suas teorias

estratégicas, nos fala do perturbador, ele apenas confirma a aversão natural que se estabeleceu entre o detentor do "heartland" e as nações periféricas. Sua consideração mais importante, na realidade, é de antever que, em determinado momento, o perturbador – consolidada sua posição central – deslocar-se-ia para os mares e oceanos em um crescente desafio aos poderes marítimos tradicionais.

Esse conflito não se refere apenas a ideais ou a concepções políticas. É evidente que a competição ideológica exerce sua influência, mas o seu valor tem declinado com o passar dos anos, à medida que diminui o fervor revolucionário soviético.

O conflito pode ser configurado, basicamente, pelos níveis de poder e de influência sobre outras nações e territórios, assim como pela posse de um poderio militar que se destina a intimidar, ou a conter o opositor. As condicionantes geopolíticas e estratégicas são predominantes na determinação do enfoque, da substância e, eventualmente, do resultado desse conflito histórico.

O colapso do sistema internacional clássico calcado no continente europeu, ao fim da Segunda Guerra Mundial, provocou, naturalmente, a definição nítida do conflito.

A Grã-Bretanha dominava, política e financeiramente, tal sistema e buscava manter, ainda que precariamente, um equilíbrio de caráter global entre grandes impérios (o inglês e o francês), pequenos impérios europeus, duas grandes nações continentais (Alemanha e Rússia)

e um império emergente (o Japão).

Na época, os Estados Unidos eram essencialmente uma nação periférica, em termos dos assuntos internacionais, condição imposta pela rejeição no Senado de sua entrada para a Liga das Nações.

Em 1945, encerrou-se definitivamente esta fase da história. Estruturou-se uma nova ordem política.

Passaram a existir apenas duas nações poderosas, ambas, praticamente, não-européias.

Os Estados Unidos, que já vinham exercendo uma influência global, e a União Soviética, que possuía maior território, aspiravam também, por razões históricas e ideológicas, atingir uma ascendência global.

A União Soviética teria logicamente de identificar a nação norte-americana como representando o principal obstáculo para a consecução de suas aspirações. Inicialmente, a meu ver, para os Estados Unidos, a União Soviética representava apenas uma ameaça à segurança de seus aliados, uma ameaça a ser enfrentada através de uma política de contenção militar cuidadosamente elaborada.

Prudentemente eles a evitaram. O ponto mais crítico já atingido foi o da guerra indireta e das soluções de compromisso, como na Coreia, na Áustria, e em Cuba, ou a derrota, como no caso do Vietnã.

A arma nuclear é a única responsável por essa condição. Sua capacidade de destruição faz com que sejam negados os benefícios tradicionais da vitória militar.

E, assim, atingimos a um cenário em que a hostilidade entre os dois oponentes amplia-se progressivamente, sendo seguida, porém, de um sentimento de insegurança que acompanha esse crescimento.

Tudo é feito para que o opositor não obtenha qualquer tipo de supremacia militar pois que, na ambiência da guerra nuclear, não haverá tempo suficiente para uma mobilização, após o seu início.

Examinemos agora a disputa pela hegemonia quanto ao aspecto que denominei de *contexto imperialista*.

Na realidade, a competição entre Estados Unidos e União Soviética não é uma disputa entre nações e, sim, entre impérios.

Vamos, todavia, entender o termo "império" como sendo um sistema hierárquico de relacionamento político e que dispõe de um centro controlador de decisões.

O império moscovita estrutura-se em três níveis. No nível superior está o que eu chamaria de império russo. Cerca de 135 milhões de russos exercem o predomínio sobre uma população de, aproximadamente, 140 milhões de não-russos, dos quais 50 milhões são ucranianos e 50 milhões são islamitas de origem asiática.

No nível intermediário, situa-se o império soviético. Moscou controla as nações-satélites em que habitam cerca de 120 milhões de europeus, 15 milhões de afegões e dois milhões de mongóis. O terceiro nível inclui os clientes imperiais, tais como: Cuba, Nicarágua, Vietnã, Etiópia, Iêmen do Sul e a Coreia do Nor-

te. Todos dependem de Moscou quanto à orientação política, apoio militar e auxílio econômico, e totalizam uma população de 130 milhões.

Tudo isso é o produto de um contínuo expansionismo, que teve início com Pedro, o Grande, no pequeno Ducado de Moscou.

Em termos geoestratégicos, seria possível apresentar uma explicação para esse contínuo crescimento. A ausência de fronteiras nitidamente definidas (uma característica que remonta ao início da história humana naquela área geográfica), assim como a necessidade de novas áreas para a garantia de sobrevivência, fez da expansão territorial não apenas uma vantagem, mas, e principalmente, o processo óbvio de adquirir segurança. Uma tal expansão provocava, como consequência, novos conflitos, novas ameaças e daí um novo impulso expansionista. Um ciclo histórico infundável foi colocado em movimento: a insegurança gerava o expansionismo; o expansionismo conduzia à insegurança, esta, por sua vez, alimentava a necessidade de um posterior expansionismo. Se analisarmos o crescimento do território soviético, nos últimos dois séculos, iremos constatar que, a cada ano, Moscou expandiu-se o equivalente à área de uma Holanda.

Com o passar de tempo desenvolveu-se na população russa um tipo de consciência nacional, que poderia ser definida como a mistura de um messianismo religioso, que associa Moscou à terceira Roma, do instinto nacionalista de sobrevivência e de poder e, mais recentemente, de propaganda de uma distinção ideológica universal.

Se, para os ocidentais, a diversidade em pensamento e ações é uma condição lógica em uma sociedade, o componente ideológico da visão global dos soviéticos enfatiza o princípio de que toda humanidade é governada pelas "leis rígidas da História". Assim sendo, logicamente, só a liderança sabe interpretá-las.

Esse conjunto complexo de motivações ajudou a criar e manter uma visão do mundo em que o estímulo para atingir a hegemonia — o qual, durante décadas, tem sido avaliado pela competição com os Estados Unidos — transformou-se no *leit motif* da vida soviética.

É evidente que tal condição teria de provocar uma colisão com a potência marítima que havia atravessado os oceanos para conter o expansionismo de Moscou nas extremidades ocidental e oriental do continente eurasiático.

É preciso reconhecer, também, que o expansionismo norte-americano assemelha-se, extraordinariamente, àquele processado pela União Soviética.

Isto é especialmente verdadeiro durante o século XIX, quando foram incorporados grandes áreas geográficas então pertencentes ao México.

De outro lado, o expansionismo norte-americano, principalmente durante o período de "destino manifesto" na mudança do século, veio a demonstrar o enfoque oceânico do poder norte-americano. Cuba, o Caribe, a América Central, o Havaí, as Filipinas são exemplos clássicos desse expansionismo.

O sistema imperial norte-americano atingiu sua máxima amplitude depois da Segunda Guerra Mundial

quando, por exemplo, o seu produto nacional-bruto representava mais da metade do produto mundial.

Pelas mais diversas razões, internas e externas, a nação norte-americana não poderia ficar alheia ao que se passasse em qualquer ponto do mundo.

Do mesmo modo que em relação à União Soviética, os Estados Unidos passaram a defrontar-se com imperativos geopolíticos.

Quem controlasse a Eurásia dominaria o globo terrestre. Se a União Soviética conquistasse a periferia dessa imensa área terrestre (a Europa Ocidental, o Extremo Oriente e o sul da Ásia), não apenas obteria o controle de enormes recursos humanos, econômicos e militares. Teria, também, obtido o pequeno Ducado de Moscou.

Rivalidades e diferenças estruturais tão nítidas, historicamente, conduzem inapelavelmente à guerra.

Mesmo levando em conta que os conflitos entre nações marítimas e potências terrestres tendem a ser prolongados, a lógica histórica nos leva à conclusão que várias vezes as duas superpotências deveriam ter chegado ao estado de guerra.

Na verdade, também, embora o conflito envolvesse especificamente as duas nações, ele não deixava de incorporar um legado da antiga e quase tradicional disputa geopolítica entre os grandes poderes oceânicos e os grandes poderes terrestres.

Em certo sentido, os Estados Unidos são os sucessores da Grã-Bretanha (que por sua vez foi antecida pela Espanha e pela Holanda), e a União Soviética a sucessora da Alemanha nazista (precedida

pela Alemanha Imperial e pela França de Napoleão).

As nações marítimas efetuam a projeção de poder através da exploração das rotas marítimas, visando a estabelecer enclaves transoceânicos de influência política e econômica.

As potências terrestres buscam o predomínio continental como um ponto de partida, para ir desafiar a hegemonia do intruso transoceânico.

A História nos mostra que tais conflitos tendem a ser prolongados, não sendo suscetíveis de uma solução rápida, quer pela vitória, ou pela acomodação, conforme tem acontecido nas guerras entre nações marítimas, ou entre potências terrestres.

É possível que os fatores geopolíticos representem causa suficiente para que as duas superpotências do pós-guerra entrassem em rumo de colisão. Deveremos considerar, também, que além desse condicionante existem diferenças profundas entre as duas nações. Dentre elas citaria:

a) A experiência histórica que estruturou suas consciências nacionais. Os Estados Unidos são uma nação de imigrantes que não tinham um passado comum mas aspiravam um futuro compartilhado. A União Soviética sempre foi uma sociedade totalmente subordinada ao Estado e que se expandiu progressivamente através da conquista militar, a partir de um ponto central, o acesso às zonas geoestratégicas que conduzem ao hemisfério ocidental — os oceanos Atlântico e Pacífico.

b) Os valores filosóficos que estruturaram a vontade nacional, ou que são instituídos através de uma ideologia. A liberdade individual *versus* a su-

bordinação do indivíduo ao Estado.

c) A organização econômica.

d) A teoria dos ciclos históricos segundo a qual as grandes nações crescem, atingem a primazia e declinam quanto à sua vitalidade e poder.

Parece evidente que os Estados Unidos atingiram o pico do poder (existem até argumentos que este ponto já foi ultrapassado), mas, ainda assim, são a maior potência do mundo.

A União Soviética é uma nação que, historicamente, aspira ainda representar a terceira Roma e, devido a isso, estaria mais motivada na luta pela supremacia e, também, mais preparada para suportar os sacrifícios necessários para atingir aquele objetivo.

e) A definição do que representará uma vitória neste conflito.

Os Estados Unidos defendem, em linhas gerais, a idéia de um "mundo de paz" com uma democracia universal, associando, porém, tal condição global a uma total liderança norte-americana.

A União Soviética deseja, acima de tudo, sobrepujar os Estados Unidos; transformar-se no centro de um mundo de países socialistas e de um continente eurasiático, no qual não exista a presença ou a influência de quaisquer rivais.

Finalmente, vejamos a disputa pela hegemonia no contexto da globalidade.

Não creio haver dúvida de que, no momento atual, o conflito adquiriu um caráter global. Na verdade, verificou-se uma alteração daquilo que presenciamos nas primeiras décadas do pós-guerra.

A guerra fria teve início como uma disputa entre o poder marítimo e o poder terrestre, quanto aos destinos da Europa.

Após 1945, Stalin claramente imaginava que as forças norte-americanas deixariam o território europeu (Roosevelt fez tal afirmativa!).

Considerando-se a derrota, a destruição e até mesmo a exaustão, inclusive dos "considerados vencedores", a presença das forças soviéticas no coração do subcontinente europeu teria consequências geopolíticas decisivas.

A medida que os Estados Unidos reconheceram essa realidade e adotaram medidas para neutralizá-la, quer a própria nação norte-americana, quer a União Soviética, concluíram não ser possível atingir seus objetivos sem que, paradoxalmente, adotassem uma idêntica configuração.

Assim, os Estados Unidos adotaram a estruturação de uma potência terrestre, criando uma aliança transcontinental, posicionando grandes forças terrestres no continente europeu, e provendo-as com o apoio de forças navais e aéreas, além do componente nuclear.

Em contraste, a União Soviética contida na Europa e, de início, preocupada com o monopólio nuclear norte-americano, teve de adquirir não apenas uma capacidade nuclear, como, também, uma capacidade marítima, visando a eliminar a contenção no início da década de 1960.

Os soviéticos conseguiram atingir esses objetivos e, assim sendo, começaram a projetar sua presença política, ideológica e militar em

áreas distantes da Europa. Ocorreu a presença permanente em Cuba e na Indochina. Houve a penetração na Indonésia, África e Oriente Médio. Nos anos 70, foi desenvolvida uma ofensiva estratégica no terceiro mundo ampliando sua influência no Vietnã do Sul, Camboja, Laos, Etiópia, Iêmen do Sul, Angola, Moçambique, Afeganistão e Nicarágua.

Na presente década, a presença militar soviética possui realmente uma projeção global, ainda que a União Soviética continue sendo, predominantemente, um poder continental.

Este conflito de caráter global entre Estados Unidos e União Soviética possui características inéditas. Jamais duas potências competiram em uma ambiência tão ampla. Mais ainda, jamais o desaparecimento de um dos competidores iria significar, como consequência, uma hegemonia total e efetiva.

Todos esses eventos poderiam, também, ser analisados à luz do que se convencionou denominar de "guerra fria".

Cold War, segundo a definição do "Oxford English Dictionary", é "um estado de hostilidades e que abrange ameaças, obstruções, propaganda etc., sem a ocorrência de violência física".

Na realidade, em termos de ciência política, quando aplicada no conflito entre Estados Unidos e União Soviética, o termo *cold* é empregado com duas interpretações contraditórias: primeiro, para significar que as relações entre o Ocidente e os soviéticos estão frias, congeladas, paralisadas etc., isto é, não têm

vida; e, segundo, para significar que, embora elas sejam ruins e conflituosas, até certo ponto existe a precaução para que não seja atingido o limiar da guerra "quente".

A história das relações internacionais nos últimos cinquenta anos poderia ser dividida em quatro fases. Em termos gerais, tais fases são explicitamente definidas pelas condicionantes do relacionamento Estados Unidos-União Soviética.

Teríamos, então a primeira guerra fria, que ocorreu entre 1946 e 1953. Neste período, a União Soviética buscou recuperar-se dos efeitos da guerra e absorver os ganhos alcançados, quer na luta armada, quer nos encontros entre os grandes. Tentou, também, aproveitar-se das indecisões das nações ocidentais. Foi a época das medidas neutralizadoras em relação à Grécia e Turquia, do Plano Marshall, da Doutrina Truman, do Monopólio Nuclear, da Coreia, e de profundas modificações políticas da China.

A segunda fase histórica, e que vai de 1953 a 1969, poderia ser denominada de período de antagonismo variável.

Neste período, buscou-se diminuir o nível de confrontação e obter concordância nos assuntos internacionais e, o que é mais importante, separar os problemas internos das áreas geográficas sob o controle de cada oponente daqueles intrínsecos à disputa pela hegemonia entre Estados Unidos e União Soviética. Todas as tentativas, porém, foram inúteis, devido ao impacto de forças e tensões, até então não identificadas, sobre o próprio conflito Leste-Oeste.

Tivemos a conferência de Ge-

nebra no tocante à Indochina, o acordo de 1954 sobre a Coreia, e a conferência dos líderes ocidentais e soviéticos, em Genebra, em 1955.

Em 1956, porém, ocorreu a invasão do Egito por uma coalizão França-Inglaterra-Israel e, também, a invasão soviética na Hungria.

À visita de Krushev aos Estados Unidos, em 1959, houve a contrapartida da interrupção da Conferência de Paris, em 1960, as crises de Berlim e Laos, em 1961, e a crise dos mísseis de Cuba, em 1962.

Tivemos, também, o tratado de proibição dos testes nucleares de 1963, e, até mesmo, o estabelecimento da "Hotline" entre Moscou e Washington.

Em 1965, os norte-americanos engajaram-se definitivamente no Vietnã e na República Dominicana e, em 1967, presenciamos a terceira guerra Israel-Países Árabes. Finalmente, em 1968, as forças do Pacto de Varsóvia invadiram a Tchecoslováquia.

O terceiro período histórico vai de 1969 a 1979, e é caracterizado pela *détente*.

Uma conceituação do termo *détente*, quer no sentido em que pretendeu-se seria aplicado, quer no entendimento de cada oponente, iria exigir, na prática, uma palestra em separado.

Em rápidos bosquejos, diríamos que, em seu sentido mais amplo, e nos resultados alcançados, ele significou uma redução aparente na corrida armamentista, o uso de uma retórica em que a paz era a motivação principal. Caracterizou-se também pelo desejo ocidental de isolar-se das confrontações em termos de

Terceiro Mundo, assim como por uma redução nos sentimentos anti-comunistas nos países capitalistas (especialmente na Europa), assim como permitiu o crescimento de movimentos sociais de contestação à ordem estabelecida.

Não foi este, contudo, o raciocínio da União Soviética. Para eles, a ambiência estabelecida tinha dois significados. Em primeiro lugar, o reconhecimento tácito, pelo Ocidente, de sua importância nos destinos do mundo e, também, de seu poder. Em segundo lugar, e o que era mais importante, a oportunidade de procurar diminuir os vários *gaps* que ainda separavam a União Soviética do Ocidente; o *gap* científico e tecnológico, e, especialmente, o *gap* econômico.

O quarto período histórico inicia-se em 1979, e poderia ser denominado de segunda guerra fria. O qual reflete o que mencionamos, momentos atrás, quanto ao conflito de caráter global.

Sob certos aspectos, ele possui características semelhantes àsquelas que determinaram a primeira guerra fria. Existe o sentimento da possibilidade de um conflito armado e de suas conseqüências.

Os governos ocidentais e, especificamente, os Estados Unidos, vêm clamando por uma nova capacidade militar, a necessidade de ampliação de despesas em termos de poder militar e, principalmente, defendendo a legitimidade do uso da força nas relações internacionais.

Reagan, por exemplo, falando em West Point, em 1981, dizia que: "Nenhuma nação que se baseou em acordos firmados e, ao mesmo tem-

po, abandonou sua capacitação material para a guerra, durou o suficiente para contribuir para a história da humanidade."

Tal atitude está também refletida nas posições quanto aos problemas relacionados ao Terceiro Mundo. Adotam-se preparativos e elaboram-se medidas relacionadas às intervenções em nações que não se adaptam à política externa norteamericana como, por exemplo, Líbia, Cuba e Nicarágua. Prevêem-se sanções econômicas para aquelas nações que buscam uma independência quanto às suas relações externas e, sob esse aspecto, estamos incluídos.

McNamara, como Secretário de Defesa por muitos anos, procurou definir o fenômeno da ação-reação, ou da "imagem do espelho".

No confronto Estados Unidos-União Soviética, a cada ação corresponde uma reação igual e em sentido contrário. É evidente que todo aumento no nível de tensão por parte de qualquer dos oponentes gera, inevitavelmente, um crescimento do lado de seu opositor.

Este é o momento em que vivemos! Em que existe também uma participação cada vez mais significativa de algo identificado, em termos amplos, como o Terceiro Mundo. E, no contexto desse misterioso mas atuante personagem, incluímo-nos, nós, o Brasil.

Permitam-me, porém, antes de tratar de nossa presença no cenário amplo das relações internacionais, acrescentar algo sobre o contexto global do conflito entre Estados Unidos e União Soviética.

O caráter global desse conflito

resulta não apenas dos rumos de colisão adotados, e sim pelo poder transoceânico ou pelo poder transcontinental, cada um deles apoiado em seu sistema imperial.

Existe a nítida influência dos sistemas de armas altamente sofisticadas e a evolução dos meios de comunicações.

Os atuais sistemas de armas, em termos de alcance e capacidade de destruição, tornam real o conceito da guerra global, como também a ameaça de uma total destruição.

A competição pelo controle do espaço exterior – ou, pelo menos, a negação do uso por um opositor – integra-se hoje no contexto da disputa pela hegemonia.

Ao mesmo tempo, a combinação da sofisticação nas comunicações e a melhoria de conhecimentos por parte da sociedade humana fazem com que a competição político-ideológica se torne geograficamente ilimitada. Nenhum continente deixa de ser afetado pelos clamores de ambos os oponentes, ou pelos modelos sociais propostos.

Assim sendo, o conflito entre a União Soviética e os Estados Unidos é e será, até que uma atitude irracional o interrompa, um conflito permanente com inúmeros picos de tensão.

As realidades geopolíticas e as respostas geoestratégicas – ambas influenciadas pelas diferenciações sistêmicas e ideológicas – continuarão a predominar nesse conflito.

Pela primeira vez na história da humanidade, a prudência – induzida pela imagem do holocausto nuclear – tem orientado esse conflito cujo resultado, talvez, também pela pri-

meira vez, não será determinado pela guerra, no sentido em que a conhecemos.

Na evolução do processo histórico do pós-guerra que acabei de descrever desenvolveu-se, progressivamente, um novo fator de mudanças, que, nos dias atuais, exerce considerável influência no trato das relações internacionais, e isto a despeito da predominância do tema central: a disputa pela hegemonia.

Tal fator de mudanças tem sua origem no rápido processo de descolonização. A influência desse fator provocou o aparecimento de uma ambiência instável e que é caracterizada pelo que conhecemos como Terceiro Mundo.

O processo turbulento da criação de novas nações, da adoção aleatória de alianças e do fortalecimento transitório de centros de poder regionais agregou à estrutura bipolar um significativo número de complexidades multipolares.

Tais complexidades são, a meu ver, de enormes proporções. É impossível fazer generalizações sobre o Terceiro Mundo, uma vez que existem diferenças profundas no tocante às regiões consideradas, o mesmo ocorrendo quanto à sua história, níveis de desenvolvimento, cultura política e os problemas com que se defrontam.

Uma multitude de pontos de conflito perturba grande número de nações em desenvolvimento como, por exemplo, as diferenciações religiosas e tribais, contidas em fronteiras impostas pela era colonial. Esses países defrontam-se, também, com o problema da estruturação nacional, face ao perigoso desequilíbrio

entre o crescimento populacional e disponibilidade de alimentos.

Decorrem, daí, situações imprevisíveis e de crescentes pressões em áreas em que convergem ou, até mesmo, conflitam os interesses das superpotências.

Será necessário, talvez, que os cientistas políticos e os historiadores dediquem uma maior atenção no sentido de melhor definir e descrever aquilo que, nos tempos atuais, é chamado de "nacionalismo" e que emergiu como a força política dominante em muitas áreas do Terceiro Mundo.

Estruturando no período das lutas pela independência, o nacionalismo, em termos de Terceiro Mundo, é uma força poderosa, ainda que complexa, algumas vezes conduzindo à integração e algumas vezes a situações irracionais e desagregadoras.

Se levarmos em conta o fator econômico, teremos de reconhecer que o consumo de dificuldades, que caracterizamos como o conflito Norte-Sul, interage profundamente com a competição hegemônica Estados Unidos-União Soviética.

A despeito de iniciativas promissoras desenvolvidas no período inicial do pós-guerra, a seqüência dos fatos (e nelés incluo as imensas despesas das superpotências para o seu preparo militar) conduziu à situação atual, em que dívidas externas crescentes, carência de alimentos e a conseqüente instabilidade política elevam o nível de conflito a valores perigosos na ambiência do Terceiro Mundo.

A nação brasileira desenvolveu-se no decorrer dos quatro primeiros

séculos de sua existência nitidamente influenciada pela evolução do poder marítimo. De início, pelas atividades portuguesas que levaram à descoberta do caminho para as Índias, e pela comprovação formal do descobrimento (e conseqüente posse) daquele imenso litoral, cujas dimensões totais ainda eram desconhecidas.

Portugal usou a manipulação diplomática através dos centros de poder das diferentes épocas e, em especial, o apoio do Vaticano, para garantir a nova posse. Era necessário reduzir as pressões espanholas e, além disso, deslocar ainda mais, para oeste, o meridiano das Tordesilhas.

A aliança que se estabeleceu entre a Inglaterra e Portugal poderá merecer reparos quanto ao seu custo para a Coroa Portuguesa e, especificamente, para nós, Colônia. Representou, contudo, uma garantia para que pudéssemos, até certo ponto, consolidar a imensa nação que somos hoje.

Todavia, quando nossos interesses, quer ainda como sede da Coroa de Portugal, ou como jovem império, não se harmonizaram com aqueles da "Rainha do Mares", fomos contidos: a sul, com a imposição do Uruguai; a norte, com a devolução da Guiana Francesa e o afastamento forçado de uma presença no Caribe.

O período de transição da "Pax Britânica" para a "Pax Americana" não alterou de forma significativa nosso posicionamento internacional. Continuamos sendo uma nação predominantemente marítima, mas sem projeções significativas de nosso

poder nacional sobre o imenso oceano em que nos debruçamos.

Voltamos-nos para o Oeste, buscando definir através de acordos e da intermediação diplomática – e sempre com vantagens substanciais, graças à presença de Rio Branco – nossas fronteiras com as demais nações sul-americanas. Atingimos e ocupamos posições-chave que, frente a uma geopolítica regional, a qual se, pelo menos, continuar a ser tão eficiente quanto a prospectiva portuguesa dos séculos XVIII e XIX, poderá representar tranquilidade em termos de nossos vizinhos terrestres.

Repito, porém, que nós somos uma nação voltada para o mar. O litoral nos atrai, e a própria distribuição populacional explicita esta tendência.

Uma série de eventos, ocorridos a partir da década de 1950, parece indicar que, finalmente, orientamos-nos para a ambiência marítima e, de maneira objetiva, começamos a discernir nossa correta destinação como uma grande nação, capaz de ocupar uma posição de destaque no cenário internacional. O horizonte deixou de ser apenas aquele que avistamos da praia, ampliando-se até onde nossos interesses possam ser atendidos e, também, quem sabe, ser ameaçados.

A industrialização iniciada na década de 1940 recebeu grande impulso a partir da segunda metade da década seguinte.

A ambiência externa despertou interesses, principalmente no sentido de competir, com nossos produtos e serviços, em diversos centros comerciais no exterior.

Ao analisarmos nossa capacidade

de de competir e, especialmente, de transportamos nossos produtos de exportação e recebermos aqueles itens imprescindíveis à própria vida nacional, constatamos que não dispúnhamos de meios próprios de transporte em níveis adequados nem, também, de um sistema adequadamente organizado para que, quer as exportações, quer as importações, fluíssem adequadamente até sua destinação.

Decorrem daí a implantação de uma indústria de construção naval; dos planos de expansão de nossa Marinha Mercante; da criação dos chamados corredores de exportação.

Os números refletem o esforço dispendido pela nação brasileira. De pouco mais de 1 milhão de toneladas em navios mercantes, nos idos de 1965, aos quase 10 milhões que possuímos hoje. De uma capacidade de produção de apenas pequenos navios, ao nível tecnológico atual, igualando-se ao que existe de mais avançado no mundo.

Em pouco mais de quinze anos, passamos realmente a utilizar os oceanos como via de comunicação para o comércio, prática adotada pelas nações de maior importância, por mais de quatro séculos.

Essa expansão e esse desbravamento decorrem de uma orientação e de um comprometimento adotado e assumido pelo Estado, podendo até estar expressos em termos de uma direção.

Projetar os interesses políticos e econômicos brasileiros para fora de nossas fronteiras, estabelecendo nossa presença, conquistando mercados, expan-

dindo nosso comércio, visando com isso a uma participação efetiva no cenário internacional, assim como a obtenção dos recursos necessários à continuidade de nosso desenvolvimento.

Daí, talvez, encontrem sua plena explicação duas iniciativas adotadas por nosso governo: em primeiro lugar, o entendimento franco com as nações da América do Sul, a começar pela Argentina e Uruguai, buscando eliminar dúvidas e incertezas. Agregar capacidades econômicas e somar em vez de praticar um distanciamento prejudicial; em segundo lugar, nossa proposição perante as Nações Unidas, no sentido de que o Atlântico Sul seja reconhecido como uma zona de paz e cooperação.

Em seu discurso perante a ONU, em setembro de 1985, dizia o presidente Sarney:

O Brasil fará todos os esforços que estiverem ao seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares, e de qualquer forma de confronto oriundo de outras regiões.

Até aqui procurei esboçar o cenário em que convivemos neste final de século.

É nesfa ambiência que o Brasil tenta desbravar a rota do desenvolvimento, buscando alcançar novos patamares de progresso que reflitam suas potencialidades.

Este é um momento em que nos

defrontamos com dificuldades extraordinárias em todas as áreas de nossa vivência.

Já ouvi e li, algumas vezes, a opinião de que observações, como as que mencionei quanto ao cenário internacional, traduzem, talvez, uma divagação acadêmica sobre assuntos vastos, polêmicos e alienígenas, que em nada contribui para solucionar a situação do momento: os problemas econômicos, a necessidade do crescimento industrial, o dilema populacional, as diferenças norte-sul (que não são apenas do cenário internacional, mas, em sentido inverso, de nosso próprio cenário).

Em um mundo pequeno, de intimidade, até mesmo de promiscuidade, vivemos e sofremos diversos efeitos cujas causas não estão suficientemente identificadas. Buscam-se soluções de momento, para neutralizar os efeitos, sem procurar atacar aquilo que deu origem às dificuldades que estamos enfrentando.

Neste pequeno mundo, nós somos uma nação-continente, vasta em sua extensão e recursos, porém ainda frágil em termos de uma vontade nacional, firme e objetiva.

Nação alguma é construída por forças estranhas.

É da capacidade ou incapacidade de seu povo que vai sair sua fraqueza, ou sua força, ou sua importância, ou, ainda, o seu desprestígio. Ninguém suporia que um país qualquer pudes-se ser grande por influência de outro — crescer com a atividade, a inteligência e o trabalho alheios.

Isto dizia-nos o ilustre brasileiro Antônio Carneiro Leão, sociólogo e educador, no início deste século, referindo-se aos deveres das novas gerações brasileiras.

"O Brasil", dizia ele, "sem alienar a sua individualidade, mas, ao contrário, despertando-a e desenvolvendo-a, deve observar *o que se passa lá fora* (o grifo é meu) para aproveitar as lições fornecidas pelos povos mais velhos, mais experientes e cultivados."

E conclui Carneiro Leão:

É de cultura que necessita o Brasil. Cultura física, mental, técnica, profissional, cívica social e política.

Parece-nos que, para este final de século, quando deverá ainda ser mais acelerado o progresso tecnológico, nosso problema fundamental será a valorização do homem brasileiro.

Responsabilidade que é individual e coletiva. Que significa dar muita mais que receber; aplicar, em seu verdadeiro sentido e toda sua abrangência, a participação.

Tendo sempre em mente que a realidade do mundo em que vivemos é bastante amarga, que somente os fortes e decididos e os que dispõem de tecnologia irão poder garantir os seus interesses e aspirações nacionais, em uma competição bastante acirrada com mais de uma centena de competidores, onde a inteligência, o preparo, e a cultura exercerão um papel preponderante.



Vice-Alm. JOSÉ MARIA DO AMARAL OLIVEIRA – Dentre os diversos cursos em que se diplomou figuram o de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, o Naval Command Course, SFO, U.S. Naval War College e o Curso Superior de Guerra da ESG. Foi comandante da Força Aeronaval, Diretor de Aeronáutica da Marinha do Brasil, Subcomandante da Escola Superior de Guerra do Estado-Maior das Forças Armadas. Atualmente, representa o Brasil na ONU.

SITELTRA NA VANGUARDA DAS TELECOMUNICAÇÕES MILITARES BRASILEIRAS.



VISTA AÉREA DAS INSTALAÇÕES DA SITELTRA

- Empresa dedicada às Telecomunicações, com ampla experiência, bom desempenho e confiabilidade.
- Sucessora da divisão de Telecomunicações da AEG TELEFUNKEN DO BRASIL S/A.
- Possui uma área de 46.000 m² dos quais 10.980 m² construída. Um quadro de 750 funcionários altamente especializados.
- Tem um dos mais completos laboratórios de desenvolvimento em Telecomunicações.

LINHA DE PRODUTOS MILITARES



ERC-204 VHF
VERSÃO VEICULAR
30 + 30 WATTS



ERC-110 VHF
VERSÃO PORTÁTIL 2 WATTS



ERC-621 HF-SSB
VERSÃO VEICULAR
100 WATTS



ERC-621 + RY-20 (HF + VHF)
VERSÃO VEICULAR
100 WATTS + 2 WATTS

- Há compatibilidade mecânica entre os conjuntos RY 20 e RY 39 permitindo sua montagem em uma só base. Possibilitando uma comunicação simultânea ou como estação repetidora HF/VHF.

- RY 20 – Transceptor de VHF na faixa de 30 a 80 MHz com 920/1840 canais, 2 Watts, versão siliciada, compatível módulo por módulo com PRC 77.

- RY 39 – Transceptor de HF/SSB na faixa de 2 a 30 MHz com 28.000/280.000 canais, potência selecionada em 5/20 Watts.



SITELTRA S.A.

Sistemas de Telecomunicações e Tráfego
Tecnologia AEG-TELEFUNKEN

Rua Tabaré, 551 - 04446 - S. Paulo, SP
Brasil - Caixa Postal 2021 - PABX
521-9011 - Telex (011) 34864 AEGT-BR
Telefunk



ERC-401 UHF
VERSÃO VEICULAR
1/10 WATTS

- Sistema Tático de Rádio Enlace na faixa de 225 a 400 MHz para comunicações de área. Permite operações digitais como analógicas em 24 canais FDM ou até 1.024 Kbits/s em TDM.



ÁFRICA AUSTRAL: INTERESSES ESTRATÉGICOS

Oswaldo Terra de Faria

O Brasil patrocinou e viu aprovada, recentemente, pela Assembléia das Nações Unidas, proposta para que o Atlântico Sul seja considerado área desmilitarizada. Esse fato não torna sem sentido as considerações apresentadas pelo autor, em exposição no Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES), publicadas no Caderno nº 4, de novembro de 1983 dessa entidade, e aqui transcritas. A partir da introdução, o leitor identificará por quê.

O tema envolve uma massa continental crítica — a África Austral, debruçada sobre dois oceanos igualmente críticos, o Índico e o Atlântico Sul. Terras e águas sob constantes análises de diferentes centros de poder, Brasil no meio, preocupados com delineamentos estratégicos que atendam a seus interesses nacionais nessa área, a qual apresenta características políticas e geopolíticas muito especiais. Diante desse quadro, torna-se evidente que as estratégias de projeção de poder na área já são (e o serão mais ainda no futuro) necessariamente conflitantes, porque conflitantes são os objetivos do elenco de atores em cena, disputando, no mesmo cenário, um lugar ao sol.

Para compreendermos a problemática da África Austral (o meu enfoque pretende ser preponderantemente estratégico), julgo que, inicialmente, devemos identificá-la na moldura ampla da própria ordem internacional, para depois dissecá-la em seus componentes mais significativos. Se assim julgo (porque a ordem internacional, por princípio, deveria pressupor a dinâmica de transformação em ordem), ao mesmo tempo sou obrigado a reconhecer que há sinais evidentes de disfunção no sistema internacional. Paradoxalmente, a ordem adquire foros de desordem, tanto em termos políticos quanto econômicos e sociais, com seus inevitáveis desdobramentos militares.

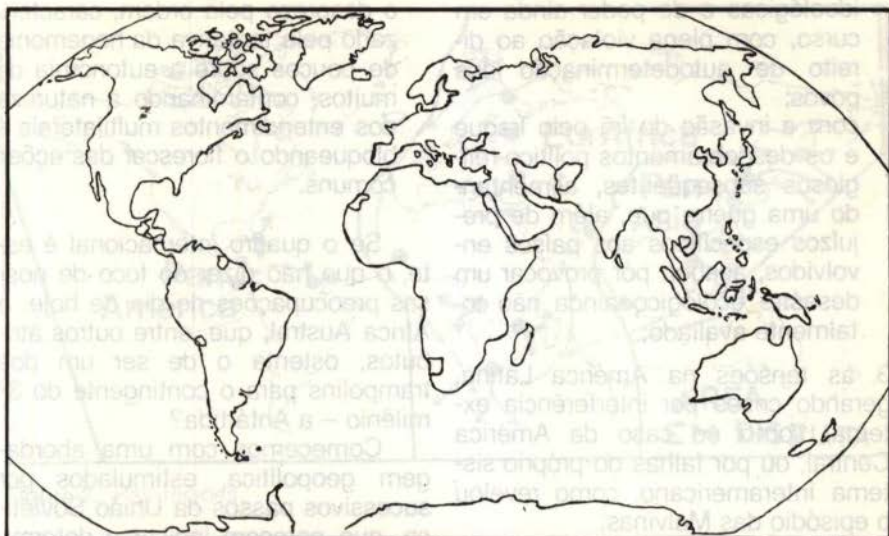


Figura 1. Áreas de tensão.

O sistema internacional se apóia em cerca de 150 Estados soberanos, cuja convivência resulta de um delicado e aleatório processo em que se equilibram nações isoladas, blocos de nações e organismos de projeção mundial. Equilíbrio instável, facilmente perceptível através de erupções em todos os continentes. Se não vejamos:

1. o impasse nas negociações sobre desarmamento continua a gerar estratégias de rearmamento, respaldadas na já monótona justificativa de restabelecimento do equilíbrio rompido, equilíbrio que só será atingido quando, honestamente, as superpotências se propuserem a tal, o que está longe ainda de uma realidade palpável;

2. as tensões na Ásia persistem e se agravam:

- com a invasão do Afeganistão, até hoje não absorvida pela comunidade internacional, onde a presença soviética pretende abafar, pela violência, qualquer solução que atenda às legítimas aspirações do povo daquele país;
- com a invasão do Líbano, também não absorvida pela comunidade internacional, onde o emprego da força, previsto para curto período, acabou criando novas realidades, sem resolver o problema crucial dos palestinos e sem baixar as tensões na área;
- com a invasão do Camboja e as escaramuças na fronteira tailandesa, transformando o Sudeste Asiático na única área do mundo em que mais de quatro decênios de lutas ainda não conseguiram dar término à Segunda Guerra Mundial, por força de disputas

ideológicas e de poder ainda em curso, com plena violação ao direito de autodeterminação dos povos;

- com a invasão do Irã pelo Iraque e os desdobramentos político-religiosos subsequentes, alimentando uma guerra que, além de prejuízos específicos aos países envolvidos, acabou por provocar um desastre ecológico ainda não totalmente avaliado;

3. as tensões na América Latina, gerando crises por interferência externa, como no caso da América Central, ou por falhas do próprio sistema interamericano, como revelou o episódio das Malvinas;

4. as tensões na África, sobre as quais voltaremos a falar mais tarde, sobretudo as relacionadas com os países da região austral;

5. as tensões no seio da OTAN, de ordem política, econômica e militar, exibindo crises no plano intrabloco, com sérios prejuízos para o conjunto;

6. as tensões, finalmente, provocadas pela desordem econômica internacional, pondo em perigo os poucos esforços comuns de recuperação da economia mundial.

A precariedade da ordem internacional, cuja síntese acima esboçamos, leva-nos a conjecturar sobre suas verdadeiras causas. Ousamos alinhar duas:

- a incapacidade de ação comum que os Estados ou blocos de Estados têm demonstrado;

— o desprezo pela ordem, caracterizado pela tentativa da hegemonia de poucos sobre a autonomia de muitos, contaminando a natureza dos entendimentos multilaterais e bloqueando o florescer das ações comuns.

Se o quadro internacional é este, o que não dizer do foco de nossas preocupações no dia de hoje, a África Austral, que, entre outros atributos, ostenta o de ser um dos trampolins para o contingente do 3º milênio — a Antártida?

Comecemos com uma abordagem geopolítica, estimulados por sucessivos passos da União Soviética, que parecem indicar a determinação de ressuscitar antigas teorias geopolíticas, combinando-as num gigantesco plano para conquistar o mundo. É o que teorizam analistas americanos.

São por demais conhecidas, para serem aqui dissecadas, as teorias geopolíticas de poder terrestre, naval e aeroespacial.

Uma corrente de geopolítica, entretanto, advoga que nenhum Estado, isoladamente, embora otimizando toda a sua estrutura de poder, tem condições de controle global. Esta corrente divide o mundo em três grandes áreas de influência ou pan-regiões dominadas, respectivamente, pelos Estados Unidos, pela União Soviética e pela China e/ou Japão.

Os adversários desse tipo de abordagem estratégica duvidam de que as pregações geopolíticas ainda afetem as ações ou o pensamento das nações. Citam, como exemplo, o fato de que as agressões cometidas

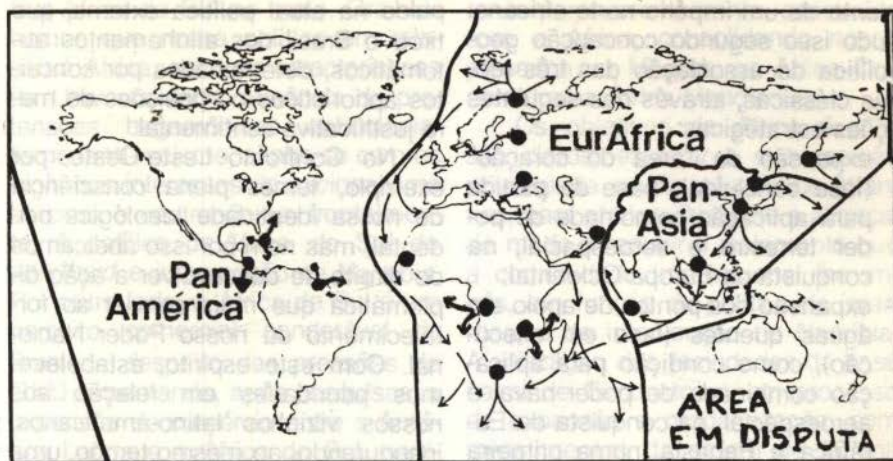


Figura 2. Pan-regiões.

pela Alemanha e pelo Japão na Segunda Guerra Mundial se constituíram em tais fracassos para ambos, na tentativa de atingir seus objetivos geopolíticos de domínio sobre a Eurásia e a Panásia, que desestimularam qualquer estratégia baseada nos mesmos conceitos.

A verdade é que, nas últimas fases da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética anexou uma série de Estados contíguos na Europa, ao mesmo tempo em que ocupava a Mandchúria e o norte da península coreana. Logo após o término da guerra, quando tentou anexar a Grécia, a Turquia e o Irã, foi contida pelos norte-americanos, passando então a desenvolver estratégias oblíquas de expansão, sem envolvimento direto nos conflitos. Em outras palavras, a expansão soviética começou na última etapa da Guerra, continuou após o término da mesma, e ainda está em curso, elegendo como seus os mesmos objetivos

com que sonharam alemães e japoneses, transformando-se assim nos geopolíticos do século XX.

Especialistas norte-americanos admitem que um exame dos últimos desdobramentos internacionais parece indicar ambiciosa estratégia soviética para, na década de 90, capitalizando sobre as ambições geopolíticas do Vietnã, da Coreia do Norte, da Líbia e de Cuba, explorando ainda as fraquezas e limitações do Mundo Livre e do Terceiro Mundo, dominar, numa primeira etapa, a Eurásia e a Panásia, anulando o plano chinês, e, num segundo movimento, a Panamérica.

No caso do Vietnã, a recompensa seria o domínio sobre a Grande Indochina, incluindo a Tailândia, a Malásia e a Indonésia. Para Cuba, a influência definitiva sobre o Caribe e a América Latina. Para a Coreia do Norte, a realização do grande sonho de unificação sob controle de Piongiang. Para a Líbia, o estabeleci-

mento de um império norte-africano. Tudo isso segundo concepção geopolítica de associação das três teorias clássicas, através das seguintes ações estratégicas:

- expansão da "área do coração" (fase concluída), base de partida para aplicação combinada de poder terrestre e aeroespacial, na conquista da Europa Ocidental;
- expansão dos pontos de apoio em águas quentes (fase em execução), como condição para aplicação combinada de poder naval e aeroespacial, na conquista da Eurásia e Panásia, numa primeira fase, e da Panamérica, numa segunda.

Para a grande manobra estratégica, a sua expansão terrestre, com presença ostensiva na Europa Oriental e no Afeganistão ou interposta na África e no Caribe, associada a 16 bases aeronavais e/ou portos aparelhados, confere o necessário suporte operacional e logístico. Das 16 facilidades que a Fig. 2 mostra, 13 já estão sob seu controle direto ou em regime de livre acesso, três das quais - e aqui voltamos à nossa área - situadas na África Austral.

Diante desse quadro, qual deve ser a nossa postura estratégica?

Creio que, em primeiro lugar, ela deve ser de expectativa diante das previsões, pelos muitos imponderáveis que elas encerram, o que, evidentemente, não nos desobriga de um acompanhamento cerrado da evolução dos eventos.

Em segundo lugar, ela deve ser pragmática, combinando com perspicácia os trunfos de que dispomos na área.

Tal postura estratégica tem res-

paldo na atual política externa, que tirou o Brasil dos alinhamentos automáticos, determinados por conceitos apriorísticos ou posições de mera justificativa sentimental.

No Confronto Leste-Oeste, por exemplo, temos plena consciência de nossa identidade ideológica ocidental, mas nem por isso abdicamos do direito de desenvolver a ação diplomática que mais convier ao fortalecimento do nosso Poder Nacional. Com este espírito, estabelecemos prioridades em relação aos nossos vizinhos latino-americanos, inaugurando, ao mesmo tempo, uma nova fase de ação diplomática com os países africanos, cuja tônica orienta-se no sentido de que os africanos vejam no Brasil um parceiro confiável, apto a participar do seu processo de desenvolvimento. A África tem sido definida como uma das áreas prioritárias da nossa política externa. Portanto, as ações estratégicas a serem desenvolvidas nos diferentes campos têm que fluir de decisão política já sedimentada e atender a parâmetros bem definidos de coerência e independência.

Não me deterei na análise das estratégias nos campos político e econômico. Pretendo aflorar apenas alguns aspectos estratégicos no campo militar. Entretanto, em nome da própria coerência das estratégias nos diferentes campos, não poderei furtar-me a mencionar, em termos amplos, fatos políticos e econômicos que condicionam decisivamente a estratégia militar.

A estratégia militar, em relação à África Austral, vincula-se inexoravelmente à problemática do Atlântico Sul e dos Estados a ele adjacen-

tes, África do Sul no meio. Ora, sabemos que nossa política em relação à África, por suas características de Universalidade, ausência de pretensões hegemônicas, anticolonialismo, anti-racismo, alinha-se com os legítimos interesses do nacionalismo africano e contrapõe-se, frontalmente, à política da África do Sul de *apartheid* e intervenção na Namíbia. Por outro lado, a África do Sul é um parceiro comercial ponderável do Brasil, a despeito das pressões da ONU lamentando, após pesquisas, a expansão do comércio entre a América Latina e a África do Sul, particularmente o do Brasil.

Esse quadro levou a diplomacia brasileira a adotar uma linha pragmática, visando a permitir o desenvolvimento natural de relações comerciais, sem que essas relações extravasem para a área política. Em outras palavras, no campo político — relações frias, porém comerciais; no campo econômico — relacionamento através de canais estritamente privados, sem a participação das organizações estatais. Duas decisões que, associadas a outros interesses nacionais (particularmente o de manter o Atlântico Sul afastado da confrontação entre as superpotências e dedicado essencialmente a atividades específicas), sugerem premissas muito claras para nossa estratégia militar na área. Dentre elas destaco a que se relaciona com o discutido projeto do Pacto do Atlântico Sul, lançado pela África do Sul e apoiado por alguns setores argentinos, uruguaios e brasileiros. Na conjuntura atual, é impensável a adesão do Brasil a esse pacto, sob pena de destruir um diálogo pacien-

te e perseverantemente construído com a África, consolidando nossa presença no Magreb, na África Ocidental e na África Meridional.

Os objetivos da África do Sul são claros: explorar a sua posição privilegiada na ligação Índico-Atlântico, para atrair o Ocidente à aliança, de modo a reduzir o isolamento que a comunidade internacional lhe impôs, em função da política de *apartheid* e de intervenção na Namíbia. A utilização das facilidades da base naval de Simonstown, em processo de expansão e modernização, com investimentos da ordem de 20 milhões de dólares, é um dos trunfos da barganha. A importância dessa base já foi por nós mencionada quando a incluímos entre as três ainda não sob controle ou livre acesso por parte da União Soviética, no contexto do que os analistas consideram a grande manobra estratégica para domínio das pan-regiões. Entretanto, a dimensão da importância de Simonstown cresce na medida em que nos detemos na hipótese de confronto Leste-Oeste, interessando de perto à estratégia militar dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, sobretudo pelo que representa como posição de apoio ao domínio do mar em áreas do Atlântico Sul e do Índico. Convém não esquecer que a interdição dos canais de Suez e do Panamá, previsível até mesmo fora de um conflito (por injunções de ordem política), devolveria ao Atlântico Sul a condição de oceano de trânsito que lhe era inerente na fase anterior à existência dessas ligações artificiais.

Mesmo na hipótese de conflito generalizado que certamente nos

envolverá, a natural associação militar com o Ocidente ocorrerá em momento oportuno, indicado por criteriosa avaliação estratégica, sendo prematura, presentemente, qualquer associação regional. Signatários que somos do abalado TIAR, não há justificativa para adesão a outros pactos no Atlântico, principalmente o proposto, que, em termos de Poder Naval, tem limitada capacidade de dissuasão. Mais ainda, se existisse por ocasião da controvérsia argentino-inglesa, não seria igualmente acionado, como não o foi o TIAR. A estratégia militar brasileira (naval e aeroespacial) tem prioridades maiores para a área, entre as quais a de explorar o seu próprio potencial de "posições de apoio", numa primeira etapa de projeção de poder, envolvendo a porção ocidental do Atlântico Sul, área prioritária para a segurança da navegação de cabotagem e das regiões costeiras de concentração do tráfego marítimo.

No recente episódio das Malvinas, o uso da ilha de Ascensão pelos ingleses evidenciou a relevância estratégica da combinação "forças + posições de apoio" no controle de áreas marítimas em proveito de seus objetivos. Ascensão foi base logística naval e ponto de lançamento de aviões estratégicos e táticos, assistidos por esquadrões de reabastecimento em vôo para assegurar seja o raio de ação necessário ao cumprimento da missão (no caso dos aviões estratégicos), seja o alcance indispensável ao pouso dos navios-aeródromos da força naval (quando se tratava de aviões táticos).

Analisadas as diferentes implicações estratégicas de nosso rela-

cionamento com a África do Sul, devemos, por extensão, nos ocupar da Namíbia. Já enfatizada pelo Embaixador Marcos Azambuja, a posição brasileira é rigorosamente fiel às várias resoluções e recomendações das Nações Unidas por nós apoiadas. Reconhecemos o direito à independência da Namíbia e a existência da SWAPO como único representante legítimo do povo namíbio, apesar de nossas diferenças ideológicas com aquela organização. Apoiamos as reivindicações dos países da linha de frente (Angola, Moçambique, Zimbábue, Botswana e Zâmbia), os quais consideramos como alvos permanentes de agressões sul-africanas.

Ressalto ainda a importância para nós da África Lusófona (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé-Príncipe, Angola e Moçambique), muito embora só Angola atenda, simultaneamente, ao critério de África Austral e Atlântico Sul, já que Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé-Príncipe situam-se acima do equador, e Moçambique se debruça sobre o Índico. A verdade é que a nossa estratégia em relação a esse grupo de Estados é praticamente a mesma, com ênfase nos campos políticos, psicossocial e econômico. No campo político, explorando a comum adesão ao primado do Direito Internacional nas relações entre Estados e a fidelidade aos princípios de igualdade soberana dos Estados, de não-intervenção em seus assuntos próprios, de respeito à diversidade, de recusa ao uso da força entre nações. No campo psicossocial, exaltando o respeito aos valores humanísticos e culturais que lhe são pró-

prios e que são, em parte, também nossos. No campo econômico, advogando o incremento das trocas com base na condição de economias até certo ponto complementares.

Os países lusófonos representam uma vertente do nacionalismo africano com a qual abrimos um diálogo de franca cooperação, sem perda de nossas convicções ideológicas próprias, mas com base no respeito à diversidade política.

Uma hipótese nos preocupa, com reflexos em nossa estratégia militar para o Atlântico Sul: a participação de tropas cubanas nas lutas que garantiram o poder a Agostinho Neto, e a sua permanência no país até o presente, constitui um óbice ao pleno exercício da soberania angolana. Espera-se que, com a independência da Namíbia, o principal pretexto para a estada dos cubanos em Angola perderá sua razão de ser, prevendo-se a retirada dessas tropas do país. Se tal não acontecer, e, eventualmente, houver outros desdobramentos, as tropas cubanas na própria Namíbia, configura-se, de forma bastante clara, mais uma manobra estratégica da União Soviética, com possibilidades acrescidas de interferência em tráfego marítimo de nosso interesse. Antecipando-se à eventualidade dessa hipótese, é imperativo que o Brasil acelere sua projeção de poder naval e aeroespacial no Atlântico Sul, dinamizando o binômio "forças + posições de apoio".

A nosso ver, Marinha e Aeronáutica têm plena consciência de suas necessidades adicionais em meios navais de superfície, meios aereos-

vais e aviões de patrulha de grande raio de ação, articulados com bases avançadas nas ilhas de Fernando de Noronha e da Trindade, para atingir um nível mínimo de proteção às linhas de navegação vitais ao nosso desenvolvimento. Têm, outrossim, total conhecimento das dificuldades do país como um todo, mas acabam de ver a Argentina (derrotada nas Malvinas, com o dobro de nossa inflação e mergulhada na mais grave crise econômica de sua história) não só recompor o seu poder militar, como torná-lo maior do que no pré-guerra. Tal consideração não nos induz nem a uma tese militarista (que o Brasil nunca esposou) nem à adoção do modelo argentino de rearmamento (grandemente voltado para a importação, apesar das restrições que lhe foram impostas pelos fornecedores durante a crise com os ingleses). Quando preconizamos a dinamização do binômio "forças + posições de apoio" estamos pensando na própria dinamização da indústria nacional, segundo filosofia comum às nossas três Forças Armadas, reduzindo ao mínimo indispensável nossa dependência externa.

Como algumas considerações finais, comecemos com duas curiosidades:

- 1ª) a política externa norte-americana, por vezes, deixa perplexos os seus aliados;
- 2ª) já nas Conferências de Yalta e de Potsdam, Gromyko atuava como assistente de Molotov, e quando comparamos a sua carreira com as dos inúmeros secretários de Estado norte-americanos, sobra-nos matéria para reflexão.

E arrematemos com dois mitos desfeitos e uma advertência:

Dizia-se que o Atlântico Sul era um oceano desarmado. A crise das Malvinas tirou-lhe esta primazia.

Dizia-se que o Atlântico Sul era um mar americano. A presença naval soviética modificou esse atributo.

Dizia-se que o Atlântico Sul é teatro improvável (mas não impossível) de um conflito generalizado entre os blocos ocidental e oriental. Entre o improvável e o não-impossível, só nos resta uma alternativa: o preparo do poder para as duas opções.

Maj-brig R/R OSWALDO TERRA DE FARIA – Possui, entre outros, os Cursos Superiores de Guerra Aérea e Inter-Forças (França), e de Estado-Maior, o de Comando e o Superior de Guerra da ESG. Como principais de suas inúmeras funções, Chefe de Estado-Maior do Comando Geral do Ar, Comandante Costeiro – Salvador, BA, Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior de Aeronáutica. Além das várias conferências que tem proferido, possui diversas condecorações. Exerce, atualmente, a Vice-Presidência do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos.



METAL LEVE

Tecnologia e Qualidade.



A POLÍTICA DO PODER NA HISTÓRIA DO ATLÂNTICO SUL*

Maria Cecília Aguirre

A redação da nova ADN estabeleceu intercâmbio com a revista argentina *Armas y Geoestratégia* para a transcrição de artigos de interesse recíproco, estimulando, assim, a cultura militar dos dois países, Brasil e Argentina. O artigo que se segue contém, na interpretação da Professora Maria Cecília Aguirre, uma excelente síntese sobre a História desta área estratégica de tanta importância.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade não somente investigar a história do Atlântico Sul partindo de uma óptica restrita e limitada, como também pretende uma compreensão maior, incorporando ao traçado de sua problemática os dados provenientes do estudo das Relações Internacionais e da Geopolítica.

A visão sob a óptica das Relações Internacionais nos permitirá

averiguar as ramificações que o fato histórico encerra em si mesmo, dada a interdependência da comunidade internacional, posto que não podemos esquecer que as relações internacionais são produto da política internacional, tecida pelas potências maiores. A Geopolítica nos permitirá compreender as situações de conflito, se levarmos em conta os mecanismos a que recorre um Estado para sobreviver e/ou projetar-se fora dos seus limites territoriais, políticos, ideológicos ou econômicos.

*Traduzido de revista *Armas y Geoestratégia*, vol. 3, nº 10, julho de 1986.

Recorremos a estas ciências porque, em primeiro lugar, a História, nos permite conhecer a identidade do objeto em estudo, as Relações e a Política Internacional, os atores e interesses que modificam a História. Por fim, a Geopolítica, que nos ajuda a descobrir as razões que convertem um espaço geográfico em um espaço de tensão e nos permite seguir o movimento da História com uma visão política.

O objeto em estudo, o Atlântico Sul, dadas as suas características geográficas não cria história, mas a recebe dos Estados costeiros e, como estes também recebem história, em maior ou menor medida, dependem das circunstâncias da Política Internacional.

Por razões de ordem dividimos a história do Atlântico Sul em dois períodos, separados pelo ano de 1973 ou, melhor dito, pela crise desencadeada pela OPEP, por ocasião do embargo do petróleo.

Tomamos o ano de 1973 como demarcatório, em face do papel que cabe ao Atlântico Sul em cada um dos períodos. O primeiro abrange desde a expansão europeia do século XV até a crise energética do presente século. Neste período o Atlântico Sul não ocupava um papel preponderante, porque a atenção dos atores internacionais centrava-se na zona hoje reconhecida como Atlântico Norte, onde se concentram os interesses econômicos, políticos e

estratégicos, de certa maneira determinados pelo tráfico triangular de matérias-primas e produtos manufaturados.

Em linhas gerais, esta situação manteve-se até boa parte do século atual. A crise desencadeada pela OPEP foi acompanhada de outros fatores, como a independência dos países africanos, a decadência dos Estados americanos, a desestabilização da ordem internacional, a organização dos países não industrializados no chamado Terceiro Mundo, as reformas na ordem econômica (Norte-Sul). Estes fatores estenderam as zonas de conflito, incluindo, deste modo, o Atlântico Sul, situação que foi crescendo à medida que nos aproximamos da década de 1980 e, sobretudo, de 1982, ocasião da Guerra das Malvinas, porque revela a renovação dos parâmetros da guerra fria.

Esta última situação relaciona-se com a "política dos estreitos", já que importantes passagens interoceânicas encontram-se neste oceano. Esta variável geopolítica, unida à política internacional, tem sido a causa da falta de unidade histórica do Atlântico Sul. A passagem interoceânica do Cabo da Boa Esperança esteve presente nos objetivos geopolíticos das grandes potências desde o momento de seu descobrimento (1488). Não acontece o mesmo com a passagem interoceânica que une o Atlântico ao Pacífico: o Estreito de Magalhães. Este fato não se deduz de uma análise his-

tórica, mas do enfoque da política internacional e da geopolítica.

Talvez este trabalho, dado o grande período histórico que abrange, pareça breve, mas o é intencionalmente.

Em primeiro lugar evitamos as variáveis históricas de conhecimentos gerais. Além disso, pretendemos destacar um fator da política internacional: o *poder*, compreendendo que é o primeiro objetivo dos Estados, porém destacando também que o poder é fim e meio e que, por outro lado, para que seja efetivo, deve concretizar-se através da Política, da Economia e da Estratégia. Analisamos, por isso, as fontes que alimentam o poder e a orientação do mesmo.

O fio condutor da presente investigação foi o comportamento da Comunidade Internacional, de acordo com Morton Kaplan, para quem esta evolui de um multipolarismo para um bipolarismo, para voltar a um incipiente multipolarismo. Estas características da ordem internacional não correspondem aos períodos históricos em que dividimos a história do Atlântico Sul, já que ambos se dão nas duas etapas assinaladas.

A metodologia aplicada na elaboração do presente trabalho é a "sistemática". Consideramos que ela nos permite:

- a) Manter a identidade do objeto a estudar, quer dizer, o fato histórico.
- b) Analisar a inter-relação de variáveis de diferentes índoles: política, econômica, social e

estratégica. Para isso, levaremos em conta que a realidade histórica está regulada pelo processo de retroalimentação do próprio sistema, do super-sistema e dos subsistemas.

- c) Empregar um enfoque dinâmico para captar os padrões de comportamento em sua total dimensão de tempo e espaço. Isto consiste em estudar o fato histórico na problemática da Política e das Relações Internacionais, considerando o sistema internacional "como o conjunto de padrões de interação entre os atores, quer estabeleçam relações de poder conflitivas ou não, segundo a compatibilidade de interesses, para alcançar seus objetivos".

Além de considerar os tipos de Ordem Internacional assinalados por Kaplan, examinamos os atores, que podem ser organismos ou atores individuais (atores-Estados). Estes atores, segundo sua influência, serão dominantes ou unidades agregadas.

Na presente investigação estudamos apenas os atores-Estados.

A conveniência de realizar a análise sistemática permitiu-nos estudar o desenvolvimento das políticas exteriores dos atores-Estados, identificar as variáveis relevantes da Política Internacional e a compreensão do comportamento da Comunidade Internacional, que pode modificar-se em situações de conflito, cooperação ou indiferença.

O ATLÂNTICO SUL E A EXPANSÃO EUROPÉIA

A história do Atlântico Sul se confunde, desde seu início, com a história da expansão européia, isto é, começa com a conquista e colonização espanhola, por um lado, e a conquista portuguesa, por outro. Para compreender o papel desempenhado pela empresa expansionista, devemos levar em conta as motivações da Comunidade Internacional, sem descurar dos eixos geopolíticos que guiaram os povos, ou seja, o continentalismo ou o apelo oceânico.

A Comunidade Internacional correspondente aos séculos XVI e XVII – as primeiras luzes depois da Idade Média – era constituída por unidades nacionais com *poder* mais ou menos equivalente, já que os atuais Estados europeus entraram na etapa de organização nacional quase que simultaneamente.

A organização nacional partiu da união dos reinos ou feudos, com a concentração do poder político-econômico-militar em um só monarca, originando o nacionalismo.

O sentimento nacional trouxe consigo o que poderíamos chamar de “egoísmo”, de um olhar para dentro. Em termos políticos significa subordinar a política exterior à interna e, em economia, um profundo desejo de auto-abastecer-se.

No plano das relações internacionais, este sentimento nacional traduziu-se em disputa para controlar o panorama europeu; para isso é preciso ter *prestígio*,

que derivava diretamente do valor.

Esclareçamos o que se entendia por *valor*. De início, recordemos que se tratavam de monarquias absolutas, onde o prestígio do reino dependia do prestígio do monarca. Não sobressaía sobre seus pares o rei que melhor administrasse, mas o que mostrasse mais valor, medido por feitos extraordinários (vestígios da Idade Média). Por isso a política dos reinos dos séculos XVI e XVII esteve marcada pela busca de grandes feitos, no afã da busca de prestígio e, desta maneira, de controlar as relações interestaduais.

O prestígio atuava como um bumerangue do rei para a Nação, para logo voltar ao rei. Por outro lado, este prestígio tinha uma dupla função, permitindo que a administração dos reinos, feudos ou domínios fosse conferida a uma só pessoa, passo vital para a unificação nacional. O consenso interno permitia realizar grandes empresas que traziam prestígio internacional. E este prestígio, também moral, materializava-se em poder político-militar.

O nacionalismo, o espírito de competição, de um modo geral, e em particular na Espanha, criaram o momento propício para a empresa expansionista.

“Um grave mal-estar econômico atormenta o Ocidente nos fins do século XV. O desenvolvimento do comércio, favorecido pela calma relativa que reina entre as nações desde o fim da Guerra dos Cem Anos, choca-se

agora com uma penúria crescente do metal precioso. Os recursos minerais da Europa mostram-se insuficientes: a demanda ultrapassa a oferta. Na Alemanha, país rico em minérios por excelência, jazidas abandonadas desde a época de Roma são novamente exploradas...¹

A situação da Espanha não era melhor, a escassez de metais viu-se agravada pela insuficiência de produtos alimentícios. "É necessário recorrer ao trigo da Sicília e, em alguns casos, consumir-se também o excedente da produção francesa."²

Muito foi dito sobre a interrupção do tráfico das especiarias com o Oriente, embora, em realidade, os fatores mais irritantes fossem o controle marítimo do Mediterrâneo e o monopólio comercial, absorvido pelos turcos desde a conquista de Constantinopla.

Entre os novos Estados europeus, a Península Ibérica reunia as condições para iniciar a aventura marítima, graças à experiência náutica desenvolvida no Mar Cantábrico e no Mediterrâneo.

A marinha castelhana mantinha desde o século XV um frutífero comércio com Flandres, Nantes e a Inglaterra, enquanto a marinha andaluza freqüentava o Mediterrâneo e as costas atlânticas das Canárias. Por isso os barcos espanhóis e portugueses eram os mais avançados da época, da

mesma maneira que a cartografia e as cartas náuticas.

Assim, os progressos técnicos, o apoio da burguesia concedido aos reis e o florescimento do espírito de cruzada (D. Henrique, o Navegador, desejava propagar a fé de Cristo) conjugaram-se para impulsionar a conquista do Atlântico africano. Em relação à Espanha, assinalamos as mesmas motivações, esclarecendo que, uma vez concluída a guerra contra os mouros, o espírito de cruzada canalizou-se para a aventura oceânica.

Não só a situação interna da Península Ibérica como também a situação internacional favoreceram a empresa expansionista, tanto do ponto de vista da busca de prestígio, como da situação econômico-comercial.

A conquista da América realizou-se em etapas que satisfaziam os objetivos espanhóis, segundo o exposto anteriormente. Estes eram:

- a) Os estabelecimentos nas Antilhas, que proporcionaram os produtos alimentícios suficientes para melhorar a situação interna e, além disso, para iniciar um comércio mais ou menos fluido com o resto da Europa.
- b) A partir de 1500 outro objetivo somou-se ao primeiro: a exploração do continente que alimentou a febre do ouro.

1. RENOUVIN, Pierre. *História de las Relaciones Internacionales* T. I. p. 281, Ed. Aguilar, Madrid, 1967.

2. Idem, p. 275.

Nasceu assim a lenda do "El Dorado".

- c) O descobrimento de Vasco Nuñez de Balboa – o Oceano Pacífico – despertou o desejo de encontrar a passagem entre os dois oceanos, o que se concretizou em 1520, com a descoberta do Estreito de Magalhães.

Nesta terceira entrou no cenário a história do Atlântico Sul. A partir de então, o triângulo geopolítico assinalado por Terezinha de Castro³ começa a desempenhar um papel importante: *África – Europa – América*, atuando em conexão no Oceano Atlântico.

Que aconteceu com a zona atualmente conhecida como Atlântico Sul? Tal como assinala a geopolítica brasileira, o intercâmbio triangular realizava-se nos seguintes termos: mão-de-obra africana para a América, matérias-primas americanas para a Europa e produtos elaborados europeus para a América. (V. Fig. 1.)

Nasceu aí a característica que marca a diferença na história entre as duas margens do Atlântico Sul. A Espanha não percebeu a importância de contralar os espaços marítimos quando evocou para si a tarefa de conquistar e colonizar o território americano. Portugal, por sua vez, estabeleceu feitorias ao largo das costas africanas, mas não se preocupou com a colonização e sim com a conquista de bens e mão-de-obra

econômica. Para consegui-lo, era necessário o domínio do mar, o que o levou à aliança com a Inglaterra.

O resultado desta dupla visão geopolítica do Atlântico Sul, por Espanha e Portugal, foi que o litoral do continente sul-americano perdeu a importância em relação aos objetivos políticos, econômicos e estratégicos do século XVIII. Isso já não aconteceu com o Atlântico sul-africano, que foi intensamente explorado e substituiu sua antiga rota para o Oriente.

Embora as matérias-primas americanas representassem um papel destacado para a economia e o comércio europeus, o interesse maior foi absorvido pela afluência de metais preciosos – ouro e prata.⁴ Por isso, não diminuiu o comércio com o Oriente, que se realizava pela rota do Cabo.

Indubitavelmente o Atlântico Sul, na rota do Cabo, demonstrou a importância geopolítica do ponto de vista estratégico, quer dizer, como ponto de união bioceânica. Infelizmente a visão espanhola subestimou o valor geopolítico do Estreito de Magalhães, porque os objetivos imediatos tinham sido atingidos: os metais preciosos, que lhe abriam as portas do mercados europeus; o poder internacional, resultado da grande extensão de seus domínios, e o prestígio da obra evangelizadora.

3. de CASTRO, Terezinha. *O Atlântico: seus Imperativos Geopolíticos e Geoestratégicos*. Cfr.: Geopolítica e Relações Internacionais. Ed Pleamar Bs. As., 1981, pp. 41-71.

4. LACOMBA, J. A. e outros – *História Contemporânea*. T. I. Madri.

Além disso, não esqueçamos que a Espanha, apesar de seu grande império colonial, não desenvolveu uma política marítima e, sim, continentalista. É suficiente recordar, como exemplo, a política da "Unidade Cristã" dos Áustrias Maiores (reis pertencentes à Casa da Áustria) ou os frustrados intentos dos Bourbons sobre reivindicações territoriais na Europa. Acresce ainda que o Estreito de Magalhães não foi utilizado porque, apesar de sua categoria jurídica de Reino das Índias, sob o ponto de vista da política econômica, a América ainda era uma colônia. Isto significa que todo intercâmbio comercial devia concretizar-se entre a colônia e a metrópole, e não entre as colônias.

Esta situação não nos deve surpreender, pois, ainda na atualidade, pelo Estreito de Magalhães só "passam anualmente dois mil navios, enquanto que pelo sul da África (Cabo da Boa Esperança) passam mais de vinte mil". "É também interessante saber que, desses vinte mil, muito poucos vêm para a América Latina; eles vão ou vêm para o Atlântico Norte, Estados Unidos e comunidade econômica européia"⁵ Por tudo isso, o triângulo geopolítico a que fizemos referência perdura através do tempo.

SÉCULO XVIII

Para a Comunidade Internacional do século XVIII, o Atlântico

Sul desempenhou um papel importante, sob o ponto de vista comercial, mas apenas na rota do Cabo. O Atlântico Sul ocidental, monopolizado pela Espanha, foi escassamente transitado, porque a metrópole estava satisfeita com os benefícios obtidos na região que hoje conhecemos como Atlântico Norte.

Seus esforços para fortalecer sua presença não foram além dos vice-reinados estabelecidos no século XVI – México e Peru – e mesmo a urgência de elevar a cidade de Buenos Aires à categoria de capital não nasceu da necessidade de defender a região austral, mas para que atuasse como um muro de contenção aos interesses ingleses e portugueses, e na defesa da região da Bacia do Prata.

A decadência espanhola do século XVIII também se manifestou na política internacional. Em primeiro lugar, a Espanha não compreendeu o novo jogo das relações internacionais, que não se desenvolvia mais no plano do prestígio derivado do valor, como explicamos, e sim do poder como consequência da expansão territorial marítima, "... já que os interesses econômicos, então, pesavam mais do que os puramente políticos..."⁶

Em segundo lugar, porque não valorizou os novos rivais com quem devia, no futuro, enfrentar-se para controlar a política do equilíbrio: Inglaterra e Prússia. A

5. LEAL, Jorge. Grl. Br. (R) *Antararmérica. Nuevo Concepto Geopolítico Latinoamericano y la Antártica Sudamericana*. Cfr.: revista *Síntomas*. Bs. As., Agosto, 1984.
6. RENOUVIN. *Ob. cit.*, p. 725.

Inglaterra afirmou seu poder internacional pela expansão marítima e pela política econômica do livre comércio. A Prússia, por sua vez, no continentalismo e no poder militar.

Em terceiro lugar, a Comunidade Internacional tinha crescido, com a participação dos atores mencionados e de outros, como a Rússia, com capacidade de negociação para alterar a ordem internacional.

A Espanha e a França lutaram unidas (Pactos de Família) tentando várias políticas para frear os novos rivais, ou, pelo menos, para não ter a mesma sorte de alguns Estados pequenos, a exemplo de Portugal, subordinado à Inglaterra. A principal vítima desta política internacional espanhola foi a América e, em grau maior, a região do Atlântico Sul.

Para os interesses do Atlântico Sul, a principal inimiga foi a Inglaterra, que se dedicou a consolidar as posições adquiridas e, sobretudo, a aumentar a expansão para oeste, nas passagens que comunicavam com a América.

"A partir de 1760, a Inglaterra se adiantou muito em relação ao continente e esta vantagem teve agora enormes proporções. Capitais abundantes, desejo geral de investi-los e de obter um grande lucro, ativa circulação pela rede de bancos locais, afluência de es-

coces e irlandeses, abundância de espíritos engenhosos que buscavam o aperfeiçoamento técnico, cooperando com os mestres da ciência, atividade intelectual dos dissidentes, os tesouros do carvão de pedra e de ultramar foram alguns dos muitos fatores que explicam a chegada da Grã-Bretanha ao ponto em que venciam os maiores obstáculos, tais como dificuldade para a exploração das minas, falta de combustível, carência de ferro bruto e escassez de fio. A produção capitalista podia lançar-se à tarefa. . ."⁷

Tal como expõe Pierre Renouvin, todas as variáveis conjugaram-se para que a Inglaterra não tivesse obstáculos em sua política expansionista e assim chegou ao Atlântico sul-americano. A guerra entre a Espanha e a Inglaterra, em meados do século XVIII, revelou o alto valor estratégico do Estreito de Magalhães, da Passagem de Drake e, certamente, das Ilhas Malvinas, no caminho para o Pacífico. O Primeiro Lorde do Almirantado, Egmond, assinalou, no momento do estabelecimento da Inglaterra nas Malvinas, a sua importância para "controlar os portos e o comércio do Chile, Peru, Panamá, Acapulco e, em uma palavra, todos os territórios espanhóis situados nesse mar".⁸ As circunstâncias históricas, porém, não permitiram a permanência inglesa nas ilhas.

7. RENOUVIN. *Ob. cit.*, p. 799.

8. MILIA, Juan G. *La usurpación de las Malvinas, islas australes y Antártida en el contexto de la penetración británica en el Atlántico Sur*. Cfr: *Boletín de Estudios Geográficos*. Vol. XXI. Enero-Junio 1982. Nº 80. U.n.C.

Pelo Tratado de 1771 tiveram que abandoná-las.

Assinalamos os novos atores internacionais e destacamos a ascensão da Inglaterra e a decadência da Espanha. Devemos buscar agora as raízes do poder. Não ficaram alheios a esta situação os progressos científicos e sua possível aplicação nos progressos técnicos. Estas inovações afetaram desde as formas de produção até as teorias políticas, passando pela reestruturação social.

A sociedade perdeu o caráter agrário, para transformar-se em uma sociedade comercial e industrial, em face do caráter da economia industrial e financeira. Em relação às mudanças na sociedade, quanto à reestruturação e ao reagrupamento, recordemos que a burguesia passou a ser o setor dirigente, já que controlava as novas atividades econômicas, a indústria, o comércio, as finanças, as profissões, isto é, o mundo da produção e do estudo. Além disso, do ponto de vista do poder, tornou-se a classe ascendente, já que paulatinamente logrou os altos cargos públicos.

A sociedade burguesa e a atividade industrial necessitaram de um Estado liberal, de base capitalista, para o desenvolvimento da produção, do comércio e de uma sociedade competitiva em expansão, em um marco de liberdade econômica. Conseqüentemente produziu-se uma redistribuição do sistema de poder e da influência dos principais Estados europeus na Ordem Internacional.

A efetividade do poder dependia da expansão colonial, da acumulação de capitais, disponibilidade de matérias-primas e obtenção de mercados. Isto desembocou em uma rivalidade entre os principais países da época, visando o domínio dos mares, dos recursos, das colônias e dos mercados. A competição entre as nações dominantes chegou ao Atlântico Sul, sendo que a Inglaterra, que estava em melhores condições, não conseguiu a ocupação efetiva, e sim os mercados e matérias-primas das duas margens.

Assim o Atlântico Sul, durante o período de conquista e colonização, foi explorado como rota comercial; além disso, no período de expansão industrial foi valorizado como rota estratégica.

SÉCULO XIX

À medida que nos aproximamos no tempo, os acontecimentos históricos vão se sucedendo com maior rapidez, tornando-se difícil para nós estabelecer características uniformes que abarquem a totalidade do século, como pudemos fazer, mais ou menos, nos casos precedentes. Por isso dividimos o século XIX em três etapas, a primeira marcada pelas guerras napoleônicas, a segunda pelos confrontos entre liberais e absolutistas e a última pelo triunfo da democracia, do capitalismo, desenvolvimento industrial e início da expansão colonialista e imperialista.

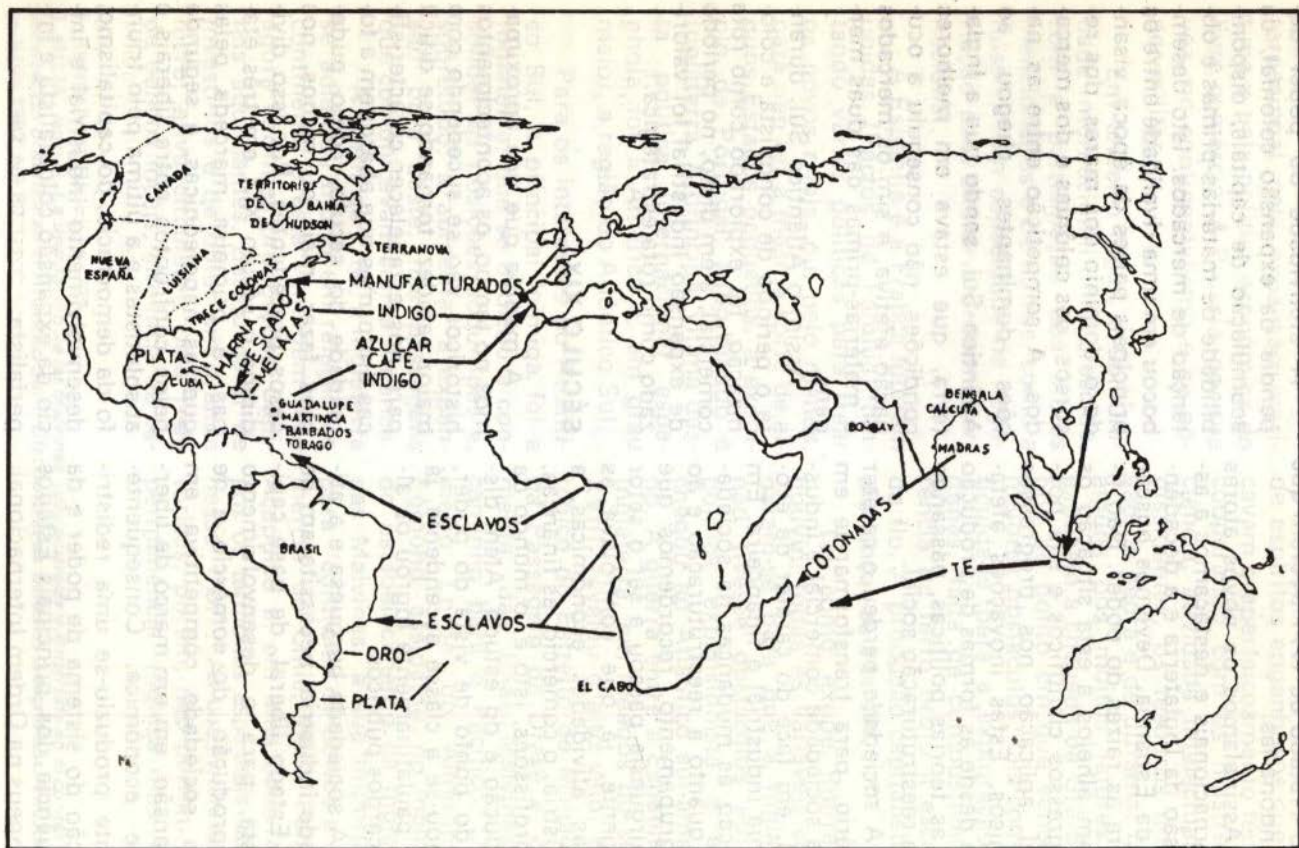


Figura 1. Tráfico triangular. (De LACOMBA, História Contemporânea, T.I., p. 24.)

O relativo equilíbrio do poder do século anterior foi quebrado pela Revolução Francesa e, sobretudo, pela política imperialista de Napoleão. A Comunidade Internacional foi hostilizada, tanto na Ordem como no Sistema. As novas regras do jogo que regularam as relações entre os atores foram impostas pela França. Além disso, a política imperial tendeu à unificação dos Estados. O imperador francês não apenas fez oscilar a comunidade européia, como também os atores em suas estruturas internas: sistemas político e econômico. Fala-se, por isso, de uma guerra política e econômica.

Indubitavelmente Napoleão dirigiu os fios da vida internacional, baseando-se em três princípios: unidade, continuidade e dualidade.⁹ Unidade política na Europa, continuidade da preponderância francesa e dualidade com a Rússia, permitindo a sobrevivência do Império dos Czares, pelo menos no princípio de seu governo.

A mais prejudicada por estes planos franceses foi a Inglaterra, porque, como já indicamos, o poder dos atores baseava-se fundamentalmente na capacidade econômica. A Inglaterra para sobreviver – com poder – necessitava: 1) da pluralidade de Estados, 2) controle das rotas marítimas, 3) livre comércio, 4) supremacia industrial. Destes pulmões vitais para o desenvolvimento inglês, depois de Trafalgar (1805) só

permaneceu intacto o segundo. Conclui-se que a guerra franco-britânica foi mais uma guerra econômica, causada pelo bloqueio marítimo e continental.

A Real Armada dominava os mares e os produtos tropicais provenientes das colônias que estavam à disposição do consumo; a indústria e o comércio já eram dominados pela Inglaterra. Aí eram processados os produtos coloniais, que precisavam encontrar mercado, pois o bloqueio tinha fechado. Por isso a Grã-Bretanha lançou-se em busca de novos intercâmbios. Sem êxito, apresentou-se nos portos espanhóis do Atlântico Sul, Buenos Aires e Montevidéu, mas fracassou nesse objetivo, e teve avivado seu antigo desejo de completar a política dos estreitos e o esquema geopolítico marítimo, que se apoiava nas ilhas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, com o controle do Estreito de Magalhães e das Ilhas Malvinas. As circunstâncias históricas postergaram este objetivo até 1833.

O comércio dos países latino-americanos era controlado pela Grã-Bretanha. O Brasil, por sua parte, herdou de Portugal o papel de aliado indiscutível. O Uruguai, separado do Rio da Prata em 1828, abriu o porto à Inglaterra. A Argentina tinha firmado o Tratado de Paz, Amizade e Comércio. Restavam ainda, sem incorporar-se, os países da Costa do Pacífico recentemente iniciados na vida

9. PAVON e outros. *História Contemporânea General*. Ed. Labor, Barcelona, 1970, p. 112.

independente: Chile (1818), Bolívia (1824), Peru (1821), Colômbia (1821), Venezuela (1821). A Grã-Bretanha não toleraria que a ven-cessem na conquista destes mercados. Por isso, antes que os Estados Unidos afiassem a doutrina Monroe, ou tentassem novamente a ocupação do arquipélago das Malvinas (1831), ou o governo de Buenos Aires reorganizasse o governo do Atlântico Sul, tomaram as ilhas em 1833. Ação altamente rentável, porque seu estabelecimento aí serviu para controlar a rota do Pacífico, assim como os barcos pesqueiros e os caçadores de baleias do mar antártico.

A terceira etapa assinalada por nós, a partir de 1870, representou o apogeu da civilização européia, que chegou à sua melhor expressão e ao predomínio mundial. "Começa uma nova fase da História Contemporânea, que tem seu fundamento nas forças histórico-genéticas que atuam durante este período do século XIX e se desenvolvem durante o século XX e que foram enumeradas por J. R. de Salis:

- a) as forças nacionais criadoras de Estados;
- b) a força da democracia, transformadora da ordem jurídica e política, e da estrutura social;
- c) a força da economia capitalista, produtora de bens, junto com a técnica e o sistema industrial;
- d) a força revolucionária das massas assalariadas, organizadas sindical e politicamente,

junto com a doutrina socialista;

- e) a força expansiva do imperialismo em relação aos modernos meios de transporte, ao tráfico marítimo e à economia de dimensões mundiais; e
- f) as forças político-morais da humanidade moderna, que aspira à liberdade dos indivíduos e dos povos, ao bem-estar social e à solução pacífica dos conflitos internacionais."

Os pontos expostos, sem dar lugar a dúvidas, incidiram no desenvolvimento histórico do Atlântico Sul.

Com respeito às forças nacionais criadoras dos Estados, fazemos a ressalva de que, assim como o nacionalismo dos séculos XV e XVI facilitou o nascimento dos atuais Estados europeus, porque garantiu a unidade nacional, o nacionalismo do século XIX fez surgir novos Estados europeus e não-europeus; principalmente, porém, ele levou além de suas fronteiras as nacionalidades individuais. As "Potências Maiores" viram renascer o espírito messiânico e, portanto, a necessidade de expandir os princípios políticos, econômicos e religiosos do continente europeu.

Por um lado o nacionalismo e, por outro, o sistema industrial, isto é, a nova ordem econômica, alimentaram a força expansiva; os novos meios de comunicação facilitaram a presença européia na África e na Ásia, através do colonialismo. Os capitais excedentes, obtidos nas colônias, foram mul-

tipificados pelas inversões feitas nos países americanos. O tráfico triangular manteve-se estendendo a civilização européia por todo o mundo.

Que se passou com o Atlântico Sul? Antes de responder, devemos ter em conta que as "Potências Maiores", como as chamamos, eram a Inglaterra e a França e, nos fins do século, a Alemanha.

A Grã-Bretanha era indubitavelmente a dona dos mares; e através dos mares pôde consolidar o Grande Império e sua influência direta ou indireta esteve repartida por todos os continentes. O Atlântico Sul não lhe causava conflitos; os pontos terminais do litoral americano – Buenos Aires, Montevideu, Rio de Janeiro – através de concessões ou empréstimos (neocapitalismo) estavam controlados pela Inglaterra. O Atlântico africano partilhava-o com Portugal, que, de nenhum modo, representava um inimigo.

As forças políticas, econômicas e expansionistas produziram, em função da relação de forças, uma nova divisão do poder, a nível mundial, entre as "Potências Maiores".

SÉCULO XX

O multipolarismo dos séculos anteriores pôde-se manter graças ao esforço das potências mais

importantes, que impediram por todos os meios a preponderância de alguma delas. Embora seja necessário reconhecer que o desenvolvimento econômico dividiu as em dois planos, "...Cerca de 1870, com as unificações centro-europeias e o prevalecimento do imperialismo, impôs-se um conceito novo: o de grande potência, reservado outra vez a uma minoria de nações muito fortes e muito influentes, e que permitiu separar em dois planos distintos – em uma convenção tácita, porém universalmente reconhecida – países como a Alemanha, França, Grã-Bretanha ou Rússia de outros como Espanha, Rumânia, Turquia etc..."¹⁰

A partir daí as grandes potências começaram a lutar pela preponderância política, respaldada no desenvolvimento econômico obtido, nos últimos anos, graças a medidas políticas, como o imperialismo e o colonialismo, o protecionismo e as inversões no desenvolvimento industrial. Apareceu um novo ator geopolítico – a Potência – porque o prestígio internacional passou a basear-se no fator político-econômico e na conseqüente capacidade para decidir na política internacional. Esta luta criou um clima de tensão, ao qual se juntaram as frustrações próprias da época (que a guerra franco-prussiana não solucionou) pela divisão da África ou pela falta de estabilidade política dos Bálcãs e, sobretudo, pela ri-

10. PAVON e outros *Ob. cit.*, p. 112.

validade econômica entre a Alemanha e a Grã-Bretanha na conquista de novos mercados. As negociações diplomáticas empenhavam-se em conseguir aliados, processo que, finalmente, dividiu a Europa em dois blocos antagônicos, tudo para impedir a hegemonia de uma das grandes potências.

As frustrações provocadas pela competição econômica e a luta pelo *poder* derivaram na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais. Ambas tiveram por cenário principal o continente. Na primeira contenda, a guerra marítima teve sua principal expressão na guerra submarina. O objetivo da marinha alemã era dificultar o abastecimento dos aliados, proveniente das colônias ou dos países neutros, como a Argentina.

Se a guerra marítima não foi decisiva para o desenlace final, o Atlântico Sul, portanto, também não o foi. Devemos destacar, todavia, que a Inglaterra não se descuidou das bases que protegiam os estreitos bioceânicos e recordemos que a batalha das "Malvinas", embora não fosse definitiva, significou o começo da destruição da armada alemã.

Na Primeira Guerra Mundial, a marinha não teve um papel decisivo no resultado final, porque não foi um apoio logístico das ações terrestres.

Pelo contrário, na Segunda Guerra Mundial, a marinha desempenhou um papel decisivo de apoio às ações terrestres e aé-

reas. O domínio do mar pelos Aliados decidiu o resultado final.

O objetivo do Alto Comando Naval Alemão era estrangular as artérias marítimas vitais da Grã-Bretanha,¹¹ evitando o aprovisionamento vindo das colônias ou países neutros. Em relação às ações desenvolvidas no Atlântico Sul, não podemos rotulá-las como políticas ou militares, senão como próprias da guerra econômica.

Um importante ator desta estratégia naval foi o couraçado de bolso *Graf Spee* e a zona de ação que atualmente conhecemos como rota do petróleo. A maioria dos encontros tiveram lugar na região sul-africana, porque era a mais percorrida pela marinha mercante inglesa.

Os Aliados, como resposta, começaram nesta região a guerra comercial: a Armada Real enviou cruzadores pesados para proteger o tráfico marítimo britânico, desde Pernambuco até o Rio da Prata, e em nenhum momento descuidou-se de sua base nas Malvinas.

O PÓS-GUERRA

O final da Segunda Guerra Mundial assinalou o começo de uma nova época histórica que chega até nossos dias. A situação mundial experimentou mudanças profundas, tanto nas ideologias e nos sistemas político-econômicos, quanto na ordem cultural. A economia conheceu uma nova "ex-

11. DE LA SIERRA, Luis. *La guerra naval en el Atlántico*. Barcelona, 1974.

plosão" depois do reordenamento industrial, mercantil e financeiro do pós-guerra, estimulado pelos progressos trazidos pelo desenvolvimento da técnica, da eletrônica, da automatização, da energia atômica e da investigação espacial. A concentração econômica deu maior poder ao capitalismo financeiro e às multinacionais, à divisão internacional do trabalho e à diferença entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Em política, derrotados e desaparecidos praticamente todos os sistemas fascistas, prevaleceram ou fortaleceram-se os sistemas políticos próximos da democracia ou do comunismo.

A consequência das guerras mundiais mais importantes para a Comunidade Internacional foi a modificação do sistema internacional de multipolar a bipolar. Desde aí até nossos dias, a estrutura não sofreu variações, porém sim a ordem que, em uma ação pendular, flutuou de rígida a flexível, para retomar, nos últimos anos, a primeira posição.¹²

O mundo do pós-guerra foi governado por cada uma das superpotências, em seu âmbito respectivo, estabelecendo-se um equilíbrio emanado do comportamento esperado, tanto de uma como da outra. Cada uma ambicionava estender sua zona de segurança e defender o sistema que

representava. O mundo embarcou no conflito Leste-Oeste.

As relações entre ambas evoluem da guerra fria à coexistência pacífica, produzindo-se os conflitos em nível de guerras localizadas e controladas. Desde 1963, paulatinamente, foi-se impondo uma política de distensão que culminou na Conferência de Helsinki em 1975.

Apesar da distensão política, econômica e militar, havia "equilíbrio"¹³ internacional baseado na rigidez das relações entre a superpotência e os seus aliados, ou entre a superpotência e os países-satélites. Tal rigidez foi possível porque ainda havia confiança em ambos os sistemas, na democracia liberal e na sociedade comunista.

O Atlântico Sul não estava, especificamente, entre as zonas prioritárias de segurança para os Estados Unidos. Eram-no o Atlântico Norte e, daí, a OTAN e a Europa Ocidental e, conseqüentemente, surgiu o Plano Marshall.

Não ocorreu o mesmo com a estratégia da URSS, que não abandonou a política dos estreitos, insinuando-se para a rota do Cabo. A doutrina Gorshkov teve como objetivo final cercar a Europa, controlando, ao sul, o Mediterrâneo, o Índico e o Atlântico Sul em suas passagens vitais: Suez, Bab-el-Mandeb, Canal de

12. DALLANEGR PEDRAZA, Luis. *La Problemática del Orden*. Cfr: *Geopolítica y Relaciones Internacionales*. Bs. As., 1981, pp. 1-36.

13. KAPLAN, Norton. *Sistema y Proceso de la Política Internacional*. Cfr: HOFFMAN, Stanley. *Teorías Contemporáneas sobre Relaciones Internacionales*, Ed. Tecnos, Madrid, 1963.

Moçambique, o Cabo. Não nos esqueçamos de que a URSS adotou a "geopolítica dos pequenos passos".¹⁴ Assim, aos poucos, a presença soviética não se fez esperar, garantindo-se na década de 70, com a política da distensão.

Quando o Ocidente tomou consciência do valor geopolítico do Atlântico Sul? Por causa do colapso provocado pela OPEP em 1973. A crise energética de 1973 demonstrou a dependência do mundo industrializado em relação ao petróleo do Oriente Médio, que lhe chegava através da rota do Cabo, costeando os Estados africanos, recém-liberados.

A estratégia do Ocidente não havia previsto a geopolítica dos espaços vazios empreendida pela URSS e, assim, a presença e a expansão soviética sobre o Atlântico completou-se com a independência de Angola e a inclinação dos novos Estados africanos para o grupo dos não-alinhados. Em parte esta vantagem geopolítica da URSS deveu-se à interpretação dada por cada uma das superpotências à política da distensão. "Para a doutrina oficial soviética, a coexistência pacífica não pressupõe alteração alguma dos esforços para impor universalmente o sistema comunista. (...) Não implica também o fim das guerras locais, nem o cessamento das lutas ideológicas, pois os dirigentes soviéticos sustentaram

invariavelmente que não pode haver coexistência pacífica quando se trata dos processos internos da luta de classes e de libertação nacional nos países capitalistas ou nas colônias".¹⁵

Enquanto os Estados Unidos buscavam "a criação de uma rede de interesses compartilhados que desse estabilidade à relação bilateral e na qual o progresso obtido em uma área de negociação desse impulso ao avanço em outras",¹⁶ a URSS procurava evitar o confronto direto ganhando aliados. E, como resultado de sua interpretação da distensão, a URSS avançou no Atlântico Sul e não abandonou a geopolítica dos estreitos e a rota do Cabo, prosseguindo com a decisão de avançar sempre para o sul: Afeganistão, lêmén do Sul, Namíbia.

O Ocidente decidiu opor-se à presença soviética no Atlântico Sul, como o prova a Guerra das Malvinas e, posteriormente, amparando-se no Cap. I, Art. 32, da Carta Moral do Tratado do Atlântico Norte: "A OTAN não deve esquecer-se de que a influência dos interesses de seus membros não se limita unicamente à zona de aplicação do Tratado e que acontecimentos externos a essa zona afetam gravemente os interesses coletivos da comunidade atlântica".

Por causa da geopolítica dos espaços vazios, a URSS, durante

14. de CASTRO, Terezinha. *Ob. cit.*, p. 53.

15. RUBIO, Enrique. *La Era de la Detente. La distensión Internacional en la Década del 70*. Bs. As. 1981, pp. 15-16.

16. *Idem*, pp. 43-58.

o período da distensão, obteve posições estratégicas de alto valor no conflito Leste-Oeste, e a geopolítica da OTAN, ideada pelos Estados Unidos, para balançar a preponderância soviética não pôde entrar nas principais zonas de tensão, sem provocar algum confronto direto; por isso deve empreender um caminho elítico e, assim, o Atlântico Sul, na década de 80, é o principal eixo geopolítico da rivalidade Leste-Oeste.

A nosso entender é zona de tensão geopolítica:

1 - Porque será campo inevitável onde as superpotências tratarão de obter vantagens na relação de força a nível global.

"Assim o Sul será reconhecido pelo Norte como um campo estratégico de manobras e operações em cuja 'arena' competirão as superpotências com o afã de obter vantagens na relação de forças a nível global. Se durante anos a ênfase nestas regiões esteve centrada nos temas econômicos, inicia-se agora o ciclo da diplomacia político-militar que, entre outras razões, deteriora - ainda mais - a unidade do mundo em desenvolvimento. (v.g. os conflitos que se registram na América Central e na África). Por último, não podemos deixar de mencionar que, partindo da perspectiva Leste-Oeste, o mundo resul-

tante caminha nas linhas das verticais, isto é, que a tolerância do sistema internacional diminuiu, deteriorando-se a liberdade de manobra dos países em desenvolvimento e dos próprios sócios desenvolvidos das superpotências".¹⁷

2 - Por seu valor como rota comercial e para o uso de forças militares: ar e água.

3 - Para a projeção política em relação a determinadas áreas terrestres. A Rússia, partindo de Angola, opera para o interior do continente; a Inglaterra, a partir das Malvinas, pressiona sobre a rota para o Pacífico e Antártica.

4 - Pelos recursos naturais, conglomerados polimetálicos, petróleo, alimentos e, particularmente, os protéticos (krill).

5 - Porque é uma região vulnerável a problemas: "...justapõem-se a incógnita da Antártica, a infantilidade da África e a adolescência da América".

6 - Pela característica da atual Comunidade Internacional.

A década de 80 inaugurou-se com um renovado vigor da dialética Leste-Oeste em face da debilidade de ambos para impor uma "ordem" internacional, da atitude neobeligerante¹⁸ da política exterior de Reagan e da geopolítica

17. de CASTRO, Terezinha. *Ob. cit.*, pp. 57-59.

18. JAGUARIBE, Hélio. *La Política Internacional de los años 80*. Bs. As. 1982.

expansionista da URSS. Resulta do que foi dito que as características que se destacam no atual sistema internacional são o desequilíbrio e uma renovação da guerra fria.

A ativação da guerra fria deve-se, por um lado, à atitude de ambos os "impérios", que não têm poder suficiente para impor um equilíbrio, por causa da capacidade negociadora dos Estados industrializados, os quais, por sua vez, ambicionam estabelecer um multipolarismo.

Além disso, entram em jogo outros atores internacionais com poder para frear as decisões das superpotências e das grandes potências, e impor suas próprias regras, criando uma lei mercantil, isto é, um direito não estatal, elaborado por empresas multinacionais, para regular suas relações sem interferência de lei interna ou internacional.¹⁹

Em menor escala interferem nesta ordem os países do Terceiro Mundo, cujo poder deriva da posse dos recursos naturais e, sobretudo, como "...mercado que absorve 35% das exportações dos Estados Unidos, 44% do Japão, 20% do Mercado Comum Europeu".²⁰

A falta de estabilidade do sistema internacional deve-se fundamentalmente à cisão entre ordem e poder; as superpotências

não querem modificar o bipolarismo, e os países industrializados, baseados na política de dissuasão, desejam impor um multipolarismo.

A fragilidade de ambos os impérios, devido à falta de vigor das respectivas doutrinas – comunismo e consumismo – provocou um reforço na ação estratégico-militar, com as consequências próprias desta política: imperialismo e neocolonialismo, corrida armamentista ("guerra nas estrelas") e, certamente, a guerra fria.

Em parte, esta política deve-se a uma visão militar da problemática mundial, porque, embora a dissuasão até o presente tenha evitado o confronto direto, atualmente a nova estratégia está orientada precisamente para este caso; chegado o momento, ataque-surpresa e resposta antecipada do contragolpe. Impelidos por "...a vulnerabilidade dos abrigos, a vulnerabilidade dos sistemas oferecem um atrativo mais poderoso para iniciar um ataque antes que sofram as consequências. (...) Seja qual for a política de segurança nacional declarada em tempo de paz, este atrativo exerce sobre os responsáveis militares, tanto nos Estados Unidos como na União Soviética, pressões potencialmente esmagadoras..."²¹ Por sua vez, através da

19. *Idem*, p. 300.

20. STEINBRVNER, John. *Respuesta precoz de contragolpe*. Cfr: *Scientific American*. Marzo, 1984, p. 16.

21. GARASINO, Alberto. Da obra *Siempre listo para la Pátria, del Mariscal de la URSS, Nicolai V. Ogarkov*. Cfr: *Revista Argentina de Estudios Estratégicos*. Año nº 1 Julio – Agosto – Septiembre, 1984, p. 132.

obra do Marechal Nicolai V. Ogarkov, conhece-se que a estratégia soviética também está dirigida para o confronto e até, talvez, a "uma guerra nuclear imaginável, com todas as implicações que isso sugere".²²

As variáveis imediatamente observadas sugerem que os padrões da atual interação dos principais atores internacionais são os termos do confronto entre os dois países, talvez com maior vigor do que no período da chamada "guerra fria".

Até o momento atual, estes termos manifestam-se, por um lado, na corrida armamentista, nas relações de maior rigidez (ou subordinação?) entre os Estados alinhados e, por outro lado, no estabelecimento de novos vínculos.

Que táticas são executadas para concretizar esta estratégia político-militar? Arriscando equivocarnos, podemos enumerar a influência exercida pelos Estados Unidos da América, através das pressões bancárias, sobre seus devedores e, talvez também, na sustentação dos governos neo-conservadores. O problema surge quando se trata de perceber a tática empregada na "conquista" de novos aliados. Estimamos que, para isso, vale-se do imperialismo moral, "como um intento de norte-americanizar o mundo, exportando as instituições e modelos

de comportamento político (econômico) norte-americano".²³

Por que este imperialismo moral? Porque crêem que seu sistema é o melhor e, portanto, devem exportar seus princípios. Daí a pretensão de legitimidade quando interferem em outros Estados, porque a situação das instituições políticas e econômicas, a seu modo de ver, o exige.

Por sua vez, a União Soviética não fica atrás na adoção de práticas adequadas, exportando o modelo revolucionário para a libertação, assessorando militarmente ou vendendo armas para a referida causa.

É evidente que as relações da política internacional estão marcadas pelo conflito Leste-Oeste. Devemos questionar-nos sobre a situação geopolítica do Atlântico Sul, para enfrentar esta vertical da política internacional. Primeiro, devemos considerar como era vista esta região durante a guerra fria do pós-guerra. Pensemos na África, incorporada política e economicamente à órbita ocidental, através das metrópoles européias. Certamente não podemos nos esquecer que tinha começado a gestação dos movimentos da independência.

A América Latina era vista pelos dirigentes soviéticos como uma área de influência dos E.U.A., com pequenas relações interestaduais por causa do com-

22. ESCUDE, Carlos. *La Argentina? Patria Internacional?* Bs. As. 1984, p. 19

23. SELCHEE, Wayne. *Problemas Estratégicos y la Política Exterior en el Cono Sur*. Cfr: MUÑOZ, H. y TULCHIN y (comp). *Entre la autonomía y la subordinación. Política Exterior de los Países Latinoamericanos*. Grupo Editor Latinoamericano. Bs. As., p. 315.

promisso militar estabelecido em 1947, através do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

No chamado período da dissensão, os colonos africanos obtiveram a independência, rompendo o equilíbrio da comunidade internacional, tanto do ponto de vista estratégico-militar, como do político-econômico. Raymond Aron sustentou que o continente africano é cenário do conflito Leste-Oeste. Efetivamente a estratégia soviética penetrou paulatinamente, porém de forma constante, na problemática africana. Por sua vez o Ocidente, depois de quase um século de domínio, não está disposto a abandonar os benefícios econômicos obtidos.

Não é necessário assinalar que os novos Estados africanos caracterizam-se pela falta de estabilidade política, inviabilidade econômica, conflitos sociais e, em alguns casos, tribais.

O começo da atual década encontrou a África silenciada depois da guerra entre a Etiópia e a Somália, o que não significa a solução de seus conflitos. Em relação aos países do Atlântico Sul ocidental, desde 1975, sem dúvida, o subsistema regional do Cone Sul foi crescentemente afetado pela adoção de uma diplomacia de "alta política" de segurança nacional. Com a subversão política derrotada e seu papel político seriamente questionado. . . "24

Os governos militares, de alguma forma, justificam sua presença, pretextando sérios conflitos com os países vizinhos, isto é, trasladaram para este setor a segurança nacional, criando tensões com os países limítrofes. "A consequência foi uma maior potencialidade de conflito internacional no Cone Sul."25

Se a esta atuação dos governos militares somarmos a inoperância militar do TIAR, claramente demonstrada na Guerra do Atlântico Sul em 1982, ou da OEA em obter uma política americanista, encontramos-nos diante de um continente americano em condições mais ou menos semelhantes às do continente vizinho.

Além disso, a União Soviética desenvolveu uma estratégia especial, destinada à América Latina, independente das orientações políticas de cada governo em particular, privilegiando aspectos das relações bilaterais, segundo seus objetivos.

Consideramos que, para os países banhados pelo Atlântico Sul, mantiveram-se os limites da guerra fria, com variação nos graus das tensões ou zonas de conflitos. Prova isto que a cada política revolucionária sucedeu-se um golpe de Estado, no caso da América Latina (1973 o Chile, 1976 a Argentina), ou uma reversão de alianças, na África.

Por isso, a atual situação internacional para o caso específico

24. *Ibidem*, p. 316.

25. COMITE DE SANTA FÉ. *La Política de Reagan para América Latina*. Cfr: *América Latina Siglo XXI*. Bs. As., 1985.

do subsistema Atlântico Sul torna mais fortes as tensões pré-existent, talvez como um produto do cenário norte-americano, que considera: "A distensão morreu, a sobrevivência exige dos Estados Unidos uma nova política exterior. Os Estados Unidos devem tomar a iniciativa ou morrer." Estamos quase diante da Terceira Guerra Mundial. A União Soviética, agindo com base em sua crescente superioridade nuclear, está estrangulando os países industrializados do Ocidente pela interdição de seus recursos de petróleo e minerais, e está cercado a República Popular da China. (...) Nunca nosso país se encontrou em uma situação tão arriscada em relação a seu flanco sul (...) é hora de tomar a iniciativa.²⁶

Para a atual administração norte-americana, os países do Terceiro Mundo são atacados pelo marxismo, por isso a resposta é "...o aperfeiçoamento de sua posição relativa em todas as esferas de influência".²⁷ Esta versão explica:

- 1 - A política militar da "guerra das galáxias".
- 2 - O apoio à OTAN no conflito do Atlântico Sul (1982).
- 3 - A política de *status quo* na África Austral.
- 4 - As negociações com o Chile para estabelecer

uma base na Ilha da Páscoa.

CONCLUSÃO

A análise histórica do Atlântico Sul demonstrou, por um lado, a evolução dos atores em Estados, Potências e Superpotências e, com essa evolução, a complexidade das Relações Internacionais, com o crescimento do número de atores e do espaço geográfico. Praticamente até 1973, a história reduzia-se ao âmbito próprio do Atlântico Norte, e o hemisfério sul era ignorado e poucos fatos ali ocorridos eram contabilizados pelos estadistas do Norte.

A Comunidade Internacional transformou-se fundamentalmente a partir de 1945, afetando não só o sistema, mas também as áreas locais de conflito, que se afastam da Europa ou do Atlântico Norte: Coréia, Vietnam, Angola são alguns exemplos. Assim, em 1973, entra na cena da História o Atlântico Sul, exercendo um papel primordial nas relações globais de forças políticas e estratégicas.

A evolução da Comunidade Internacional evidencia a mobilidade da estratificação; por isso nos questionamos sobre os fatos que apóiam o poder. Morgenthau dá a resposta: "A política

26. *Ibidem*.

27. MONGENTHAU. Cfr: HOFFMAN, Stanley. *Ob. cit.*

internacional é a política do poder".²⁸ O poder é dado pelo predomínio de certas regras de conduta, como o armamentismo, a diplomacia, a economia de poder, o sistema de alianças, entre outras.

Efetivamente, a política internacional é de poder, porque a política é a realização de ações que precisam do Poder para serem efetivadas. Porém é necessário purificá-lo de falsas apreciações, como a que pressupõe uma violência sistemática que leva irreversivelmente a uma situação de guerra.

Bem, se a política internacional é a política do poder, as relações internacionais serão de conflito ou cooperação ou, em alguns casos, de indiferença, porque o poder abrange várias dimensões; "...possuiria uma quádrupla dimensão: peso, domínio, hierarquia e alcance, sendo a primeira noção intuitiva e a que nos acostumamos a identificar como "poder".

Raymond Aron diz que a política internacional está condicionada pela unidade política ou unidades políticas com capacidade para impor sua vontade fora dos limites de sua soberania. Pode impor-se pela força – guerra, via diplomática, com uma economia coercitiva – ou exercendo a influência, seja política ou econômica. O resultado da política de poder é uma comunidade interna-

cional estratificada e hierarquizada, estabelecendo grandes diferenças entre os Estados-atores e os Estados-subordinados. Porém a referida comunidade possui um dinamismo, produto do poder, que seria mais correto chamar de potencialidade. Em certo grau, a dinâmica da política de poder está intimamente relacionada com as fontes de alimentação deste poder. Assim, nesta breve história do Atlântico Sul, assinalamos como fontes, o prestígio alcançado pela Espanha com a empresa americana, através da conquista, colonização e evangelização; o lugar que a Inglaterra obteve com o domínio do mar, com a política econômica do livre comércio e, principalmente, com o expansionismo político-econômico-territorial.

O ano de 1945 assinalou o começo de uma nova ordem internacional marcada pela supremacia dos Estados Unidos da América, de um lado, e da União Soviética, de outro. Ambos conquistaram a categoria de superpotências, graças ao armamentismo e ao desenvolvimento técnico-industrial, acentuando as diferenças entre os países independentes e os dependentes nestes aspectos.

As atuais interações da política internacional estabelecem-se em várias dimensões. Em primeiro lugar, o conflito Leste-Oeste e, ao mesmo tempo, a dimensão conflitiva Norte-Sul, gerada nas

28. DEUTSCH, Karl. *El Análisis de las Relaciones Internacionales*. Ed. Paidós. Bs. As. 1974, p. 40.

décadas de 60 e 70. Dentro destas dimensões existem as próprias relações conflito-diálogo: Leste-Leste, Oeste-Oeste, Norte-Norte, Sul-Sul. Todas elas incidem no Atlântico Sul.

- 1) *Leste-Oeste* – Como já assinalamos, a política dura de Reagan renovou a guerra fria, cujos termos são o armamentismo, a renovação de alianças e o confronto indireto.
- 2) *Norte-Sul* – Sendo uma das bases do poder o desenvolvimento industrial, os países do Norte procuraram manter a atual divisão internacional do trabalho.
- 3) *Leste-Leste; Oeste-Oeste* – As relações diálogo-conflito nesta

dimensão significam a diminuição do poder de ambas as superpotências para impor a "sua ordem".

- 4) *Sul-Sul* – Os países em desenvolvimento buscam romper o esquema político-econômico-estratégico imposto pelo Norte e pelas superpotências, procurando estabelecer contatos Sul-Sul.

As múltiplas dimensões das atuais Relações Internacionais adquirem significado especial quando se trata do Atlântico Sul, reserva de materiais estratégicos e alimentícios e rota interoceânica, rodeada por Estados sob sua influência.

Profª MARIA CECÍLIA AGUIRRE – Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Internacional de Cuyo. Fez os cursos correspondentes ao Doutorado em História e de Especialização em História Contemporânea na Universidade Complutense de Madri. Obteve bolsa de estudo do Conicet e trabalha como ajudante de investigação na cátedra de Política Internacional, na Faculdade de Ciências Políticas da UNC.



MADE

A Sanbra é uma das maiores exportadoras do Brasil na atualidade.

No ano de 1986 exportou mais de US\$ 160 milhões.

Os principais produtos exportados pela Sanbra são: algodão, café, óleo de mamona e

IN

derivados, ácidos graxos, ácido esteárico, farelo de algodão, óleo de algodão, farelo de soja, óleo de soja, farinha de soja, proteína isolada de soja, proteína concentrada de soja, proteína vegetal texturizada, lecitina de soja e gorduras vegetais.

BRAZIL



SANBRA
SOCIEDADE ALGODOEIRA DO
NORDESTE BRASILEIRO S.A.



SUBSÍDIOS PARA DEBATE SOBRE O USO PACÍFICO DA ENERGIA NUCLEAR

Licínio Marcelo Seabra

O ponto de partida para o debate sobre o uso da energia nuclear para fins pacíficos relaciona-se, obrigatoriamente, com a necessidade de propiciar um suprimento adequado de energia elétrica – um insumo fundamental para sustentar, no mundo moderno, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Assim como o advento da máquina a vapor deflagrou, no século XIX, a Revolução Industrial, a chamada Revolução Elétrica marcou o século XX com a progressiva utilização da eletricidade como uma forma de energia limpa e flexível.

Os avanços tecnológicos, dos quais as sociedades irão se beneficiar no século XXI, deverão possibilitar o uso mais eficiente das fontes de energia primária sem, no entanto, deter a necessidade crescente de energia elétrica.

Os cenários de desenvolvimento econômico previstos para o país, nas hipóteses de planejamento da

ELETROBRÁS, indicam que o Brasil passará a necessitar sobretudo de energia de origem térmica para gerar energia elétrica por volta da primeira década do ano 2.000. Esse mesmo planejamento indica que essa energia térmica deverá provir das nossas reservas naturais de carvão e de urânio. Essas são, basicamente, as mesmas previsões de suprimento de eletricidade a médio prazo estabelecidas pelos organismos internacionais especializados em estudos energéticos e pela maioria dos governos de países de todos os continentes, independentemente dos regimes políticos.

Além do requisito de médio prazo de energia firme de base térmica, constituem justificativas para um incremento na geração térmica, entre outros fatores, as grandes distâncias de transmissão conseqüentes ao aproveitamento do potencial hidrelétrico e as condições físicas e geográficas favoráveis para implantação de

usinas hidrelétricas de bombeamento.

A utilização de energia nuclear para a produção de eletricidade já é uma realidade mundial. Em 1985, cerca de 18% da energia elétrica produzida no mundo foram de origem nuclear. Atualmente, cerca de 370 usinas nucleares estão em operação em países de todos os continentes. Os Estados Unidos têm mais de 100 usinas em operação e, em alguns de seus estados, mais de 30% da energia elétrica são de origem nuclear. França, União Soviética, China, Bélgica, Suécia, Japão, Inglaterra e Alemanha são outros exemplos de países que utilizam intensamente a energia nuclear. Na América Latina, especificamente Argentina, Brasil e México são países que atualmente buscam intensificar seus programas de energia nuclear para fins pacíficos.

A questão de segurança é um dos principais argumentos levantados pelos opositores da energia nuclear. Antes de discuti-la, porém, é bom termos em conta que toda produção de energia na sociedade moderna envolve riscos.

A armazenagem de óleo e gás natural em tanques cria condições de risco de explosão e incêndios e, muitas vezes, provoca grandes acidentes. A queima de combustíveis fósseis contribui para a poluição do ar. A construção de hidrelétricas cria o perigo de ruptura — já muitas vezes ocorrido — das barragens. A sociedade não opta, no entanto, por eliminar essas fontes de energia. É que seus riscos já são reconhecidos e aceitos, na comparação estabelecida com os seus benefícios econô-

micos e sociais. Aliás, possibilidade nula de acidentes não existe em nenhuma atividade humana. As soluções de engenharia visam a reduzi-los a índices mínimos.

A engenharia nuclear é uma das únicas que, além de reduzir o risco de falhas, cria soluções para reduzir as conseqüências do acidente. Nenhuma tecnologia iguala-se com a nuclear na qualidade e intensidade dos estudos de possibilidade de riscos, quer nas medidas de segurança e proteção ambiental, quer nos estudos sobre efeitos das radiações no organismo humano e no ambiente, ou mesmo na precisão dos processos e na instrumentação de medidas de radiações. Se considerarmos o tempo de operação de cerca de 370 usinas nucleares em funcionamento, este tempo é superior a 3 mil anos de operação, tendo-se verificado, neste período, um único acidente com conseqüências fatais: o acidente de Chernobyl, ocorrido no ano passado. Tal índice nunca foi atingido por qualquer outra atividade e demonstra os altos níveis de segurança alcançados pela tecnologia nuclear e a baixa probabilidade de acidentes.

Cabe destacar que são ilusórias ou utópicas as hipóteses por vezes levantadas sobre a renúncia à tecnologia nuclear atualmente desenvolvida, na expectativa do advento de novas tecnologias supostamente mais seguras ou mesmo de custo menor; o acesso às tecnologias do futuro, como a energia nuclear por fusão, ainda mais sofisticada, irá requerer que o país deienha o domínio da tecnologia nuclear atual nas suas múltiplas especializações.

Quanto às informações transmitidas ao público sobre os riscos da energia nuclear, elas não são objetivas nem tampouco imparciais. Em muitos aspectos, assemelham-se a campanhas similares importadas e em curso nos países desenvolvidos e que já dominam a sua tecnologia. É essencial que o público em geral e especialmente as suas elites, antes de formar suas opiniões ou tomar posições sobre o desenvolvimento dessa nova tecnologia, analisem e avaliem, sem emoção e racionalmente, os seus riscos *versus* benefícios. E que seja incluída como risco, isso sim, uma submissão a um "colonialismo" tecnológico traduzido em dependência política e econômica, e não um irreal benefício de proteção ao meio-ambiente.

A qualidade e localização das nossas reservas naturais de carvão, os parâmetros de competitividade econômica entre usinas a carvão e usinas nucleares, assim como os efeitos da queima de carvão sobre o meio-ambiente, favorecem a médio prazo uma crescente participação nuclear na geração de energia elétrica.

É preciso compreender que é tecnologicamente inviável armazenar eletricidade em escala industrial e, como consequência, a produção de energia deve ser processada simultaneamente com o consumo. Uma insuficiência nas fontes de geração ou nos meios de transporte da energia até os centros consumidores provocará, assim, uma conseqüente redução de consumo através de medidas de racionamento ou de limitações ao seu crescimento, ambas causadoras de perdas e de restri-

ções ao desenvolvimento econômico e social. A necessidade de uso de uma fonte de geração com dependência externa de tecnologia significa submeter o desenvolvimento nacional aos riscos inerentes aos problemas de natureza econômica e política. As crises do petróleo em 1973 e 1979 vieram demonstrar as conseqüências de uma nefasta dependência externa na área energética.

O objetivo básico e fundamental do Programa Nuclear Brasileiro é promover, com decisão e equilíbrio, a maioridade da autonomia na tecnologia nuclear para o atendimento do requisito de médio prazo de energia elétrica.

Autonomia tecnológica requer pesquisa e desenvolvimento tecnológico; autonomia tecnológica significa nacionalização de recursos humanos e materiais aplicados em atividades multidisciplinares, tecnológicas e gerenciais, tais como engenharia, fabricação, construção e operação. Desenvolvimento tecnológico, quer seja autóctone ou por transferência de terceiros, requer tempo, recursos financeiros e um "mercado" para sua aplicação, com garantias mínimas de continuidade para ultrapassar a fase de maturação desse desenvolvimento. Somente poderá ser alcançada uma capacitação nacional em tecnologia nuclear mediante um programa de construção de centrais nucleares e fornecimento do combustível, iniciado com antecedência necessária à sua maturação e conduzido em um ritmo de continuidade que justifique e motive o engajamento de empresários e de técnicos. A sofisticação da tecnolo-

gia nuclear, como de outras tecnologias de ponta, os interesses políticos internacionais que a elas se relacionam, tornam imperativos esses pré-requisitos para o programa nuclear. É assim necessário desmistificar as versões sobre um pretensão privilégio da energia nuclear em detrimento da energia hidrelétrica, que tem óbvia prioridade.

No âmbito do Programa Nuclear, os acordos, convênios e contratos de transferência de tecnologia, assinados com a República Federal da Alemanha e outros países, foram resultado de uma opção feita para atingir economicamente e com segurança uma etapa avançada no desenvolvimento tecnológico pretendido. Evidentemente que a *tecnologia* a ser transferida, e não os conhecimentos científicos, não poderia ser gratuita, pois custou aos países de origem pesados investimentos.

As usinas de Angra 2 e 3 já contarão com uma nacionalização apreciável em engenharia e construção e um índice de 35% de participação da indústria nacional nos equipamentos e estão sendo construídas dentro do mais elevado nível tecnológico, atestado pela alta *performance* e confiabilidade operacional das usinas alemãs. Com a continuidade do programa, a NUCLEBRAS estima poder atingir na próxima usina o expressivo índice de 65% de nacionalização nos equipamentos.

Muitos resultados positivos já foram conquistados na execução do Programa Nuclear. O Brasil formou um expressivo contingente de técnicos hoje integrado no processo de absorção e de desenvolvimento pró-

prio de tecnologia; identificou uma reserva de urânio que é uma das maiores do mundo; alcançou alto grau de desenvolvimento na área de engenharia mineral; implantou e mantém em operação a primeira usina de produção de concentrado de urânio; está desenvolvendo um processo de enriquecimento isotópico de urânio; fabrica os componentes pesados para centrais nucleares; faz a montagem dos elementos combustíveis; e já executa a engenharia de centrais. As principais causas das dificuldades que atrasaram o Programa Nuclear não foram de ordem tecnológica — deveram-se a contingências de caráter econômico-financeiro e ao não reconhecimento de importantes mudanças no quadro institucional, em relação ao cenário no qual o Programa fora concebido. Os rumos e metas do Programa foram analisados e revisados pelo atual Governo da República, cabendo agora assegurar a continuidade de sua execução. A preservação dessa continuidade deve ser entendida dentro dos objetivos fundamentais do Programa, evitando-se a confusão com distorções sobre meios e formas para atingi-los.

Num país continental como o nosso, e com uma enorme e crescente população, a conquista de melhores condições de vida para um contingente cada vez maior de cidadãos depende do aproveitamento das novas fontes de energia. E o uso de energia nuclear para fins pacíficos é uma etapa a mais nesse processo evolutivo. As nações que dela abdicarem estarão negando a si próprias os benefícios do progresso social.



Eng LICÍNIO MARCELO SEABRA – Natural de Minas Gerais, é Engenheiro Mecânico-Eletricista, diplomado pela Escola Federal de Engenharia da Itajubá (MG). Atualmente, é Presidente da NUCLEBRÁS e de suas Subsidiárias e membro do Conselho de Administração da ELETROBRÁS, além de participar de várias associações técnicas como a Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas, a Sociedade Mineira de Engenheiros, o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, a Seção Brasileira do CIGRÉ, o Comitê Brasileiro de Grandes Barragens e a Seção Latino-Americana da American Nuclear Society. Exerceu a Vice-Presidência e a Presidência da CEMIG, e a Diretoria de Planejamento e Engenharia da ELETROBRÁS. Ocupou por sete anos a Presidência de FURNAS Centrais Elétricas S.A. e foi membro do Conselho de Administração da Cia. Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul.



SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL:

sua implementação através do 1.º Sorteio Militar

Pesquisa Histórica Básica

Claudio Moreira Bento*

Em 10 de dezembro de 1916, no antigo Quartel-General do Exército, na presença do Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz, e do Ministro da Guerra, General Caetano de Faria, teve lugar a cerimônia principal do 1º Sorteio Militar no Brasil.

O 1º Sorteio Militar constitui um dos mais significativos eventos da história contemporânea do Exército. Fruto de uma longa e intensa campanha cívica, alimentada por patriotas civis e militares, ele constitui o marco inicial do serviço militar obrigatório entre nós, ponto de inflexão para o surgimento de um Exército com caráter nacional e provido de reservas suficientes e bem adestradas, para atenderem à eventualidade de uma guerra.

Já transcorridos 70 anos da implantação do serviço militar obrigatório, evocar a cerimônia do 1º Sorteio Militar, interpretar sua significação histórica e apontar os pioneiros militares e civis que se assinalaram na vitoriosa campanha para concretizá-lo são os objetivos do presente trabalho.

Não obstante, acreditamos possa ele servir, também, de subsídio, em face das discussões que possam surgir, no âmbito da Constituinte recém-empossada, sobre a obrigatoriedade da prestação do serviço militar no Brasil.

z

*Presidente da Comissão de Pesquisa Histórica Básica de A Defesa Nacional.

A CERIMÔNIA DO 1º SORTEIO MILITAR, NO RIO DE JANEIRO

O 1º Sorteio Militar foi realizado em todo o Brasil, mas a cerimônia principal ocorreu no Rio de Janeiro, nas dependências do Batalhão do Tiro 7, a partir do meio-dia de 10 de dezembro de 1916.

O Batalhão do Tiro 7, ex-Clube de Tiro Federal, fundado em 13 de maio de 1906, no local hoje ocupado pelo Palácio Guanabara, tinha suas dependências instaladas no pavilhão dos fundos do Quartel-General do Exército, atual Palácio Duque de Caxias, desde 1937.

Ao ato compareceu o Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz. Ele chegou de automóvel ao quartel-general, acompanhado do Ministro da Guerra, general José Caetano de Faria, e do seu Chefe da Casa Civil, Coronel Augusto Tasso Fragoso, inspirado historiador militar, crítico e grande expoente da Reforma Militar (1898-1945), desde o seu início até 1932, particularmente no período em que foi chefe do Estado-Maior do Exército.

O Presidente foi saudado por enorme representação de oficiais-generais do Exército, em serviço no então Distrito Federal, e comandantes de unidades, tendo à frente o general Bento Ribeiro Carneiro Mon-



Figura 1. Antigo Quartel-General do Exército onde teve lugar, em 10 de dezembro de 1916, na sua parte dos fundos, o 1º Sorteio Militar no Brasil. A entrada do quartel ficava na altura do Panteon de Caxias, local onde, em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

teiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, descendente direto dos generais Bento Manoel Ribeiro e Victorino Carneiro Monteiro, o barão de São Borja.

Participaram da recepção o Ministro da Fazenda, Lino de Matos, o Prefeito e o Chefe de Polícia do Distrito Federal e representantes do Ministro da Marinha, da Brigada Policial e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e da Guarda Nacional.

O Presidente atravessou o pátio

do Quartel-General a pé, entre duas alas do Batalhão do Tiro 7, comandado pelo 1º Tenente Ildefonso Escobar.

A junta do Sorteio Militar, sob a presidência do Coronel Fredolino José da Costa e secretariada pelo Major João Veloso Ramos, tinha, como membros, o Coronel da Guarda Nacional Alfredo Fausto Sampaio Ribeiro, o Capitão Médico Francisco P. da Silva Reis e o Dr. Alvaro Lima Pereira, 2º Procurador da República.



Figura 2. No dia 10 de dezembro de 1916, o Tiro 7, primeiro Tiro de Guerra organizado no Brasil, presta continência, no pátio do antigo Quartel-General do Exército, ao Presidente de República, Dr. Wenceslau Braz. Poucos minutos depois, ocorreu a cerimônia do 1º Sorteio Militar. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

A primeira célula das correspondentes a 152 alistados foi retirada, "conforme sorte", pelo 2º Procurador da República. O primeiro sorteado foi Alberto Garcia de Matos, alistado do município de Santa Rita. O anúncio do seu nome foi saudado pelos presentes, com prolongada salva de palmas, seguida de repetidos "vivas" à República e ao Exército.

Foram sorteados 114 alistados para preencher os claros existentes nas unidades do Exército sediadas no então Distrito Federal. Após o anúncio do último sorteado, o Ministro da Guerra proferiu breve oração, na qual salientou que "a cerimônia que acabava de ser realizada era das mais importantes para a vida do Exército; não sendo possível incorporar todos os cidadãos com 21 anos, a sorte decidiu quais seriam os que prestariam serviços à instituição." Prosseguiu dizendo que "a Lei que o Presidente Wenceslau Braz assistira ser ali executada estava em cogitação no Exército desde 1874, ou seja, havia mais de 40 anos." Congratulou-se com o Presidente pela materialização do contido na lei, expressa na cerimônia a que o mesmo Presidente fizera questão de prestigiar com a sua presença. Referiu-se aos diretores da Liga de Defesa Nacional presentes que, "com o auxílio de seus amigos da Imprensa", mobilizava a Sociedade Civil em prol daquela medida inadiável. E conclui, dizendo que, dali por diante, "ser soldado deixava de ser profissão, para ser cumprimento de um dever cívico."

As células sorteadas foram colocadas em uma urna, a qual foi lacrada em suas quatro faces, com as

assinaturas de todos os membros da Junta do Sorteio Militar. Foi lavrado um Termo do Sorteio Militar, igualmente assinado, com uma histórica caneta de ouro.

A caneta foi trazida pelo Coronel da Guarda Nacional, Alfredo Fausto Sampaio Ribeiro. Ela pertencia a seu sogro, Marciano Augusto Botelho de Magalhães que, como Capitão, Diretor do Arsenal de Guerra, a recebera de presente dos seus funcionários. Marciano, como Capitão, e seu irmão Benjamim Constant, como Major, integraram a diretoria do Clube Militar (fundado em 26 de junho de 1887), respectivamente como 2º Secretário e Tesoureiro. A caneta serviria, mais tarde, para Benjamim Constant firmar seus primeiros atos como Ministro da Guerra.

O Presidente Wenceslau Braz retirou-se do local do 1º Sorteio Militar, atravessando novamente o pátio central, a pé, rumo ao Portão das Armas, entre duas alas do Batalhão do Tiro 7, que lhe prestou as honras de estilo, ao som da Marcha Batida, seguida do Hino Nacional.

No Portão das Armas, aguardava-o seu automóvel.

O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO, UMA ÁRDUA CRUZADA CÍVICA

Terminada a guerra do Paraguai, a operacionalidade do Exército, por razões alheias à Forças, caíra a níveis críticos, não só para a defesa externa, como para a defesa interna do País. A ausência de poder dissuasório para assegurar a paz e a

tranquilidade da sociedade era um estímulo a freqüentes ameaças à segurança interna. Seu pálido desempenho na Revolução Federalista e Revolta da Armada (1893-1895) e na Revolta de Canudos (1896-1897) fora eloqüente.

Era imperativo modificar esse quadro adverso, dar ao Exército condições para assimilar as modificações impostas pelos avanços da arte e ciência da guerra.

A Revolução Industrial produziu a máquina a vapor que, movimentando trens e navios, levava a guerra, antes circunscrita aos campos de batalha, a amplas faixas terrestres e marítimas e permitira a produção, em série, de munições e armamentos que permitiram uma densidade de fogos de superfície jamais imaginada. De sua parte, a Guerra Franco-Prussiana demonstrara que as futuras guerras seriam travadas por cidadãos comuns, convocados obrigatoriamente e submetidos a um treinamento prévio, e que os exércitos em confronto deveriam dispor de reservas de cidadãos já adestrados para o serviço militar.

No Brasil, a última manobra do Exército havia sido realizada em Santa Cruz, em 1885, sob o comando do Conde D'Eu. Os soldados eram profissionais, recrutados voluntariamente. Eles faziam, do serviço militar, um meio de vida. Seu nível de cultura era baixo e possuíam as mais variadas idades, o que tornava impossível aumentar a operacionalidade da Força ao nível da doutrina militar aspirada. Não existiam reservas no padrão exigido por essa mesma doutrina, ou seja, previamente adestrada, para o serviço militar.

O serviço militar obrigatório no Brasil foi, assim, uma imposição da expressiva evolução da Doutrina Militar, conseqüente da Revolução industrial, e destinava-se a viabilizar a existência de uma compatível e bem adestrada reserva ao Exército, nos moldes das disponíveis pelos exércitos capacitados a enfrentar as exigências da guerra em suas novas dimensões.

A idéia data de 1874, e os constituintes de 1891 demonstraram tê-la absorvido, ao criarem a figura do "cidadão soldado" e ao introduzirem, na constituição que elaboraram, que "todo brasileiro é obrigado a prestar o Serviço Militar" (Artigo 86).

A regulamentação desse artigo, porém, demoraria 17 anos, percorrendo uma longa caminhada, cujos passos principais merecem ser evocados.

Ao término da Revolta da Armada, o Capitão Tasso Fragoso, um dos seus heróis, gravemente ferido, foi enviado à Alemanha, em missão militar. Ele aproveitaria a estada em solo germânico para submeter-se à correção cirúrgica de uma seqüela conseqüente de ferimento recebido. Observador perspicaz, ficou chocado com o grande fosso percebido entre a doutrina militar vigente na Europa e a praticada no Brasil. Sobre o assunto, produziu alguns artigos para a "Revista do Brasil". E um deles acabou concorrendo para a criação do Estado-Maior do Exército, em 24 de outubro de 1896 — pouco menos de um mês antes, convém lembrar, da trágica participação do Exército em Canudos, quando uma companhia, sob o comando do Tenente Pires

Ferreira, foi destruída em Uauá (21 de novembro).

O estado-maior do Exército teve seu regulamento assinado em 6 de janeiro de 1899 e foi instalado em 29 de janeiro desse mesmo ano. Essa data assinala o marco inicial da chamada "Reforma Militar" (1899-1945), que transformou os baixos índices de operacionalidade do Exército de Canudos nos altos índices de sua honrosa participação na Segunda Guerra Mundial, em campos da Itália, através da Força Expedicionária Brasileira.

De 1899 a 1910, a "Revista Militar", editada pelo Estado-Maior do Exército, defendeu a idéia do serviço militar obrigatório como fundamento do "Plano de Reforma do Exército", elaborado, em 1900, pelo Ministro da Guerra, Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet, visando a "dar ao Exército uma feição com todas as características do povo brasileiro", conforme nele expresso.

Em 7 de maio de 1901, em "O País", o 1º Tenente Raimundo Pinto Seidl, que mais tarde comandou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, demonstrou a necessidade do Serviço Militar através do Sorteio Militar, como melhor forma de assegurar a "Defesa Nacional".

Nesse mesmo ano sobressai, também, como paladino, em defesa do serviço militar obrigatório na reorganização do Exército, Armando Duval Sérgio Ferreira. De certa forma, foi ele porta-voz autorizado dos marechais Mallet e Cantuária e tinha grande afinidade com Tasso Fragoso. Duval vivera na Alemanha, de 1902 a 1907, em comissão para compra de armamento, e mais tarde,

de 1912 a 1914. Os primeiros canhões Krupp do nosso Exército resultaram das negociações que promoveu.

Sua concepção era a dos "Exércitos Regionais", da forma como hoje se constata — os quadros se movimentando por todo o país e os conscritos servindo próximo de suas moradias e constituindo reserva das unidades onde prestam o serviço militar obrigatório. Preconizava, ainda, "os políticos deixando o Exército livre de interferência e este deixando de imiscuir-se em política", pensamento de que participava o Marechal José Caetano de Faria, Ministro da Guerra que implantou o serviço militar obrigatório no Brasil.

Em 1904, o General-de-Brigada Luiz Mendes de Moraes, em "Reforma do Exército", fez um apelo aos seus companheiros, no sentido de que fosse reformulado o ensino no Exército, que considerava "questão de vida e morte para os destinos do Brasil e do próprio Exército". Seu trabalho foi secundado pelo de Augusto Sá, que fez uma análise contundente do Exército e dos seus quadros, propondo como reorganizá-lo.

Esses dois trabalhos sacudiram o Exército, na época, e contribuíram, em função, particularmente, das revoltas nas escolas da Praia Vermelha e do Realengo (comandada por Hermes da Fonseca), para a adoção do Regulamento do Ensino do Exército, de 1905. Ele marcou o ponto de inflexão do "bacharelismo" para o "profissionalismo", cuja encruzilhada, na prática, materializou-se no ensino da Escola de Guerra de Porto Alegre (1906-1911), que produziu os ofi-



Figura 3. O General Hermes da Fonseca, comandante do 4º Distrito Militar (atual 1ª RM), realizou, em 1905, no Campo dos Cajueiros, em Santa Cruz, RJ, as primeiras manobras no Exército desde 1875. (Alegoria contida em *História do Exército Brasileiro*. Vol 3.)



Figura 4. Aspecto das Manobras de Santa Cruz do 4º Distrito Militar. Na foto, os comandantes dos Corpos da Divisão de Manobras. À esquerda, o consagrado cientista, companheiro de Osvaldo Cruz, Cel. Méd. Dr. Ismael da Rocha, Chefe do Serviço de Saúde. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

ciais que iriam dinamizar e consolidar a "Reforma Militar".

Foi, também, em 1905, na gestão do Ministro Argolo, que o General Hermes da Fonseca assumiu o comando do 4º Distrito Militar (atual 1ª Região Militar) e deu início às históricas manobras do Curato de Santa Cruz, no Campo dos Cajueiros, cedido ao Exército pelo suíço naturalizado Ernest Durish, grande amigo do Exército e do Brasil e um dos grandes nomes da construção da "Defesa Nacional".

Essas manobras despertariam e evidenciariam grandes vocações de soldados entre os que delas participaram, como instrutores dos Tiros de Guerra, criados, a partir de 1906,

como solução inicial para prover o Exército de reservas organizadas. Muitos deles foram, mais tarde, frequentar cursos na Alemanha e, de retorno, fundaram a nossa revista, *A Defesa Nacional* (1913), a cujo esforço patriótico viria juntar-se a sociedade civil, através da "Liga de Defesa Nacional", criada em 7 de setembro de 1916.

A ação de "A Defesa Nacional" em favor do serviço militar obrigatório foi decisiva, principalmente através dos editoriais corajosos elaborados pelos "jovens turcos" Basílio Taborda, Maciel da Costa e Porga Rodrigues, de agosto a dezembro de 1916.

Foi na cidade gaúcha de Rio

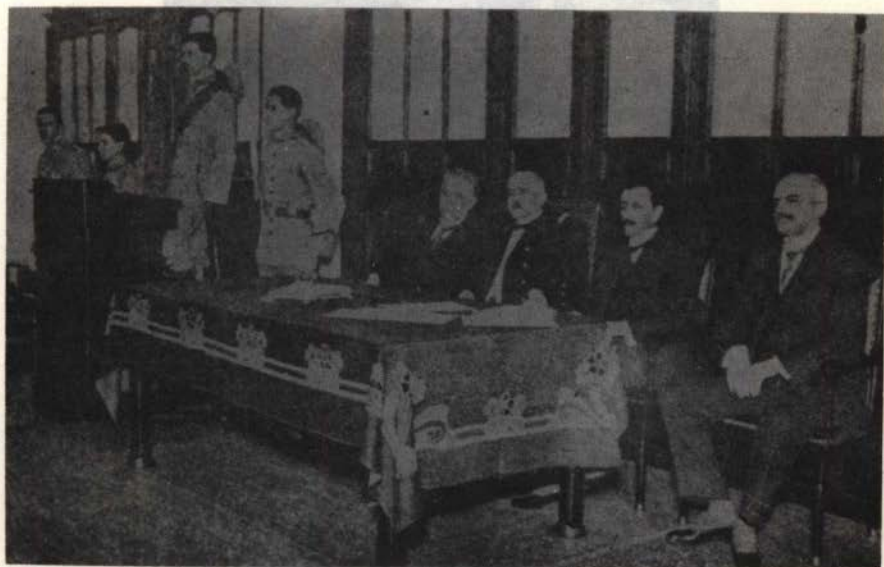


Figura 5. Fundação da Liga de Defesa Nacional, em 7 de setembro de 1916, na Biblioteca Nacional. A mesa está constituída, da esquerda para a direita, pelo Dr. Pedro Lessa, presidente da mesa, Marechal Caetano de Faria, Ministro da Guerra, Dr. Olavo Bilac, Secretário da Liga, e Dr. Miguel Calmon, Vice-Presidente. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

Grande que o patriota Antonio Carlos Lopes, farmacêutico, entusiasta da "Defesa Nacional" e da idéia do "cidadão-soldado", organizou a primeira "Sociedade de Tiro", com fuzil de guerra, e publicou o livro *O Tiro Brasileiro*. Inspirado nessa iniciativa pioneira, o General Hermes da Fonseca idealizou a "Confederação do Tiro Brasileiro", transformada em lei em 5 de setembro de 1906. Antonio Carlos Lopes foi seu primeiro diretor e a tornou uma realidade.

Cinco meses antes da criação da Confederação, foi fundado, no local onde hoje se situa o Palácio Guanabara, o "Clube do Tiro Federal", usando fuzis de guerra. Ele foi inspirado no modelo de "Defesa Nacional" da Suíça, trazido pelo Dr. Furquim Werneck, antigo prefeito do Rio de Janeiro, e por Ernest Durish, respectivamente primeiro e segundo presidente da entidade, que seria transformada em "Tiro.7", ao comando do Tenente Ildefonso Escobar.



Figura 6. O 1º Tenente Ildefonso Escobar aparece na foto (uniforme escuro) cursando a Escola de St. Cyr, onde se destacou entre 1.100 oficiais de várias nações. Ele está sendo apresentado, ao Marechal Petain, pelo comandante da escola. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

Sob a presidência de Ernest Du-rish, o "Tiro 7" atingiu grande desen-volvimento e seu exemplo foi segui-do em todo o Brasil. Com ele, pela primeira vez, passou a ser solucio-nado o crucial problema para a re-serva do Exército profissional, embo-ra de forma romântica.

Por essa época, foi também criada a figura do "Voluntário de Manobras", destinado a aumentar o efetivo do Exército profissional, por ocasião de manobras. A prática ne-las adquirida o credenciava a ser li-berado do serviço militar e a integrar a reserva.

Muitos cariocas, estudantes de diversos níveis, participaram dessa modalidade de prestação do serviço

militar. Entre eles, o filho do Barão do Rio Branco, nosso grande esta-dista, historiador e diplomata. Rio Branco acreditava que "a neutralida-de de um país não subsiste sem for-ça armada que a sustente" e que, "na ordem internacional, a maior prova de sensatez e inteligência é sustentar as boas intenções (inclusi-ve pacifistas) com as melhores for-ças armadas possíveis", e mais, que "o primeiro direito de um povo na paz é ser livre", e que, "na ordem in-ternacional, ser livre é condição que exige alto preço e sacrifícios na ma-nutenção de forças armadas à altura de assegurar a liberdade de um país considerado."

Em 10 de outubro de 1906, o



Figura 7. "Voluntários de Manobras" foram incorporados ao Exército em 1908. En-tre eles figuravam os jovens Afonso Pena Júnior, filho do Presidente da República, Raul do Rio Branco, filho do grande chanceler, e Salgado Filho, mais tarde Primeiro-Ministro da Aeronáutica. (Fonte: *História do Exército Brasileiro*.)

patriota Alcindo Guanabara, jornalista e deputado federal pelo então Distrito Federal, apresentou o projeto da Lei do Sorteio Militar. Coadjuvaram-no, na defesa do projeto, os senadores Soares dos Santos, do Rio Grande do Sul, e Fernando Mendes, do então Distrito Federal, e os deputados federais Jayme Darcy, do Rio Grande do Sul, Carlos Peixoto Filho, do Maranhão, e Fernandes Mendes, do Rio de Janeiro. O apoio parlamentar da bancada do Rio Grande do Sul, a histórica "fronteira

do vaivém", recém-talado pela sangrenta Revolução de 93, foi eloquente. Urgia reformular a "Defesa Nacional", para poupar a sociedade civil de revoluções sangrentas, como a Federalista, que envolvera os estados sulinos.

A Lei do Serviço Militar Obrigatório, através do Sorteio Militar, foi promulgada em 4 de janeiro de 1908, graças ao apoio decisivo do Presidente Afonso Pena e do Senador Pinheiro Machado, do Rio Grande do Sul.



Figura 8. O Marechal Hermes posa, na porta do Palácio do Catete, ao lado de seu filho e ajudante-de-ordens, 2º Tenente Mário Hermes, tendo na mão esquerda o decreto nº 1860 da Lei do Serviço Militar Obrigatório, que acabava de ser assinado pelo Presidente Afonso Pena. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

Nessa época surgiu, em Pernambuco, onde o espírito da nacionalidade brasileira floresceu e, com ele, o espírito do Exército Brasileiro, nas memoráveis batalhas dos Guararapes e na Insurreição Pernambucana (1645-1654), a atuação em prol do serviço militar obrigatório, através do grande patriota, jornalista e historiador Mario Mello. Foi ele, no Nordeste, o grande apóstolo da organização da "Defesa Nacional", a qual reconhecia extremamente débil e incompatível com a posição do Brasil no cenário internacional ou, como hoje se diria, "sem condições de propiciar soberania necessária ao

governo, para estabelecer acordos e enfrentar antagonismos".

Em 25 de novembro de 1908, foi organizada a primeira "Reserva de Exército", na Exposição Nacional da Praia Vermelha. Ela foi constituída pelo Batalhão de Atiradores do Tiro Nacional, que recebeu o Pavilhão Nacional das mãos do Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, e o incorporou.

Os Tiros de Guerra tiveram grande desenvolvimento, de molde a possuir, em 1910, cerca de 10.000 atiradores – uma apreciável reserva para a época.

Foi por essa época que o Mare-



Figura 9. 1908, 29 de novembro, bar da Exposição Nacional da Praia Vermelha. O Mal. Hermes conversa com o Cel. Ernest Durish, presidente do Tiro Federal. Nesse dia o Ministro da Guerra, em cerimônia de rara beleza e civismo, entregou o Pavilhão Nacional ao "Batalhão de Atiradores". (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

chal Hermes da Fonseca veio a candidatar-se à Presidência da República.

O maior alvo da oposição contra sua candidatura foi o projeto de organização da Defesa Nacional, apoiada no Sorteio Militar. Muitos investiram contra ele, das tribunas, pela imprensa e até no seio do Exército, onde a inovação não era bem vista em certas áreas, por romper tradição quase secular. E tudo foi feito para retardar, burlar e, até, inquinar de inconstitucional a nova lei. Por suas políticas de salvação nacional, o confronto de Hermes com as oligarquias estaduais acabou por inviabilizar a implantação da Lei do Serviço Militar Obrigatório durante seu período de governo.

A lei, cuja execução foi retardada durante 8 anos, até 10 de dezembro de 1916, foi implantada pelo Presidente Wenceslau Braz, vice-presidente de Hermes da Fonseca, e pelo General Caetano de Faria, seu Ministro da Guerra e que tinha sido chefe do Estado-Maior do Exército, no período presidencial de Hermes.

A implantação da Lei do Sorteio Militar para a prestação do serviço militar obrigatório, seguiram-se dois atos de grande repercussão na "Reforma Militar", de molde a concentrar, sob o controle do Exército, através do seu estado-maior, para fins de adestramento uniforme e organização de uma reserva, toda a força militar terrestre.

O primeiro refere-se à guarda nacional, existente desde 1831, que passava a subordinar-se ao Exército, como tropa de 2ª linha, até ser extinto, em 1918, com aproveitamento, na reserva, de oficiais que satisfi-

zessem certos parâmetros. O segundo foi a incorporação das polícias militares como forças auxiliares do Exército.

O problema da formação de oficiais da reserva foi solucionado, pouco mais tarde, com a criação dos Centros de Formação de Oficiais da Reserva (CPOR) e dos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR).

Por ocasião do centenário da Independência, decorridos quase cinco anos do 1º Sorteio Militar, a feição do Exército pode ser avaliada pelo texto abaixo, extraído do livro histórico do 4º Batalhão de Engenharia de Combate, que fora transferido para Itajubá, fazia três anos, atendendo à indicação do Presidente Wenceslau Braz. Assim escreveu o comandante da unidade, em grafia aqui conservada:

A situação (do Exército – adendo nosso) no ponto de vista de eficiência é florescente. Ahi estão: a sua organização, à moderna, para a paz e para a guerra; a sua instrução talhada em novos moldes que vem dos ensinamentos da convulsão mundial; o seu aparelhamento, oriundo do que de melhor produzem os centros da bellotechnica; o seu aquartelamento em casernas hygienicas e ricas de conforto, distribuidas pelas regiões militares; os arsenais para o reparo e o fabrico de armas, as fábricas de munições, os carros de assalto, as esquadrinhas aéreas, as escolas de Estado-Maior e de Aperfeiçoamento de Oficiais, a de Sargentos instructores, os exercícios de quadros,

as manobras da 3ª Região, a concentração rápida que teve lugar por ocasião da alteração da ordem num dos estados do norte, 2ª convocação frutuosa de várias classes de reservistas para a parada do Centenário.

Tudo isto, material, pessoal, instituições, causas e efeitos, denotam que o Exército está em bom pé e se prepara, graças à patriótica orientação do actual governo da República, para o desempenho de sua elevada e sacrossanta missão — a segurança da Pátria.

E vós meus camaradas mineiros, filhos destas imponentes montanhas da Suíça Brasileira, berço do promartyr da República, o Tiradentes, vós mesmos sois um atestado do aperfeiçoamento de nossas instituições, com o vosso aspecto uniforme, sobretudo pelos característicos da idade, imprimis um cunho do Exército moderno que se recruta nos seios da Sociedade, grupando em classes os seus jovens concidadãos, fazendo desaparecer das fileiras o velho soldado profissional ou mercenário.

O 1º SORTEIO MILITAR, SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA

Em 10 de dezembro de 1916, quando ia acesa, na Europa, a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e fazia cerca de 50 dias que o Presidente Wenceslau Braz solucionara a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, motivadora da "Re-

volta do Contestado" (1912-1915), teve lugar, em todo o Brasil, o 1º Sorteio Militar.

Foi ele, como já se disse, o marco inicial do serviço militar obrigatório, há 70 anos em vigor no Brasil, e ponto de inflexão para o moderno Exército Brasileiro (ativo e de reserva), com caráter nacional e de autêntica representação do "povo em armas", no qual ser soldado deixou de ser profissão, mal vista pela sociedade civil, para se constituir em sagrado dever cívico, relacionado com a Defesa Nacional. Foi, sem dúvida, o mais importante evento da "Reforma Militar" (1899-1945), por suas benéficas projeções.

O Brasil foi das últimas nações a adotar o serviço militar obrigatório, decorrência, como foi ressaltado, da Revolução Industrial. Esta provocou uma grande sofisticação na arte e ciência da guerra. Sofisticação que impôs, aos exércitos modernos, uma poderosa, bem treinada e articulada reserva nos seus efetivos de paz. Sofisticação que tornou a organização militar de um país um problema complexo, envolvendo todas as suas forças vivas, ao lado de longa e cuidadosa preparação, no tocante à estruturação, equipamento, instrução e motivação do seu Exército — seja visando ao seu emprego na eventualidade de um conflito, seja, em particular, como penhor da paz, como elemento dissuasório no quadro internacional, para, como preconizou o Barão do Rio Branco, poder o país "desempenhar, com prestígio e segurança, o papel que lhe cabe no convívio das nações."

A sofisticação em apreço tornou inviável, para o Brasil, recorrer à

Guarda Nacional, às polícias estaduais e aos heróicos Batalhões de Voluntários da Pátria que, engrossando as fileiras do Exército Imperial, tiveram participação heróica e memorável no esforço de guerra que culminou com a vitória aliada na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Por outro lado, tornou-se inviável também, do ponto de vista do nível de operacionalidade desejável e pelos altíssimos custos decorrentes, recorrer-se a soldados profissionais para integrarem um Exército volumoso, mantido sempre, como necessário, em seu efetivo de guerra.

Não existe nação, por mais poderosa que seja, que consiga manter um exército profissional nas dimensões que atendam a todas as suas necessidades. Tal solução tem sido ainda evitada, politicamente, pelo perigo de uma força assim constituída tornar-se casta, sem caráter nacional e raízes na sociedade civil, divorciada das aspirações populares. A História, a mestra das mestras, está cheia de exemplos de exércitos profissionais, destinados à defesa da sociedade civil, que se transformaram, por alguns dos seus chefes, em instrumento para subjugar-lá.

De resto, o sistema do soldado profissional experimentado pelo Brasil, de 1870 a 1916, não resistiu ao advento da Revolução Industrial. Mesmo os pequenos efetivos fixados pelo Exército deixaram de ser atendidos, pela inexistência de voluntários em número suficiente. O estágio do desenvolvimento da economia do país já oferecia opções profissionais mais vantajosas que a

profissão militar. A solução brasileira adota um sistema misto.

Uma parte do Exército é profissional, constituída de oficiais e sargentos recrutados por meio de concursos de seleção, rigorosos e democráticos, a que podem concorrer todos os segmentos da sociedade civil. Eles percorrem uma carreira normal, ao término da qual passam a integrar a reserva, até uma idade-limite que os incompatibilize para operações bélicas.

A outra parte é de conscritos. Eles são recrutados para prestar um ano de Serviço Militar, ao fim do qual integrarão a reserva, como soldados, cabos ou sargentos egressos das unidades militares, soldados egressos dos Tiros de Guerra e oficiais egressos dos CPOR e NPOR.

Essa imensa massa que integra a Reserva do Exército é realimentada anualmente, pelos que concluíram seu tempo de serviço na ativa, como profissionais, ou pelos que terminaram o serviço militar obrigatório, como conscritos.

O sorteio militar, inaugurado em 10 de dezembro de 1916, propiciou, dessa forma, ao Brasil, um Exército de paz compatível e um enorme Exército em reserva, capazes de atuar como elemento de dissuasão ou de alimentar um esforço de guerra prolongado, na eventualidade indesejável da ocorrência desse fenômeno sempre presente e vivo na História da Humanidade.

Sendo o Brasil, por tradição, um país que não alimentou, nem alimenta, sonhos de conquista, os integrantes do seu Exército (ativa e reserva), como parcela armada do povo brasileiro, não desejam a guer-

ra. Aspiram que ela nunca aconteça. Mas cabe-lhe o dever cívico, e disso estão conscientes, de não perderem um só minuto no seu preparo, da melhor forma possível, para a defesa do Brasil na eventualidade de um conflito bélico.

Pode ser que alguns entendam que a realização de um soldado seja participar de uma guerra. No caso do soldado brasileiro, sua realização é a conquista e manutenção da paz, fiel ao pensamento: "Se queres a paz, prepara-te para a guerra". E disso deu exemplos eloquentes o Duque de Caxias, o Patrono do Exército Brasileiro.

Ao lado da função de preparar brasileiros para a defesa do Brasil, o serviço militar obrigatório continua, hoje, a ter a função definida nas palavras de Olavo Bilac, 70 anos atrás:

Que é o Serviço Militar Obrigatório? É o trunfo da Democracia. É o nivelamento das classes sociais. É a escola da Ordem, da Disciplina, da Coesão. É o laboratório da dignidade e do patriotismo. É a instrução primária, a educação cívica e a higiene obrigatória. A caserna é um filtro admirável em que os homens se depuram e se apuram.

Para confirmá-lo, basta consultar o imenso contingente de brasileiros que, desde 1916, tem cumprido o sagrado dever cívico do serviço militar.

Quando nada, é uma forma justa de imposto social, em benefício da segurança do país. O cidadão

paga-o durante um ano e desfruta, por todo o resto da vida, do benefício que os conscritos que o precederam e daqueles que o sucederão no serviço militar lhe proporcionam.

Hoje o serviço militar obrigatório, com as correções nele introduzidas desde sua adoção, mobiliza um contingente de cerca de um milhão e meio de jovens alistados anualmente. Destes, somente cerca de cem mil são incorporados às fileiras do Exército. E o Exército tem sabido ser flexível em seu processo de seleção dos conscritos, de modo a conjugar os interesses seus com os da sociedade civil a que serve.



Figura 10. Dr. Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, Secretário da Liga de Defesa Nacional, de ação decisiva na arregimentação da sociedade civil brasileira, pró-implantação de serviço militar obrigatório, razão por que foi consagrado "Patrono do Serviço Militar". (Fonte: *História do Exército Brasileiro*, vol. 2.)

Em decorrência da revolução tecnológica, ele terá agora, como os demais exércitos do mundo, de recrutar, seguramente, expressiva parcela de soldados com alto nível de escolaridade, para operarem os equipamentos de alta tecnologia que, a cada instante, estão sendo postos nas mãos do combatente militar. E, mais uma vez, o Exército e a sociedade deverão saber encontrar o ponto de equilíbrio que atenda às aspirações e necessidades mútuas, sem modificar o serviço militar obrigatório em vigor – não por capricho ou teimosia, mas por imposição da soberania e seguranças nacionais.

O 1º SORTEIO MILITAR, ALGUNS DOS SEUS GRANDES BENEMÉRITOS E ALGUMAS SUGESTÕES DE RECONHECIMENTO A SALDAR.

Na cruzada em defesa do serviço militar obrigatório, poder-se-ia destacar, como grandes beneméritos – muitos já citados no corpo do presente trabalho:

- na Imprensa, Osmundo Pimentel, Jarbas de Carvalho, Castelar de Carvalho, Mario Cardoso e Ernani Figueira;
- na sociedade civil brasileira, Furkim Werneck, Afonso Viseu, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Ernest Durish, Pedro Lessa e Olavo Bilac;
- no Congresso Nacional, deputados Alcindo Guanabara, Jaime Darcy, Carlos Peixoto Filho e Elfisio de Araújo e senadores José Gomes Pinheiro Machado, Soares dos Santos e Fernando Mendes.

É possível que, algum dia, o 1º Tenente Ildefonso Escobar seja consagrado “Patrono dos Tiros de Guerra do Brasil”, por sua atuação decisiva e marcante na implantação desse tipo de instituição, inspirada em modelo suíço, no Brasil.

De igual forma, é possível que o Presidente Wenceslau Braz e o general José Caetano de Faria, responsáveis diretos pela implantação do serviço militar obrigatório, venham a receber, do Exército, homenagem consagradora merecida.

De longa data, a comunidade civil de Itajubá pleiteia que seja dado, ao 4º Batalhão de Engenharia de



Figura 11. O Dr. Miguel Calmon Du Pin Almeida ocupa local de relevo na vitoriosa campanha pró-instituição do serviço militar obrigatório, para a qual concorreu com o seu imenso patriotismo e parte de seu patrimônio. (Fonte: CALMON, Miguel Calmon e FONSECA et ESCOBAR. *Primórdios da Organização da Defesa Nacional.*)



Figura 12. Na difícil luta para tornar realidade o serviço militar obrigatório, não podem deixar de ser ressaltadas as ações decisivas do senador, pelo Rio Grande do Sul, José Gomes Pinheiro Machado, veterano da guerra do Paraguai e comandante de forças no combate à "Revolução Federalista" de 1893. (Fonte: *História do Exército Brasileiro*.)

Combate, o nome histórico de "Batalhão Wenceslau Braz", considerado "a menina dos meus olhos" pelo presidente ilustre, em razão de ele o haver pleitado para ali aquartelar-se.

Caetano de Faria é hoje o nome do edifício onde está aquartelada a Polícia de Choque do Rio de Janeiro. Existem intenções de homenageá-lo dando seu nome ao Campo de Instrução de Gericinó ou, ainda, tornando-o Patrono da Aviação do Exército. Foi durante sua gestão como Ministro da Guerra que, pela primeira vez na América do Sul, na "Campanha do Contestado", o avião foi usado em operações militares,

bem como foram lançados os fundamentos que tornaram possível a criação da Escola de Aviação do Exército, em 1919.

De igual forma, é possível que, um dia, o Exército venha a adotar, como "Patrono do Serviço Militar do Exército", o patriota Miguel Calmon Du Pin e Almeida, por sua ação decisiva e exemplar, memorável e inesquecível, na "Liga de Defesa Nacional", durante a campanha nacional de convencimento da sociedade civil em apoio à adoção do serviço militar obrigatório. É o que nos confirma a leitura de sua biografia, escrita por seu afilhado, professor Pedro Calmon, outro grande amigo do Exército.

Nota. O presente artigo foi composto com base em trabalho realizado pela "Comissão de Pesquisa Histórica Básica" de *A Defesa Nacional*, em seu terceiro ano de atividade, assinado por seu presidente, Coronel Cláudio Moreira Bento. A interpretação por ele traduzida valeu-se das seguintes fontes, que poderão fornecer maiores detalhes sobre o assunto.

BIBLIOGRAFIA

1. AMAN, *História da Doutrina Militar*. Barra Mansa, Curso de História, 1979. pp. 69-77.
2. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, *Memórias do Gen. Francisco Paula Cidade* - Arquivo Seletivo.
3. ———, *Dossiê da Confederação de Tiro e do Tiro Nacional*. Arquivo Acervos OM.
4. AYRES, Miguel de Castro. *A Guarda Nacional. A Defesa Nacional*, dez. 1918, pp. 106-109.
5. BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE - 4^o. *Síntese Histórica*. - 1912-83. Itajubá, 1983.
6. BENTO, Claudio Moreira, Cel. *A Defesa Nacional*:
- Paula Cidade um soldado a serviço do Exército, nº 705, 1983, pp. 13-32.

- Centenário do Gen. Bertoldo Klinger, nº 711, 1984, jan./fev. pp. 5-16.
- Reunião do Clube Militar para a fundação de *A Defesa Nacional* nº 715, 1984, set./out. pp. 168-169.
- O Poder Nacional e o estudo crítico da História Militar nº 717, 1985, jan./fev. pp. 75-81.
- Mal José Caetano de Farias - Projeção como Chefe do EME e Ministro do Exército, nº 725, 1986, mai./jun.
7. _____. Integração Quartel - Pais - Conscritos. *Revista Cultura Militar*, EME, 1973.
8. CANN, Frank D.M. *A Nação Armada*. Recife. Ed. Guararapes, 1982.
9. _____. O período de elaboração do Pensamento Militar Brasileiro. *A Revista Histórica Hispânico-Americana*, 1985, pp. 737-765, segundo tradução do Cel R/1 Asdrubal Esteves, no acervo do Arquivo Histórico do Exército.
10. _____. Influências estrangeiras no Exército Brasileiro. *A Defesa Nacional*, 1985.
11. CARVALHO, Estevão Leitão. O Voluntário no Exército. *A Defesa Nacional* nº 10, nov. 1913, pp. 42-43.
12. COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: O Exército na Política e na Sociedade Brasileira*. Rio, Ed. Forense, 1976.
13. A DEFESA NACIONAL. Editorial. *A Organização Nacional*. 1916, pp. 177-179.
14. _____. Editorial. Recuar é covardia. set./1916, pp. 369-371.
15. _____. Editorial. Avante, Custe o que Custar. out./1916, pp. 1-3.
16. _____. Editorial. A Grandeza Nacional e o Momento Militar, nov. 1915, pp. 49-51.
17. _____. Editorial. Plantar para o Inimigo, jul. 1916, p. 312.
18. _____. Editorial. Indústria Nacional, mar. 1917, p. 250.
19. Estado-Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro*. Brasília, SERGRAF, 1972, v.2, pp. 801-804.
20. _____. *História do Estado-Maior do Exército*. Rio, BIBLIX, 1984, pp. 12-15.
21. FERREIRA, Armando Duval Sérgio. 1º Ten. *Reorganização do Exército*. Rio, 1901.
22. FONSECA, Mário Hermes et ESCOBAR. *Primórdios da Defesa Nacional*. Rio, Tip. Glória, 1943.
23. GONÇALVES, Leônidas Pires, Gen Ex-Ministro do Exército. Ordem do Dia e Entrevista no Dia do Soldado. *Noticiário do Exército*, nº 7.683, de 25 ago. 1986.
24. MINISTÉRIO DE EXÉRCITO. Relatórios dos Ministros da Guerra, 1900-1922: Mallet, Argôlo, Hermes da Fonseca, Caetano de Farias, Souza Aguiar e Calógeras, na Sala de Ministros da Guerra e Patronos do Exército, no Arquivo Histórico do Exército.
25. NUNN, Frederick. Soldados de ontem: Profissionalismo militar Europeu na América do Sul: Luculus, 1983.
26. REVISTA DO CLUBE MILITAR. O Arquivo Histórico do Exército e a Memória da Força Terrestre. Rumo, nº 276, 1986, pp. 17-20.
27. SÃ, Augusto da Silva e 1º Ten. *Exércitos Regionais ou Problemas de uma Organização para o nosso Exército*. Porto Alegre, 1905 (Era AJO do Cmt da Região).
28. SECRETARIA-GERAL DO EXÉRCITO. *Anais do Exército Brasileiro*. Rio, BIBLIX, 1938/39/40. 3 vols.
29. SANTOS, Francisco Ruas. *Coleção Bibliográfica Militar*. Rio, BIBLIX, 1961.
30. _____. Índice de *A Defesa Nacional*, 1913-57, no Arquivo Histórico do Exército.
31. SENA, Davis Ribeiro de, Cel. Serviço Militar Obrigatório e Exército Profissional. *A Defesa Nacional* nº 715, set/out/84, pp. 29-39.



Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO - Possui os cursos da AMAN, da EsAO, da ECEME, de Analista da EsNI e de Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de diversas cidades brasileiras. Adjuento do Estado-Maior do IV Exército, do II Exército, do Estado-Maior do Exército e Assessor do DEC. Instrutor de História Militar da AMAN e ex-Comandante do 4º BE de Combate em Itajubá, MG. É membro da Academia Brasileira de História e da Academia Sul-Rio-grandense de Letras e sócio efetivo da Associação dos Velhos Jornalistas do Rio de Janeiro. É o atual Diretor do Arquivo do Exército.



DANS LE SECRET DES PRINCES — APRECIACÃO

Luiz de Alencar Araripe

Luiz de Alencar Araripe faz, neste artigo, uma apreciação do livro Dans le secret des princes, editado na França, best-seller na Europa e provavelmente, em pouco tempo, no mundo. A Biblioteca do Exército está em negociação para obter os direitos autorais que lhe permita incluí-lo em um dos seus próximos editoriais. Pelo seu conteúdo, aqui objetiva e elegantemente enfocado, a obra demonstra-se de comprovado interesse cultural e profissional. Eis que a atividade sistemática de informações, instrumento imprescindível à tomada de decisões, adquire importância crescente, na medida em que a dimensão econômica e política do Brasil se projeta entre as nações.

O Conde Alexandre De Marenches dirigiu, durante quase onze anos, o Serviço Secreto francês (S.D.E.C.E.), sob a gestão de dois Presidentes da República, Pompidou e Giscard d'Estaing. Com a eleição de Mitterrand, afastou-se do cargo, mantendo uma discrição que se impôs, nunca tendo falado à imprensa nem comparecido a recepções sociais.

Este ano, De Marenches surpreendeu a todos, mantendo um longo diálogo com a repórter Christine Ockrent, a quem chama de "ravissante et tenace", e a quem credita tê-lo feito falar, "eu, homem do silêncio". O diálogo entre os dois grandes profissionais — das informações e do

jornalismo — foi publicado sob o título *Dans le secret des princes*.

O livro é de grande sucesso na Europa, perguntando-se muitos por que o discreto conde decidira romper um silêncio de tantos anos e falar sobre temas polêmicos. Não se espere que De Marenches desvende, de forma irresponsável, intimidades dos serviços secretos da França e de seus aliados. Mas ele emite conceitos e faz revelações extremamente interessantes sobre algumas atividades desses serviços, em apoio à política exterior das grandes potências, no pós-guerra e nos dias de hoje.

No dizer de Ockrent, De Marenches é um grão-senhor, que guarda

de suas origens aristocratas o desprezo pelo dinheiro e pelos simulacros do poder, o senso do "panache", do humor, da honra e da necessidade de servir, a par do gosto pelas belas mulheres e pelos cavalos de raça. Os bens da família garantiram-lhe a independência e a possibilidade de viajar, adquirindo fluência nos idiomas inglês e alemão.

Alexandre de Marenches não é um James Bond, mas nem por isso sua vida deixou de ser de muitas aventuras. Aos 18 anos, com a capitulação da França, faz seu primeiro contacto com as atividades de informações. Atravessando a linha de demarcação, leva aos americanos, em Vichy, informações sobre as tropas de ocupação alemãs. É detido e interrogado pelos alemães. Depois, foge para a Espanha e, dali, para a Argélia, alistando-se nas Forças Francesas Livres, com elas combatendo na Itália. É lá que o General Juin vai encontrá-lo, fazendo-o seu ajudante-de-ordens.

As boas relações da família Marenches deram ao jovem Alexandre a oportunidade de fazer-se amigo de grandes personalidades da época – no caso, a França e os Estados Unidos: os Generais Patton, Marshall, Bradley e Beddel Smith; e os Presidentes De Gaulle, Roosevelt e Truman, isso sem falar de políticos e embaixadores. Assim, aos 22 anos, é designado oficial-de-ligação junto ao Quartel-General de Eisenhower, tendo acesso ao "inner sanctum" do Comando Aliado – o *War Room*. Presenciou grandes tomadas sobre operações da guerra e os desentendimentos entre De Gaulle e

os chefes militares americanos, teve acesso a informações ultra-secretas, e viu, angustiado, como Stalin soube extrair de Roosevelt e Truman concessões que decidiram o futuro do Leste Europeu.

Em 1946, De Marenches aceita o convite de De Gaulle, para fazer a ligação entre o Governo Provisório da França e a Assembléia Constituinte. Mas conclui não ter inclinação para a política e recusa a eleição certa para deputado por Paris, que lhe fora oferecida pelo general.

Resolvendo ingressar na iniciativa privada, De Marenches funda uma indústria mecânica. Nela permanece 15 anos, reforça sua independência econômica, até que o Presidente do Conselho, René Pleven, coloca-o à disposição do General Eisenhower, Comandante da OTAN.

As primeiras cem páginas de "Dans le secret..." tratam desse aprendizado, que muito valeria a De Marenches para o desempenho das funções que lhe confiou o Presidente Pompidou, em 1970: Diretor-Geral da S.D.E.C.E.

O S.D.E.C.E. (Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionage), mais tarde D.G.S.E. (Direction Generale de Sécurité Extérieure), é o órgão de informações externas, subordinado ao Presidente da República. Opera no mundo todo, salvo em território francês, onde a responsabilidade é da D.S.T. (Direction de Surveillance du Territoire), subordinada por sua vez ao Ministro do Interior.

"Não tem jeito. O Serviço (S.D.E.C.E.) não funciona. Meu Chefe de Estado-Maior Pessoal diz-me

que nada pode ser feito, que é preciso extingui-lo, recomeçar do zero", foi o desabafo de Pompidou, ao que lhe respondeu Marenches: "Dê-me tempo para pensar". E voltou com a solução: extinguir o serviço não era o caso; a solução seria reformulá-lo e expurgá-lo de maus elementos. Foi o que fez o novo diretor-geral, com carta branca do presidente.

As exposições de De Marenches sobre a organização e funcionamento do serviço são compreensivelmente sucintas. Ele prefere expor sua experiência e suas idéias sobre problemas que enfrentou. Como, por exemplo, as relações com o Chefe de Estado, com a D.S.T. e com os serviços de apoio: o recrutamento de pessoal e a utilização de "honoráveis cooperadores", a defesa contra os "escroques das informações" e os agentes de serviços adversos.

De Marenches atribui ao temperamento nacional, avesso às atividades de informação, o fato de o serviço francês, ao contrário do inglês, não atrair a participação da elite intelectual. O que é lamentável, pois o trabalho de informações requer a participação de pessoal de alta qualidade, além de ser essencial que o povo compreenda e apoie os serviços especializados, que são a primeira linha de defesa do país.

Uma inconfiância de De Marenches, que causou grande celeuma na imprensa francesa, foi a de ter visto guardadas numa casamata toneladas de documentos da Gestapo e da Abwehr, o serviço secreto do III Reich. O conde diz ter folheado alguns desses documentos, encontrando neles provas de que grandes figuras da República, inclusive

membros da Resistência, estiveram a soldo dos alemães.

O ex-Diretor-Geral fala sobre operações que ocuparam as manchetes dos jornais de todo o mundo, nas quais estiveram envolvidos os serviços secretos franceses. Duas delas foram executadas na África.

A primeira foi a deposição do imperador Bokassa, orquestrada pela França. O êxito da operação deveu-se ao meticuloso planejamento estratégico e tático, que permitiu saber que a guarda do aeroporto de Bangui não recebia pagamento havia três meses. Assim, uma das primeiras medidas da tropa de assalto do S.D.E.C.E. foi colocar os guardas em fila, para que recebessem seus salários, em moeda forte...

A segunda operação foi realizada em Kolwesi, para debelar a revolta de gendarmes catanguenses contra o governo de Mobuto. Só depois de os homens do Serviço terem controlado a situação, é que chegaram os pára-quedistas franceses e belgas.

Essas e outras operações mostram a importância da existência, dentro do S.D.E.C.E., de um Serviço de Ação – mais conhecido como Comandos de Ação – composto por militares e civis especializados em operações especiais, e que, segundo o diretor-geral, proporciona uma opção intermediária entre o envio de uma nota diplomática e de um corpo expedicionário.

É certo que o Conde De Marenches não é um homem de esquerda; de direita, ele diz não ser. Numa dicotomia simplista – pombos x falcões – seria considerado um falcão. Ele acha que as democracias oci-

dentais perderam a Segunda Guerra Mundial devido, por um lado, à credulidade e à falta de visão histórica de seus líderes, e, por outro, ao gênio político e à implacabilidade de Stalin.

Segundo a ótica comunista, "a paz de hoje é o prolongamento da guerra de ontem, por outros meios".

De um lado, está o Império Soviético, "ainda na sua fase de religiosidade – expansionista, messiânica e missionária", com uma estratégia global, cujo teatro de operações é o planeta. Do outro, estão "as democracias moles", às quais temos a felicidade de pertencer, com uma visão tática, regional, quando não política, das questões internacionais.

No *front* dessa questão, estão os serviços de informações, com os olhos postos em realidade que os políticos e diplomatas preferem não ver. Ainda segundo De Marenches, "a K.G.B. e o G.R.U. representam a maior e a mais rica multinacional do mundo, dispondo também de pessoal mais numeroso", com filiais em todos os países-satélites e simpáticos à União Soviética. Enquanto isso, os serviços secretos do Ocidente lutam com falta de recursos e de reconhecimento por parte daqueles pelos quais defendem.

Alain Besançon, no artigo "Service inutile" (L'Express de 19 de setembro de 1986), comenta tópicos do que chama "o impressionante testemunho de Alexandre De Marenches sobre os serviços secretos franceses". Ele se detém na visão geopolítica do ex-Diretor do S.D.E.C.E., considerando-a fundamentalmente correta, embora passível de crítica, se colocada num con-

texto mais amplo, o que seria tarefa própria dos dirigentes políticos. Besançon não considera o livro de De Marenches hostil aos socialistas. Mas julga ter sido a ideologia que levou o Presidente Mitterrand a substituí-lo por "um extravagante", que tanto mal fez ao Serviço. "Numa sociedade democrática, os serviços secretos devem reduzir, no mínimo, a zona de segredo, pois permitirá aos cidadãos conhecerem melhor suas atividades. E só assim terão esses serviços a solidariedade nacional que protege as Forças Armadas", conclui Besançon.

De Marenches aborda outras questões de política internacional, que envolvem a participação dos serviços secretos, como os casos de Angola, do Afeganistão, das guerras do petróleo e do movimento xiita.

Em 1985, a explosão do navio Greenpeace, na Nova Zelândia, é objeto de comentários cáusticos de De Marenches. Mal conduzida política e tecnicamente, "a operação ultimou a destruição dos serviços franceses".

Sobre o terrorismo, há um capítulo que o considera como uma doença internacional. "Se nossos vizinhos a contraem, corremos também o risco de sermos contaminados por ela"... A maioria dos grandes serviços ocidentais conhece bastante bem a topologia das organizações terroristas e a localização de seus campos terroristas. Mas, assinala De Marenches, as democracias têm dificuldade em unir-se para combater o terrorismo, conciliando esse combate à preservação das liberdades individuais. Todavia, nos sistemas totalitários o problema não existe...

Dans le secret des princes contém muitas observações sobre a conduta do chefe de um serviço secreto, e ainda sobre suas relações com o chefe de Estado. “Minha primeira preocupação foi a de criar um estado de espírito, onde o serviço do Estado passa à frente de tudo, ou melhor dizendo: um serviço de Estado apolítico”. “O patrão dos serviços não deve ter qualquer ambição política. Não esqueça os velhos amigos, porque eles o manterão a par de tudo que se passa fora da vida normal... Desconfie das novas relações; elas nem sempre são fortuitas. Vá a poucas recepções e jantares sociais. Lá somente se ouvem intrigas. Os seus propósitos serão deformados. Você perderá tempo, e isso será ruim para a sua silhueta.”

“A maior dificuldade do diretor-geral é que ele jamais deve procurar agradar.” De Mareches cita uma frase do Marechal de Villars a Luís XV, frase que transmitiu a seguir ao Presidente Giscard d’Estaing: “Senhor, é difícil agradar e servir ao mesmo tempo”.

As operações “delicadas” devem ter o acordo do chefe de Estado e, para obtê-lo, ensina De Mareches: “Você lhe propõe uma operação; se ele a aprovar, responderá por um piscar de olhos. Se ficar como mármore, você tem seu acordo tácito.” E acrescenta: fica bem entendido que, se o assunto acabar mal, o diretor-geral deve pagar. É a regra do jogo.

De Mareches não passou o S.D.E.C.E. a seu sucessor. “Ele não manifestou o desejo de encontrar-me, e nem mesmo pediu-me que lhe transmitisse as ordens.” Sem qualquer função de governo, o

conde conservou relações que fez com chefes de Estado e personalidades do cenário internacional. Ele revela que o Presidente Reagan, o Rei Hassan II, do Marrocos, e o Rei Juan Carlos, da Espanha, algumas vezes o chamaram para conversar sobre questões do cenário mundial.

Os livros sobre os serviços secretos têm público garantido, tal é a auréa de mistério e aventura que cercam essas atividades. Mas há que separar os depoimentos sensacionalistas das narrativas sóbrias e objetivas dos senhores da arte. *Dans le secret des princes* inclui-se dentre estas últimas, com a vantagem de provir de um homem de pensamento e de ação, e de ser escrita no estilo vivo de uma grande jornalista. É de se esperar, com toda a certeza, o sucesso do livro perante o público brasileiro, assim como o êxito que vem obtendo em toda a Europa.

A redemocratização do Brasil colocou no pelourinho os nossos SNI, CIE, CENIMAR e a chamada comunidade de informações. Como acontecera ao Chefe de Estado-Maior pessoal de Pompidou, não faltou quem propusesse ao Presidente Tancredo Neves extingui-la... No entanto, a reformulação desses serviços, à semelhança do que fez De Mareches com o S.D.E.C.E., é a solução para adequá-los à defesa do Estado e dos interesses do Brasil, e preservar as liberdades democráticas de seus cidadãos. Esse é um processo a iniciar-se com a elaboração da nova Constituição, que deverá conciliar aqueles imperativos; e que se prolongará na feitura de leis ordinárias, formuladoras de grandes linhas segundo as quais os serviços

devam ser reestruturados e operados.

O processo envolve não apenas especialistas, mas políticos, professores, cientistas, diplomatas, enfim, todos os que, de alguma forma, possam contribuir para adotar o país do forte instrumento de defesa, que são os serviços de informações. Para todos estes e para o público, que tam-

bém deve saber o valor das informações, a leitura de *Dans le secret des princes* proporcionará material para reflexão. E para entretenimento.

Dans le Secret des Princes

Christine Ockrent

1986 – Éditions Stock

103, Boulevard Saint Michel,

75005 Paris

Cel LUIZ DE ALENCAR ARARIPE – Oriundo da arma de Artilharia, turma de 1943, da Escola Militar do Realengo, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, turma de 1957, e a Escola Superior de Guerra, turma de 1973. Foi redator da *Military Review*, em 1965-1966. Serviu no Estado-Maior do Exército, com o General Alfredo Souto Malan, em 1971-1972. Participou da Conferência do Desarmamento, em Genebra, como assessor, de início, do então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Emílio Rodrigues Ribas e, posteriormente, do Embaixador Araújo Castro e de Senador Afonso Arinos, em 1962. Escreveu artigos energia nuclear, publicados no *Mensário do Estado-Maior do Exército*. Passou para a reserva em 1973.



O OFICIAL DE E.-M. E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DO EXÉRCITO

Enio Gouvêa dos Santos

Conteúdo transcrito da palestra pronunciada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) pelo Gen Ex R/1 Enio Gouvêa dos Santos.

Partindo da caracterização do Oficial de Estado-Maior, o General Enio examina a sua formação, através do relacionamento aluno-instrutor da ECEME e do exercício de suas atividades após formado, terminando por caracterizar os atributos que deve cultivar, para se constituir em verdadeiro chefe, objetivo final de sua carreira profissional.

O OFICIAL DE ESTADO-MAIOR

O Oficial de Estado-Maior é, em última análise, um importante auxiliar do Chefe no estudo e análise de qualquer missão ou problema e que, pela sua capacidade profissional, isenção e objetividade, o facilitará na escolha da melhor decisão.

Seu trabalho anônimo e sensato permitirá ao Chefe ter maior visão do problema apresentado e, conseqüentemente, melhor discernimento para decidir.

Deverá ter humildade e alta-neria, para a possibilidade de ver suas conclusões ou opiniões recusadas ou contestadas, e possuir grande disciplina intelectual, para

trabalhar com a mesma responsabilidade e entusiasmo em outra idéia que não seja a sua.

Não deve querer ser o *dono da verdade* – porque ninguém o é –, daí a necessidade de saber trabalhar em grupo, de fazer parte de uma equipe que se destina a analisar, em conjunto, o problema proposto e, através da apresentação das várias linhas de ação, facilitar ao Chefe a adoção da melhor solução.

Não é fácil trabalhar em grupo, mas é definitivamente importante que o oficial de Estado-Maior se esmere e se conscientize de que sua atuação nesse tipo de trabalho é fundamental.

A sistemática do trabalho em



O OFICIAL DE E.-M. E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DO EXÉRCITO

Enio Gouvêa dos Santos

Conteúdo transcrito da palestra pronunciada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) pelo Gen Ex R/1 Enio Gouvêa dos Santos.

Partindo da caracterização do Oficial de Estado-Maior, o General Enio examina a sua formação, através do relacionamento aluno-instrutor da ECEME e do exercício de suas atividades após formado, terminando por caracterizar os atributos que deve cultivar, para se constituir em verdadeiro chefe, objetivo final de sua carreira profissional.

O OFICIAL DE ESTADO-MAIOR

O Oficial de Estado-Maior é, em última análise, um importante auxiliar do Chefe no estudo e análise de qualquer missão ou problema e que, pela sua capacidade profissional, isenção e objetividade, o facilitará na escolha da melhor decisão.

Seu trabalho anônimo e sensato permitirá ao Chefe ter maior visão do problema apresentado e, conseqüentemente, melhor discernimento para decidir.

Deverá ter humildade e altanería, para a possibilidade de ver suas conclusões ou opiniões recusadas ou contestadas, e possuir grande disciplina intelectual, para

trabalhar com a mesma responsabilidade e entusiasmo em outra idéia que não seja a sua.

Não deve querer ser o *dono da verdade* – porque ninguém o é –, daí a necessidade de saber trabalhar em grupo, de fazer parte de uma equipe que se destina a analisar, em conjunto, o problema proposto e, através da apresentação das várias linhas de ação, facilitar ao Chefe a adoção da melhor solução.

Não é fácil trabalhar em grupo, mas é definitivamente importante que o oficial de Estado-Maior se esmere e se conscientize de que sua atuação nesse tipo de trabalho é fundamental.

A sistemática do trabalho em

grupo deve ser uma constante na vida do oficial de Estado-Maior, desde sua formação até a colimação do objetivo final de sua carreira: *o de ser Chefe*.

Nem todos nascem com as características necessárias para participar efetivamente do trabalho em grupo. Existe *o dono da verdade*, aquele que quer impor – às vezes até agressivamente – suas idéias; existe o que se acomoda, não debate, não expõe seus argumentos e opiniões e esperava passivamente o final do trabalho, assim como o que, por preguiça intelectual, se oferece de imediato para redigir o que for decidido – é o Pero Vaz de Caminha, *o escrivão da frota*. Tais temperamentos são encontrados na maioria dos grupos de trabalho. Daí a necessidade do treinamento de tal atividade. É como se fosse uma ginástica, um esporte coletivo, no qual não pode haver atitudes individualistas, porque o que vale é a atuação do conjunto.

Por isso, repito, é importante que nos acostumemos a trabalhar em grupo, pois este é o tipo de trabalho que o oficial de Estado-Maior irá desempenhar no decorrer de toda a sua vida profissional, tanto na condição de *componente do grupo*, como na de *seu líder*, quando atingir a chefia.

Disciplina, para nós soldados, é uma palavra sagrada. Refiro-me tanto à *disciplina hierárquica*, como à *disciplina intelectual*. A primeira porque, sem ela, não sobreviveremos como instituição militar; a segunda porque – embora muitas vezes sejamos venci-

dos pelo consenso da maioria do grupo ou pela decisão do Chefe – é a que permitirá a harmonia do relacionamento coletivo e, em última análise, a existência da outra.

Daí porque, repetimos, é necessário que o oficial de Estado-Maior tenha humildade, para ver suas opiniões contrariadas, e altaneria, porque só assim poderá trabalhar com entusiasmo e determinação sobre outras idéias que não as suas.

SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- O Aluno
- O Instrutor

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército é um templo, um laboratório e uma fábrica de Chefes.

Templo, porque nela devem entrar e permanecer só aqueles que têm fé no Exército e no Brasil; aqueles que acreditam no aprimoramento profissional individual buscando o aprimoramento profissional coletivo.

Laboratório, porque nela são feitas experiências de novas técnicas, novas idéias, novos conceitos, novos métodos didáticos e pedagógicos. Laboratório de delicada e difícil manipulação, porque trabalha com idéias subjetivas, difíceis de uma avaliação matemática.

Fábrica, porque dela sai, em “fornadas” anuais, a elite dos

futuros Chefes, diamantes lapidados e transformados em brilhantes que irão se constituir na coluna vertebral de nosso Exército, continuando a dar-lhe sua postura digna e eficiente.

É uma Casa que marca profundamente nossa vida militar e deixa em todos nós gratas e saudosas recordações, tanto aos instrutores e alunos, como em nós, velhos soldados, já na Reserva, orgulhosos por termos passado por aqui e gratos, muito gratos, por tudo que aqui aprendemos.

Falemos, então, do *aluno da ECEME*.

Todos são voluntários. É importante que isto não seja esquecido. Todos se submeteram, com sacrifícios próprios e de suas famílias, a um rigoroso mas justo processo de seleção. Fazem parte, portanto, da elite do Exército.

Parodiando Euclides da Cunha, atrevo-me a dizer que o aluno é antes de tudo um reacionário. Ele, intrinsecamente, reage a tudo. E aí vai o conselho de um velho soldado: "Não briguem com a Casa, ela sempre leva a melhor. . ."

Indiscutivelmente é duro, é difícil ser aluno. Preocupações com os estudos, preocupações domésticas de toda a ordem, sacrifícios da esposa e filhos, poucas horas de lazer e muitas horas de aulas e de trabalhos em domicílio. Mas vale a pena! Tenho certeza de que alguns dos que me ouvem talvez não concordem comigo. Não importa, mais tarde concordarão. O que importa é saber que o sacrifício e o esforço

que ora estão fazendo é a abertura de uma nova via de acesso que leva ao ponto crítico vital do objetivo a conquistar.

O aluno é um curioso. Tem a curiosidade do saber. Por isso deve perguntar o que quer saber ou o que não entendeu. Mas vejamos bem, existem perguntas, muitas perguntas. . . Existem *as perguntas válidas* daqueles que realmente desejam aprender; mas também existem aquelas nas quais o aluno *deseja mostrar erudição* e, então, as faz mais como uma demonstração de conhecimento do que como dúvida porventura existente. Acautelem-se com essas últimas. Elas são facilmente detectadas.

Alunos e instrutores fazem parte de uma mesma equipe, integram essa instituição sagrada que é o Exército Brasileiro; por isso não se devem encarar como adversários e, muito menos, como inimigos. Todos lutam por uma causa justa: o aprimoramento profissional.

Muitas vezes o aluno reage contra *uma solução da Casa*. Se essa solução, à primeira vista, pode parecer esdrúxula, haverá uma razão válida para justificá-la. Talvez um novo ensinamento, a criação de um novo reflexo no raciocínio ou um novo enfoque do problema em estudo, visando a criar estímulos à imaginação e procurando fugir a soluções esquematizadas. É preciso não perder de vista que na ECEME se trabalha com idéias subjetivas e não com fórmulas matemáticas e, por isso mesmo, difíceis de serem

mensuradas e avaliadas, porque impossíveis de serem testadas e comprovadas. Quantos valorosos chefes militares foram derrotados por seguirem à risca os preceitos doutrinários e quantos foram vitoriosos maculando-os.

Os alunos que hoje estão sentados aprendendo, amanhã poderão estar como instrutores, ensinando.

Por isso, agora, tentaremos enfocar o *instrutor*. Desnecessário será fazer referência à sua capacidade profissional, porque esta é uma condição primordial. No entanto é imperioso que o instrutor se lembre, inicialmente, de que não faz muito tempo ele ocupava a mesma cadeira que ora é ocupada pelo aluno.

Ele deve ter em mente que *não é instrutor, ele está instrutor*. Instrutor não é grau hierárquico na carreira militar, é uma função conjuntural, passageira e, por isso, significativa e marcante, particularmente na carreira das armas, que é repleta de uma sucessão de cursos.

A principal qualidade de um instrutor é a de *querer ensinar, querer transmitir* aos companheiros novos conhecimentos, sem mistérios, sem a preocupação de apenas mostrar erudição, mas, ao contrário, *querendo repartir* com eles tudo o que sabe.

Deve ser humilde, o que não significa tibieza. Humilde no sentido lato da palavra. Ter a humildade daquele que sabe, mas que não tem pejo de dizer que não sabe, quando realmente não souber. É dever do instrutor, quando

não souber, reconhecer que não sabe e procurar a resposta para posteriormente sanar a dúvida. Tal procedimento só o engrandecerá, por sua autenticidade, perante seus alunos. É preferível reconhecer e admitir o desconhecimento da resposta, do que dá-la de maneira evasiva, o que fatalmente o levará ao descrédito.

A arrogância e a prepotência são defeitos que não podem existir no instrutor. Não é esse o caminho que o levará à estima e à credibilidade de seus alunos.

O instrutor, enfim, deve representar, em toda sua grandeza, o que é a ECEME, este Templo, este Laboratório, esta Fábrica. Grandeza que é constatada por toda a sua vida e por tudo que ela fez, através dos anos, para a eficiência de nosso Exército.

SEUS ENCARGOS

Sou partidário da *permanência* na ECEME de oficiais recém-diplomados, nas funções de instrutor. Eles representam sangue novo no Corpo Docente, porque estão atualizados. E aí está um dos principais encargos, uma das principais funções a serem desempenhadas pelo oficial de Estado-Maior. Como instrutor, o oficial de Estado-Maior vai desempenhar uma das mais importantes e nobres funções de sua vida militar, qual seja a de transmitir novos conhecimentos a seus companheiros.

Sou de opinião, também, que o oficial de Estado-Maior *deve*

começar sua trajetória nos Quartéis-Generais das Regiões Militares e das Brigadas, para só depois, então, passar para as Divisões e Comandos Militares: finalmente, já com experiência, irá servir nos Departamentos e no Estado-Maior do Exército.

Com o início de sua vida de oficial de Estado-Maior nas Regiões Militares e Brigadas, o oficial terá contato cerrado com o apoio administrativo às organizações militares e com a instrução e o emprego das grandes unidades específicas das Armas, tomando conhecimento de seus detalhes e problemas.

O desempenho posterior de funções de Estado-maior nas Divisões e Comandos Militares, já levando a experiência adquirida nos escalões subordinados, permitirá aos oficiais de Estado-Maior mais eficiência. E os fará tomar conhecimento mais estreito com os assuntos pertinentes aos Campos Psicossocial e Político.

Só depois dessas experiências é que os oficiais de Estado-Maior deverão ser colocados nos Departamentos e no Estado-Maior do Exército.

Permito-me, agora, tecer algumas considerações sobre esse problema, que considero importante. Criou-se um mito no seio do Exército de que é demérito para o oficial de Estado-Maior servir nos Departamentos. Assim, os considerados melhores anseiam por servir no Estado-Maior do Exército. É uma dificuldade encontrar-se, por exemplo, um Coronel para ser Chefe de Seção de

qualquer Departamento, pois a preferência é ser Adjunto de Seção no Estado-Maior do Exército. Esquecem-se, os que assim procedem, da importância que têm os diversos Departamentos na vida cotidiana de nosso Exército.

O que desejo deixar registrado nestas palavras informais que lhes dirijo é que a seqüência dos encargos do oficial de Estado-Maior deve ser lógica e objetiva, iniciando-se nas mais simples, para terminar nas mais complexas e, mais ainda, que não seja perdida de vista a importância dos Departamentos na cadeia de Comando do Exército. Isso permitirá que o oficial de Estado-Maior, ao longo de sua carreira, amealhe experiências e consolide todos os seus conhecimentos. Daí a importância do oficial de Estado-Maior no contexto do Exército: o Chefe do futuro auxiliando com eficiência o Chefe do presente.

O SEU DESTINO: SER CHEFE

– O Chefe: Características

O que é o Chefe?

Segundo Gaston Courtois: "Chefe, etimologicamente, é aquele que está na cabeça; ou melhor ainda, é aquele que é a cabeça." A cabeça que vê, pensa e promove a ação no interesse de todo o corpo.

Chefe é aquele que sabe, quer e realiza e também aquele que faz saber, querer e realizar.

Chefe é aquele que sabe fazer-se obedecer e ao mesmo tempo fazer-se amar.

Não é aquele que impõe, mas aquele que se impõe.

Ser chefe não é somente fazer uma obra, é, sobretudo, fazer homens – conquistá-los, uni-los, amá-los e ser amado por eles.

O verdadeiro chefe é aquele a quem se admira, se ama e se segue.

Para ser chefe é preciso reunir um conjunto de qualidades que o diferenciam e dignificam, tais como:

FÉ NA SUA MISSÃO

O Chefe que não crê na causa que serve não é digno de ser Chefe.

SENTIDO DE AUTORIDADE

O Chefe é o sinal sensível da autoridade. Ele deve ter uma consciência elevada de sua missão, pois a autoridade é um tesouro que lhe está confiado e que ele não tem o direito de dilapidar.

ESPÍRITO DE DECISÃO E DE INICIATIVA

O Chefe que teme as responsabilidades e que limita as suas ambições às coisas fáceis e vulgares carecerá sempre de alma para arrastar seus comandados. As noções de responsabilidade e de autoridade estão intimamente ligadas.

ESPÍRITO DE DISCIPLINA

A maior parte dos Chefes tem que obedecer a superiores tanto como dirigir subordinados. Devem àqueles que lhes estão abaixo o exemplo da deferência e da obediência aos seus próprios superiores.

Diz um velho aforisma militar: "A disciplina é a força dos Exércitos." Ela é, também, a força principal de uma nação que não quer perecer, pois só saberá comandar quem souber obedecer.

CALMA E DOMÍNIO DE SI PRÓPRIO

O Chefe que quer ser digno de comandar deve começar por ser capaz de comandar-se a si próprio.

Sem domínio de si mesmo, ninguém pode pretender o domínio das coisas e ainda menos o dos homens.

COMPETÊNCIA

A competência não é característica exclusiva da autoridade do Chefe. No entanto, ele deve desenvolvê-la sem cessar, para estar à altura de melhor servir.

Sua autoridade moral aumentará na medida em que der provas de seu valor.

A competência profissional não é somente uma condição de prestígio, é também uma questão de honestidade.

CONHECIMENTO DOS HOMENS

A arte de conduzir homens é muito difícil.

Compete ao Chefe conhecer seus homens, para estar à altura de adaptar suas ordens à capacidade de cada um.

Certos chefes são tão inábeis que, quando falam, os seus comandados têm a tentação de fazer o contrário do que lhes foi ordenado.

O Chefe, quando se dirigir a

um subordinado, deve lembrar-se de que não fala a um ser com lógica, mas a um ser com coração.

BENEVOLENÇA DE ESPÍRITO

As relações humanas entre Chefes e Subordinados estabelecem-se em pequenas oportunidades do dia-a-dia, ao acaso das circunstâncias e das ocasiões.

A simpatia e a compreensão mútuas constituem, entre os membros de uma coletividade, o laço que produz a harmonia na ação.

O Subordinado é particularmente suscetível frente ao Chefe. Saber falar a um subordinado, de modo a mostrar que se conhece e se compreende o seu problema, é um dos meios mais seguros de conquistar a sua confiança.

O Chefe que se aproxima do Subordinado, na hora da provação ou do triunfo, penetra mais profundamente no seu coração do que durante longos anos de convivência.

BONDADE DE CORAÇÃO

Quando nos parece que a bondade deserta do mundo, pensamos antes que ela desapareceu do nosso coração.

Não devemos esquecer que a recompensa do Tenente ou Capitão não está apenas nas notas de conceito do Comando, mas no olhar de seus homens. Pois não há Comando eficaz sem amor. A vontade imposta pela força é, sem dúvida, capaz de levar à execução momentânea de determinada tarefa, mas não pode obter aquela adesão completa das vontades,

dos espíritos e dos corações, absolutamente necessários ao Chefe para cumprir a sua missão.

Quanto mais elevado se está na hierarquia e quanto mais se sabe, mais necessidade existe de ser bom, pois os subordinados muitas vezes são tímidos e desconfiados, mas seus corações abrem-se pela cordialidade e fecham-se pela rudeza.

RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA

Um Chefe não deve nunca esquecer que seus subordinados são homens e que, por isso mesmo, têm problemas e interesses humanos.

Ele deve atentar para o fato de que o homem, porque é pessoa, não se pertence senão a si próprio e a Deus, não se inferiorizando a outro homem que possa considerá-lo como escravo.

ESPÍRITO DE JUSTIÇA

Ser justo é a primeira qualidade que um homem digno desse nome reclama daquele que tem autoridade sobre ele.

Este sentimento de justiça é de tal maneira inato no coração do homem, que qualquer injustiça, mesmo partindo de um Chefe amado, o desengana, magoa e revolta.

Ser justo é atribuir a quem de direito, sobretudo ao subordinado, o mérito de uma idéia inteligente. É saber distinguir lealmente a parte do êxito que cabe a cada um dos colaboradores.

Ser justo é permanecer imparcial em todas as circunstân-

cias, sem nunca se deixar arrastar por suas simpatias ou antipatias.

Ser justo é reconhecer seu erro ou sua falha lealmente e não os atribuir a outrem.

EXEMPLO

O Chefe é um ponto de referência; é um alvo.

Os olhos dos seus subordinados estão constantemente sobre ele, e o seu exemplo tem tanto mais importância quanto mais apreciado ele é.

O Chefe exemplar pode pedir tudo aos seus homens, porque acaba por merecer e conquistar sua confiança.

A vida do Chefe fala sempre mais alto aos homens do que sua voz. Se a sua vida está em contradição com as suas palavras, há uma falta de lógica que escandaliza os fracos e revolta os fortes.

HUMILDADE

Comandar ou Chefiar é uma função espinhosa.

O homem prepara-se para ela livrando-se do egoísmo estreito, da preocupação demasiado interesseira e da arrogância que muitas vezes os acompanha.

O Chefe deve ser grande por nascimento ou fazer-se grande. Mas não é grande senão pela medida em que trabalha sem visar ao interesse pessoal.

A missão do Chefe lhe é con-

fiada visando essencialmente ao bem comum. Nem o capricho, nem o interesse, nem a vaidade, nem o orgulho devem ditar ao Chefe as suas decisões.

Lembrem-se de que um Chefe não ilude por muito tempo aqueles a quem dirige. Após algum tempo é descoberto.

Sendo humilde consigo mesmo, o Chefe torna-se mais forte perante os outros. Verdadeiro consigo mesmo, ele pode exigir que os outros sejam verdadeiros na sua frente.

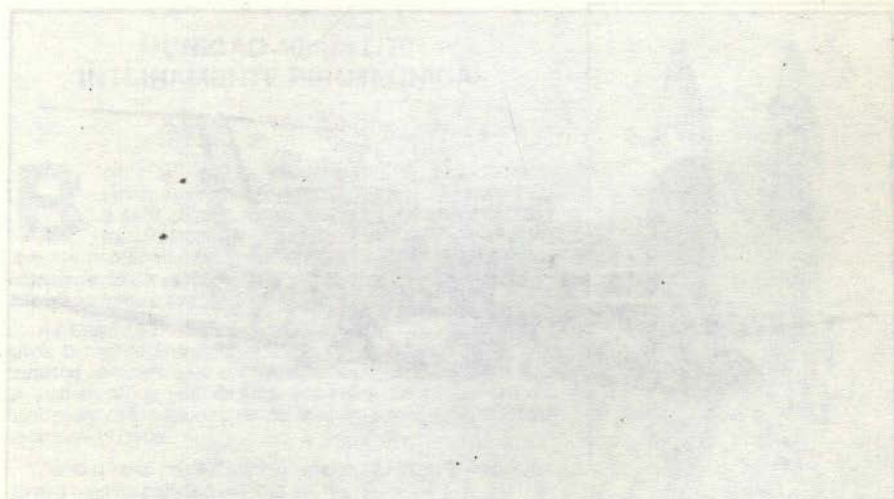
A virtude principal de um Chefe – e talvez a mais rara – é a humildade.

O homem que reconhece lealmente que se enganou ou, mais simplesmente, que não sabe tudo; o homem que aceita uma crítica construtiva, uma ponderação equilibrada, prestigia-se de maneira singular. E, por acréscimo, conquista – conquistando-se a si próprio – uma magnífica independência.

Assim entendemos como deva ser a personalidade de um Chefe. A reunião de todas essas características formaria a figura ideal do Chefe. Se algumas delas são inatas, várias podem ser melhoradas ou conquistadas; a principal – principalmente por ser a mais rara – caracteriza definitivamente o Chefe: *a humildade.*



Gen Ex R/1 ENIO GOUVÊA DOS SANTOS – Foi Instrutor de Equitação da EsAO, do Curso de Cavalaria e Blindada da ECEME e do Curso de Tática Geral da ECEME; Instrutor-Chefe do Curso de Geografia e de História Militar da ECEME; e das Áreas 2 e 4 da ECEME: Oficial de EM da 2ª DC e EME; Chefe da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, Subchefe EM do IV Exército e Chefe do DGS; Comandante do 6º Regimento José de Abreu, da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, da 4ª Brigada de Infantaria e da 1ª RM. Diretor da DSM, da DEE e do IV Exército.





INFORMAÇÕES

EMBRAER REDUZ O PESO DO BRASÍLIA

A Embraer reduziu o peso do EMB-120 Brasília em 390kg (ou 858 libras) desde a primeira unidade produzida – entregue à ASA, Atlantic Southeast Airlines, em agosto de 1985. Isto foi possível graças à adoção de materiais mais leves e à utilização de materiais compostos na estrutura da aeronave. Dez por cento do peso vazio equipado básico do Brasília – que é de 7.070kg – são feitos agora em materiais compostos, especialmente kevlar, fibra de vidro e fibra de carbono.

A atual produção da aeronave inclui assentos em fibras de carbono e kevlar, piso e divisórias em sanduíche de fibra de carbono e nomex e os painéis laterais e teto em sanduíche de fibra de vidro, kevlar, nomex e fibra de carbono. As bor-

das de ataque e pontas de todas as superfícies de voo são feitas em kevlar e fibra de vidro, assim como também as carenagens de ligação asa/fuselagem, carenagem do radar e o cone de cauda. Os flapes são feitos em fibra de carbono, enquanto que o titânio agora substitui o aço inoxidável utilizado anteriormente nos capôs e cones de escapamento do motor.

Como resultado, o Brasília pode agora ter um aumento equivalente em sua carga paga ou levar combustível adicional para mais de 590km, embora mantendo o mesmo peso de decolagem.

O primeiro a ter essas inovações foi o terceiro Brasília da DLT, empresa regional aérea da Alemanha – subsidiária da Lufthansa –, número de série 120028, entregue em 24 de outubro. É importante notar que o EMB-120 Brasília já era o mais leve e também o mais rápido avião, em sua categoria, disponível no mercado internacional de turboélices de nova geração destinados à aviação regional.

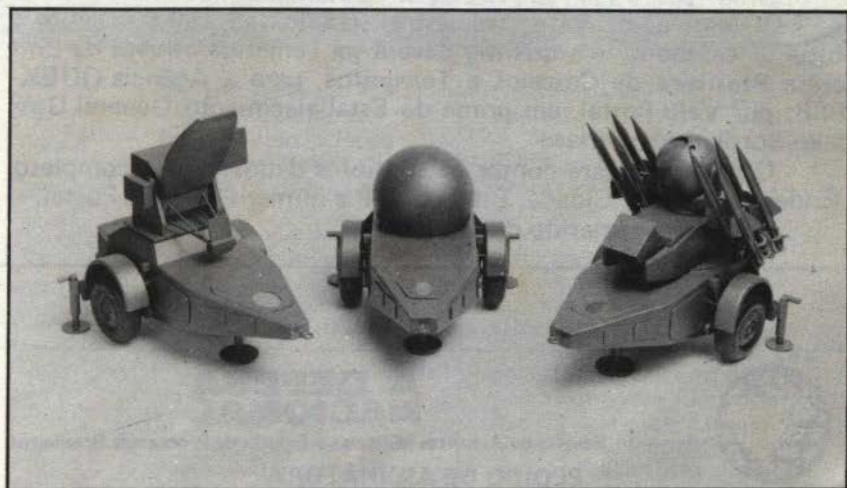


RAPIER 2000

O governo britânico fez uma encomenda à Divisão de Armamento do Exército da British Aerospace, em Stevenage, no valor de aproximadamente um bilhão de libras, para o projeto, desenvolvimento e produção inicial do ultramoderno sistema de ar-

mamento de defesa aérea Rapier 2000, com entrega prevista aos serviços britânicos em meados de década de 1990.

O Rapier 2000 evoluiu do atual sistema de defesa aérea a nível baixo BAe Rapier, do qual utiliza a vasta experiência. A avançada tecnologia empregada vem envolta numa nova configuração e marca o estágio principal seguinte no desenvolvimento e produção deste altamente bem-sucedido sistema de armamento.



MUNIÇÃO 40mm L/70 INTEIRAMENTE PIROTÉCNICA

Bofors e Raufoss desenvolveram conjuntamente uma nova munição traçadora de múltiplo objetivo, a MPT (Multipurpose Tracer). Uma melhor prática da pirotecnia tem feito do projétil MPT 40mm inteiramente pirotécnico uma realidade, eliminando assim a necessidade de espoletas mecânicas ou eletrônicas, abrangendo detonadores e sensíveis explosivos de ruptura.

A munição MPT é planejada para uso contra alvos aéreos, alvos terrestres levemente blindados e unidades navais. O cartucho caracteriza-se por sua altamente segura capacidade de penetração em blindagem, que vai a mais de 25mm em blindagem convencional, sendo também extremamente eficaz contra alvos leves.

Tanto o novo projétil MPT quanto o PFHE da Bofors possuem a mesma ballística externa.





Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O Valor da assinatura semestral será de Cz\$ 180,00 (cento e oitenta cruzados) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEX-BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1986: Cz\$ 67,20

— PAGAMENTO:

Em cheque

☐

Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.

Em vale postal

☐

A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25

20455 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: 253-4628



**Você sabe
onde o Brasil usa
mais energia.**

**Agora saiba
onde estão as fontes
dessa energia.**

Em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, parte de Goiás e em Brasília vivem cerca de 65 milhões de pessoas.

A metade da população brasileira.

Cerca de 75% da indústria brasileira e 66% do comércio se concentram nessa região.

É aí também que são produzidos 66% do Produto Interno Bruto.

Para fazer isso, se consome dois terços de toda a energia elétrica gerada no País.

Muitas dessas fontes estão em FURNAS.

Em 1957, quando FURNAS foi criada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, sua missão era construir e operar a primeira grande hidrelétrica brasileira com mais de 1 milhão de quilowatts: a Usina de Furnas.

Hoje, ao completar 30 anos, FURNAS é uma das poucas empresas no mundo que constrói e opera usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares. Com uma potência instalada acima de 8 milhões de quilowatts, participa com mais de 50% do fornecimento da energia consumida nos principais centros sócio-econômicos brasileiros.

Para isso, soma sua energia própria à de Itaipu, cuja transmissão e entrega são de sua responsabilidade.

Pioneira, assimilando e desenvolvendo tecnologia de vanguarda, FURNAS opera um sistema com mais de 12 mil quilômetros de linhas.


FURNAS está sempre um passo à frente em energia.

Para dar a força que o Brasil precisa.

Cabo de transmissão
em tamanho real.

Ministério das Minas e Energia

Eletrobrás

FURNAS  **CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**





Para os clientes do Unibanco, estar em São Paulo ou no Rio não faz a menor diferença.

Agora você usa o Terminal de Caixa e o Terminal do Cliente em todas as agências interligadas do Rio e de São Paulo, como se tivesse em sua própria agência. É a Rede Unibanco: Teleprocessamento interligando as agências para simplificar e agilizar as operações de saque, depósito e pagamento de contas. Para dar a você o saldo e o extrato da sua conta corrente e de

poupança com mais rapidez, conforto e segurança.

Com o cartão Unibanco você também pode usar o Banco 24 Horas e o Terminal de Compras instalado em postos de gasolina, lojas e supermercados do Rio e em São Paulo. Você enche o tanque e faz suas compras eletronicamente, sem cheque e sem dinheiro. É o Unibanco interligando o bom atendimento para você.

Sistema Unibanco de Interligação de Agências. Para você se sentir em casa. Em São Paulo ou no

UNIBANCO